

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS**  
**CAMPUS ARARAQUARA**

ISADORA MARIA ROMANO PACÍFICO

A MÍDIA COMO DISPOSITIVO DE PODER: OS *IMPEACHMENTS* NO BRASIL  
EM DISCURSO

Araraquara – SP

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LÍNGUA  
PORTUGUESA

ISADORA MARIA ROMANO PACÍFICO

A mídia como dispositivo de poder: os *impeachments* no Brasil  
em discurso

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

**Orientadora:** Maria do Rosário Valencise Gregolin

**Linha de pesquisa:** Estrutura, organização e funcionamento discursivos e textuais

ARARAQUARA – SP

2020

Pacífico, Isadora Maria Romano  
A mídia como dispositivo de poder: os impeachments  
no Brasil em discurso / Isadora Maria Romano Pacífico  
- 2020  
136 f.

Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua  
Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista "Júlio  
de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras  
(Campus Araraquara)

Orientador: Maria do Rosário Valencise Gregolin

1. Análise do Discurso. 2. Mídia. 3. Dispositivo. 4.  
Impeachment. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ISADORA MARIA ROMANO PACÍFICO

## A mídia como dispositivo de poder: os *impeachments* no Brasil em discurso

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho, Programa de Pós em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

**Linha de pesquisa:** Estrutura, organização e funcionamento discursivos e textuais

**Orientador:** Maria do Rosário Valencise Gregolin

Data da defesa: 24/04/2020

### **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador:** Maria do Rosário Valencise Gregolin – UNESP / FCLAr

---

**Membro Titular:** Francisco Paulo da Silva - UERN

---

**Membro Titular:** Livia M. Falconi Pires - UNICEP

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

A meus pais, José e Soraya, que me ensinam a olhar  
a vida.

## Agradecimentos

À professora Dra. Rosário Gregolin, orientadora desta pesquisa, com quem escrevo minha história desde 1993, ano em que nasci. Com carinho, por abrir as portas da vida acadêmica para mim e por me ensinar tanto sobre Foucault e sobre a vida.

Ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação, Jean Cristtus Portela, por toda atenção e prontidão para com os pós-graduandos da Faculdade de Ciências e Letras e por me ajudar, sempre que necessário, durante este processo de constituição de pesquisa.

Aos professores membros da banca de defesa, pela leitura desta dissertação e por todas as afetuosas contribuições.

À Equipe Técnica de Pós-Graduação, por todo o auxílio disponibilizado a nós, pós-graduandos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa que, desde a Graduação em Letras nesse mesmo Campus, mostraram a mim os caminhos da linguagem.

Ao grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara, GEADA, e aos sentidos de pertencimento. Por toda escuta atenciosa, por sorrisos trocados em tantos momentos que ficarão para sempre em minha memória.

A meus pais, José e Soraya, que sempre iluminam meu caminho, com gestos de fé e amor. A minha irmã Gabriela, por sempre ser presente. A Maria Eduarda e Enzo, as crianças que me convidam a “renovar o homem com borboletas”. A meus avós, Luiz Celso e Ida Augusta, por quem sinto muito amor e com quem aprendo os caminhos. São as pessoas com quem constituo minha história. São meu abraço-casa.

Aos amigos, aqueles com que a vida me presenteou, desde a infância; aqueles com quem convivi durante os anos de estudo na Faculdade de Ciências e Letras. Por nossas histórias, sempre vivas em mim.

A utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

GALEANO, 1994.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar os discursos que circularam na mídia digital sobre os *impeachments* dos presidentes brasileiros Fernando Collor de Melo, em 1992, e da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Com base na Análise do Discurso, tendo como eixo o método arqueogenalógico de Michel Foucault, propomo-nos analisar os discursos da mídia corporativa e da mídia alternativa, mais especificamente, a Mídia Ninja, na rede social *Facebook*, partindo do princípio que o dispositivo midiático é uma rede que permite a relação de elementos e práticas discursivas que discorrem sobre os temas que circulam socialmente. Nessa perspectiva, o discurso é fundante: as coisas não preexistem às palavras, são, antes, os discursos que produzem as coisas, as verdades de um certo momento histórico. Que tipo de verdades os discursos produzem, historicamente? Perguntas como essa pululam na urgência dessa pesquisa. No que respeita ao *corpus*, interessa-nos compreender, teórica e epistemologicamente, o modo como a mídia - instância de produção e circulação de discursos -, refere-se ao campo político, em tempos de sociedade do espetáculo. Analisaremos a memória histórica que se mantém – renovada – nos discursos midiáticos sobre os *impeachments*, acontecimentos políticos do final do século XX e início do século XXI. Será fundamental para nossa pesquisa considerar alguns questionamentos para entender como a mídia discursiviza os *impeachments*: como é noticiado o *impeachment* de Collor? Há sentidos silenciados ou apagados, quando do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016? Consideramos pertinente olhar para a mídia como um dispositivo, conceito foucaultiano que envolve um conjunto heterogêneo de relações que se conectam historicamente entre linhas de estratificação e linhas de atualização, que engloba discursos variados, enunciados científicos, instituições, organizações arquitetônicas, entre outros. Como resultado, podemos dizer que as mídias fazem circular sentidos distintos acerca dos *impeachments*, posto que a mídia corporativa silencia em seu discurso sentidos que a Mídia Ninja destaca, e, assim, marca um posicionamento político de resistência, como por exemplo, os sentidos de golpe sobre o governo Dilma Rousseff encontrados na mídia alternativa e discursivizados como um legítimo processo de *impeachment*, na mídia corporativa. Em relação ao *impeachment* de Fernando Collor, a mídia corporativa validou o processo político, construindo discursos que esse dispositivo quer fazer parecer verdadeiros, em cada momento histórico. Observamos, portanto, formações discursivas divergentes sobre o acontecimento discursivo *impeachment*, na mídia corporativa e na mídia alternativa.

Palavras-chave: Discurso; Mídia; Dispositivo; *Impeachment*.



## ABSTRACT

The aim of this research is to analyze the discourses of the digital media about the impeachment of Brazilian presidents Fernando Collor de Melo, in 1992, and of president Dilma Rousseff, in 2016. Based on Discourse Analysis and on Michel Foucault's archeology, we propose to analyze the discourses of the corporate media and the alternative media, more specifically, Mídia Ninja, on the social network Facebook, assuming that the media device is a network that allows the relationship of elements and discursive practices that discuss the themes that circulate socially. In this perspective, the discourse is fundamental: things don't exist before words, they are, rather, the discourses that produce things, the truths of a certain historical moment. What kind of truths do discourses historically produce? Questions like this are rife with the urgency of this research. With regard to the corpus, we are interested in understanding, theoretically and epistemologically, how the media - instance of discourse production and circulation -, refers to the political field, in times of spectacle society; we will analyze the historical memory that remains - renewed - in the media discourses about the impeachments, political events of the late 20th and early 21st centuries. It will be fundamental for our research to consider some questions to understand how the media discursive impeachments: how is Collor's impeachment reported? Are there senses silenced or erased when Dilma Rousseff was impeached in 2016? We consider it pertinent to look at the media as a device, a Foucaultian concept that involves a heterogeneous set of relationships that are historically connected between stratification lines and updating lines, which encompasses varied discourses, scientific statements, institutions, architectural organizations, among others. As a result, we can say that in the media circulate different meanings about impeachments, the corporate media silences in its discourse meanings which the Ninja Media highlights, denounces and, thus, marks a political position of resistance, such as, for example, the meanings coup over the Dilma Rousseff government found in the alternative media and discursivized as a legitimate impeachment process in the corporate media. Regarding the impeachment of Fernando Collor, the corporate media validated the political process, constructing discourses that this device wants to make appear true, in each historical moment. Therefore, we observe divergent discursive formations about the impeachment discursive event, in the corporate media and in the alternative media.

**Keywords:** Discourse; Media; Dispositive; Impeachment

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1. Arqueogenealogia: caminhos de ser-saber</b>	<b>17</b>
<b>2. Fundamentação teórica: um diálogo com e sobre Foucault</b>	<b>26</b>
<b>2.1. Do enunciado ao arquivo</b>	<b>42</b>
<b>3. Mídia e dispositivo</b>	<b>46</b>
<b>4. Os fios discursivos da história e a constituição dos impeachments de Collor e de Dilma</b>	<b>58</b>
<b>4.1. O processo de <i>impeachment</i> de Fernando Collor de Mello</b>	<b>60</b>
<b>4.2. Um salto na história brasileira: a ascensão e a queda de Dilma Rousseff</b>	<b>66</b>
<b>4.3 Os <i>impeachments</i> em diálogo</b>	<b>72</b>
<b>5. <i>Impeachment</i> e as descontinuidades do dizer: análises</b>	<b>77</b>
<b>5.1. O prenúncio midiático: a fala do vice</b>	<b>79</b>
<b>5.2. O <i>impeachment</i> em manobras políticas e discursivas</b>	<b>84</b>
<b>5.3. Sentidos de golpe ou <i>impeachment</i>: as possibilidades do dizer</b>	<b>96</b>
<b>5.4 A guerra contra a mulher na presidência</b>	<b>105</b>
<b>5.5 O discurso sobre a crise no acontecimento dos <i>impeachments</i></b>	<b>114</b>
<b>6. Considerações finais</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO



**La vérité sortant du puits, 1896. Jean-León Gérôme**

A convicção de que tudo o que acontece no mundo deve ser compreensível pode levar-nos a interpretar a história por meio de lugares-comuns. Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência.

Hannah Arendt

Aprendemos com Foucault a olhar. A olhar o horizonte, contemplar a vista sob diferentes perspectivas e como gesto atento, olhar as mais (in)significantes miudezas que estão a nosso alcance e povoam a conhecida rotina de nossas vidas. Aquilo que sempre está ali, sem ensaio, sem máscara, em meio a tanto que, de tão óbvio, quase não nos percebemos e não observamos além daquilo que supomos reconhecer. Problematizar, com Foucault, é um convite para um caminho de muitas experiências, possíveis por meio da prática da arqueogenealogia, a arte de estudar, cientificamente, as culturas e os modos de vida das diferentes sociedades humanas, espreitando atentamente as manifestações discursivas.

Assim como várias pesquisas têm recorrido ao conceito de arqueogenealogia para observar o discurso, também seguimos esse mesmo percurso. A proposta é buscar o discurso nos discursos que constituem a história, as práticas sociais, as significações da vida em que os sujeitos se reconhecem como tal na língua, em discursos plurais. Desse modo, nossas reflexões dialogam com a perspectiva foucaultiana do discurso, no que se refere ao funcionamento teórico-metodológico de nossas análises.

Nosso encontro com Foucault ocorreu ao final de nossa graduação em Letras, na Faculdade de Ciências e Letras Júlio de Mesquita Filho, da UNESP em Araraquara, junto à disciplina ministrada por Profa. Dra. Maria do Rosário Gregolin. Desse encontro, resultou esta pesquisa, que muito nos inquieta e muito tem ainda para ser dito e analisado, até chegar ao necessário (in)acabado. Esse é um dos principais legados de Foucault, isto é, deixar-nos a certeza de que a história não é uma cronologia linear e lógica, por isso, os discursos e as verdades sempre podem ser redefinidos, ressignificados. A história, com Foucault, é o tempo da irrupção dos acontecimentos; noção de tempo que se desprende da precisão de datas fixas, dos horários marcados, dos supostos rótulos precisos de um tempo que tem início, meio e fim delimitados. Sendo assim, os sentidos e as pesquisas acadêmicas estarão sempre inacabados. E essa certeza é, paradoxalmente, alívio inquietante.

Por que escolher pensar o discurso midiático com Foucault? Para início de conversa, é nossa proposta investigar a mídia digital a partir dos estudos da linguagem e, mais especificamente, da Análise do Discurso para observar a relação que as tecnologias de comunicação tecem com as práticas sociais e a produção de sentidos por meio da linguagem. Como sabemos, inúmeras práticas discursivas, possíveis a partir do uso de tecnologias digitais, constroem os enunciados na contemporaneidade. Estamos sempre conectados à Internet, fazendo buscas em *sites* de pesquisa sobre os mais variados

assuntos – inclusive, pesquisas referentes aos textos com os quais dialogamos nesta dissertação; lemos jornais, mantemos contatos pessoais através de aplicativos de mensagens instantâneas, interagimos em redes sociais com as fotos e vídeos de outras pessoas etc.

Assim sendo, consideramos a mídia um terreno arenoso, opaco, contraditório, para escolhermos apenas alguns adjetivos, e a concepção foucaultiana de arqueogenealogia sustentará nossas buscas do tema que elegemos para esta dissertação, isto é, analisar como a mídia colocou em discurso os *impeachments* de Fernando Collor de Melo e Dilma Rousseff, ex-presidentes do Brasil. Não podemos dizer que quando um país passa pelo processo de *impeachment* de um presidente que esse acontecimento político possa ser considerado algo do ordinário. Definitivamente não foi isso que ocorreu no Brasil, especialmente, com o *impeachment* de Dilma Rousseff. E foi justamente a convulsão político-social do ano de 2016 que nos despertou para a realização desta pesquisa. Decidida a temática, já sabíamos, a priori, que o teórico seria Michel Foucault a nos acompanhar nessa trajetória.

Ao egermos a temática de estudo e pesquisa de Mestrado, realizamos uma busca no *Google Scholar* a fim de investigar quais estudos já abordaram esse tema. Iniciamos por meio das palavras de busca “mídia” e “dispositivo” e encontramos textos referentes à Análise do Discurso e, também, ao campo dos estudos da Comunicação e aos estudos da Educação. Um dos artigos encontrados, publicado na revista *Educação & Realidade* (2004), de Marcello, intitulado *O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos*, objetiva analisar o dispositivo da maternidade e as formas pelas quais ele é atualizado agonisticamente na mídia contemporânea.

Encontramos, também, textos que investigam o conceito de dispositivo em relação aos discursos sobre Educação. Desse modo, destacamos um artigo de Fischer, publicado na revista *Educação e Pesquisa* (2002), *O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV*, que discute o conceito de dispositivo pedagógico da mídia, concebido e pensado com base nos conceitos de dispositivo de sexualidade e de modos de subjetivação de Michel Foucault.

Nossa busca nos trouxe, também, uma tese de doutorado de Serezer Gerzson, *A mídia como dispositivo da governamentalidade neoliberal: os discursos sobre Educação nas revistas Veja, Época e IstoÉ*. Nessa tese, as revistas são compreendidas como dispositivos da governamentalidade neoliberal porque em seus discursos sobre educação, a racionalidade e as práticas neoliberais, constituintes do projeto político predominante

nas sociedades contemporâneas, têm materialidade no texto destas mídias, produzindo discursos e enunciados vinculados com essa perspectiva político-econômica.

Não encontramos pesquisas que relacionam o conceito de dispositivo midiático aos *impeachments* de Fernando Collor e de Dilma Rousseff. Uma segunda busca foi realizada com as palavras “mídia” e “*impeachment*” e os resultados trouxeram os artigos de Lopes e Albuquerque, *O nome das coisas: a disputa simbólica impeachment versus golpe na mídia internacional*, publicado na Revista de Ciências Sociais (2018). Nesse artigo, o objetivo é analisar a pauta do golpe na imprensa internacional como estratégia de denúncia e disputa simbólica do governo Dilma Rousseff. Por meio de uma análise focada na comunicação, e não nos conceitos foucaultianos, o artigo reconstrói os eventos que antecederam o *impeachment*, o acirramento discursivo em torno do *impeachment/golpe* e mostra como a trajetória para pautar o golpe numa arena internacional permanece e atualiza seus sentidos a partir do aprofundamento da crise brasileira.

Encontramos, também, um artigo de Almeida e Lima, *Dilma Rousseff na imprensa brasileira: da reeleição ao processo de impeachment*, publicado na Revista Encontros (2016), cuja fundamentação não é baseada nas concepções de Foucault, destaca como a imprensa brasileira abordou a temática que envolveu o governo de Dilma Rousseff com foco no processo de reeleição e do *impeachment*.

Destacamos, dentre as pesquisas encontradas, a dissertação de Koberstein (2018), *Do cidadão ao cibercidadão: estudo das estratégias de comunicação no Facebook do Movimento Brasil Livre e da Mídia Ninja no impeachment de Dilma Rousseff*. Essa dissertação estuda as estratégias de comunicação das comunidades virtuais do Movimento Brasil Livre (MBL) e da Mídia Ninja para mobilizar os cidadãos a participar do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. A pesquisa tem caráter descritivo-analítico, abordagem qualitativa e investiga as postagens do MBL e da Mídia Ninja no Facebook entre os dias 11 e 17 de abril de 2016. O estudo segue o referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade proposto por Thompson (2011); portanto, não se fundamenta em nosso referencial foucaultiano.

Foram encontrados muitos artigos e pesquisas científicas, cujo foco é o acontecimento *impeachment* de Dilma Rousseff, mas não encontramos pesquisas sobre essa temática que tivessem o embasamento na teoria foucaultiana, como por exemplo, o trabalho de Gatto Cardoso e Rodrigues de Souza, intitulado *Dilma, uma “presidente fora de si”: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático*, publicado na

revista Pauta Geral (2016). Os autores analisam o papel da mídia na eclosão do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, explorando, especificamente, o enfoque patriarcal e sexista que foi cultivado nessa produção.

Na Revista Contratempo (2018), encontramos o artigo *O papel da mídia nos processos de impeachment de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017)*, de Machado Rodrigues, que analisa o histórico de atuação dos meios de comunicação em processos de desestabilização política. A hipótese foi testada a partir da observação de 35 editoriais dos principais jornais impressos do país durante a tramitação dos processos de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e de investigação de Michel Temer em 2017. O primeiro caso contou com certa unidade entre esses jornais, e o *impeachment* foi vitorioso; no segundo, houve divergências na imprensa e o *impeachment* não ocorreu.

Na Revista Extraprensa (Cultura e Comunicação na América Latina - 2017), temos o artigo de Pozobon e Prates, *Espetacularização e personalização da política na mídia: o impeachment de Dilma Rousseff nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo*, que tem como tema a espetacularização e a personalização política através da mídia. Para desenvolvê-lo, as autoras utilizaram como objetos de análise os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* ao abordarem o *impeachment* de Dilma Rousseff, a fim de identificar quais são os traços de personalização e espetacularização presentes na construção noticiosa dos jornais.

Além dessas buscas, realizamos outra, com as palavras que contemplam o objetivo de nossa pesquisa, “*impeachment* de Collor e Dilma”. Os resultados foram variados, os quais nos direcionaram para dissertações de Mestrado, na área da Sociologia, como por exemplo, a dissertação *Estratégias midiáticas da revista Veja: a construção de legitimidade sobre os processos de impeachment de Collor e Dilma*, de Silva (2019), que investigou quais foram as estratégias midiáticas utilizadas pela Revista Veja na construção de um imaginário social sobre o *impeachment* de Collor e Dilma, dando destaque à manipulação da notícia sobre processos de *impeachment* em Collor e Dilma e, não à mídia como um dispositivo de poder, como objetivamos analisar.

Encontramos, também, a dissertação de Mestrado de Velasques Gomes, *Impeachment: um olhar sobre os discursos dos ex-presidentes Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff* (2019), que analisa os discursos dos presidentes brasileiros impedidos, Fernando Collor e Dilma Rousseff, conforme o referencial da Análise do Discurso construída por Michel Pêcheux. A busca nos trouxe, também, a pesquisa apresentada no grupo de pesquisa Teorias do Jornalismo - XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em

Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, intitulado *O impeachment na mídia: os presidentes Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff pelos editoriais do Estado de S. Paulo*, de Hinterholz Cauduro, que faz uma avaliação sobre a opinião nos editoriais do jornal *Estado de S. Paulo* nos períodos de processo de *impeachment* dos presidentes Fernando Collor de Mello, em 1992, e de Dilma Rousseff, no ano de 2016, valendo-se da hipótese de agendamento e da análise de conteúdo para tentar desvendar os dois momentos conturbados da vida política brasileira pela visão de um dos maiores jornais do país.

De modo geral, podemos dizer que a maioria dos estudos encontrados pertencem à área da Comunicação e do Jornalismo e não têm os pressupostos teóricos de Michel Foucault como embasamento. Portanto, apesar de a temática eleita por nós para esta pesquisa ter sido muito estudada, entendemos que não há pesquisas que se dedicaram a analisar como o acontecimento político dos *impeachments* brasileiros foram discursivizados na mídia, entendendo-a como um dispositivo de poder tal qual preconiza Foucault.

Nesta pesquisa, procuramos compreender o funcionamento e a articulação dos enunciados nas mídias corporativa e alternativa. Esses enunciados atuam sob a materialidade digital, e, também, atualizam discursos sócio-históricos a que se combinam. Sendo assim, observaremos as especificidades discursivas que emergem no fio da história com a produção efetiva de enunciados, que são atravessados por discursos outros que irrompem no tempo e no espaço, acompanhados de uma rede de memórias.

Conceituando discurso como prática, Foucault nos mostra a fragilidade dos laços entre palavras e coisas:

mais do que referir-se a “coisas”, mais do que usar letras, palavras, frases, o discurso apresentaria regularidades intrínsecas a ele mesmo, através das quais seria possível definir uma rede conceitual que lhe é própria. Essa centralidade do discurso, em Foucault, é fundamental, para compreendermos a ruptura que ele faz com uma ciência histórica pela qual, por exemplo, as regras de formação dos conceitos residiriam na mentalidade e na consciência dos indivíduos: pelo contrário, elas estão no próprio discurso, e se impõem a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um campo discursivo determinado. (FISCHER, 1995, p. 21).

Com efeito, a filosofia foucaultiana é caracterizada através da problematização da ideia de sujeito no tempo presente, cujo horizonte interpretativo abrange a análise dos saberes, de objetos e práticas elevados ao estatuto de saber científico, seus efeitos sobre os indivíduos em relação à noção de poder. O filósofo francês Gilles Deleuze atesta que



“a filosofia de Foucault se apresenta, muitas vezes, como uma análise de dispositivos concretos” (DELEUZE, 1999, p. 155). A nossa proposta é compreender a relação do conceito de dispositivo, considerando a mídia como um dispositivo, fundamental para nossas análises, com um conjunto de discursos que se espalham nas teias do dizer.

Conceito decididamente complexo, o dispositivo tem função essencialmente estratégica. Como efeito de introdução, compreendemos dispositivo como conceito metodológico central das pesquisas genealógicas, que tematizam o poder como aquilo que é alvo de disputa. A pergunta que ecoa neste momento específico da analítica do poder é precisamente a seguinte: como se exerce o poder? Para Foucault, “o que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes *dispositivos de poder* que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas” (FOUCAULT, 2010, p. 13, grifos nossos).

Gilles Deleuze em sua obra-homenagem a Foucault propicia-nos importante pista para compreender o que ele próprio intitulou como uma filosofia dos dispositivos. Ademais, essa pista abre um caminho que nos permite investigar como os dispositivos circunscrevem a produção de significação cujo efeito é intenso em todas as camadas da sociedade, na tessitura do espaço e do tempo. Consideramos o dispositivo como um princípio de organização que conduz as relações de poder que se efetivam na língua, em conjunto com a noção de verdade.

Com base nessas considerações, temos como objetivo geral desta pesquisa analisar a discursivização dos *impeachments* de Collor e Dilma pela mídia. Para atingir esse objetivo, delineamos os seguintes objetivos específicos: a) analisar como a mídia corporativa e a mídia alternativa Mídia Ninja noticiaram os *impeachments* de Collor, em 1992, e de Dilma, em 2016; b) investigar que mecanismos discursivos marcam a diferença, ou não, nos sentidos construídos pela mídia sobre os *impeachments* de Collor e de Dilma; c) como ocorre a disputa entre formações discursivas na prática midiática, especificamente, com referência ao modo como o processo político *impeachment* foi discursivizado.

Explicitados os objetivos que nortearão nossa investigação, apresentamos a estrutura desta dissertação, que se inicia com essa seção introdutória, a partir da qual anunciamos o primeiro capítulo, intitulado *Arqueogenealogia: caminhos de ser-saber*, no qual serão apresentados os conceitos teóricos formulados por Michel Foucault, que constituem a base de nossa investigação e análise. Na sequência, o capítulo dois, Fundamentação teórica: um diálogo com e sobre Foucault, versa sobre os contextos

históricos que foram palco para os acontecimentos políticos dos dois *impeachments* ocorridos no Brasil, um em 1992, e, o outro em 2016.

No terceiro capítulo, *Mídia e dispositivo*, abordaremos o conceito-chave para esta pesquisa, a saber, o conceito de dispositivo segundo a ótica foucaultiana. Nesse capítulo, argumentamos que a mídia funciona como um dispositivo de poder e, portanto, ela afeta o modo de produção e divulgação de discursos. No quarto capítulo, *Os fios discursivos da história e a constituição dos impeachments de Collor e de Dilma* apresentaremos um histórico sobre os processos de *impeachment* de Dilma Rousseff e de Fernando Collor, situaremos os contextos histórico, político e social que circunscreveram os trâmites dos processos de impedimento por parte do governo brasileiro.

O capítulo dedicado às análises, *Impeachment e as descontinuidades do dizer: análises* enfoca corpus, constituído por discursos da mídia corporativa e da mídia alternativa, a saber, o jornal Folha de São Paulo, o jornal O Globo, o jornal Brasil de Fato, as revistas IstoÉ, Época, Exame, Veja e a página Mídia Ninja. Feito isto, para efeito de fechamento, trazemos nas considerações finais a nossa percepção diante da temática analisada com base nos pressupostos foucaultianos e discorremos sobre o funcionamento dos sentidos em contexto de mídias digitais e frisamos a centralidade da noção de dispositivo de poder para nossa pesquisa.

A abertura de cada capítulo será feita com imagens de telas de pintores, cujas pinturas ou temáticas retratadas nelas foram objeto de análise para Foucault. Pretendemos com essas aberturas, a exemplo de Foucault, não olhar ingenuamente para as pinturas, como se elas tivessem apenas uma função “ilustrativa” nesta dissertação; ao selecioná-las, pretendemos provocar o leitor a seguir os passos do genealogista, ao olhar com Foucault significando os pormenores e compreendendo as imagens como representações de um contexto fundante para as reflexões de todo o fio discursivo da obra foucaultiana.

## 1. ARQUEOGENEALOGIA: CAMINHOS DE SER-SABER



La trahison des images, 1928-9, óleo sobre tela. René Magritte

Somos filhos da época e a época é política.  
Todas as tuas, nossas, vossas coisas  
diurnas e noturnas, são coisas políticas.

Wisława Szymborska

Descobrir e delimitar o *corpus* de pesquisa é (re)conhecer, ao mesmo tempo, a abordagem metodológica que sustenta a escrita de nosso texto. Em maio de 2018, iniciamos uma pesquisa nas mídias digitais para a constituição do *corpus*, cuja materialidade são enunciados verbo-visuais. A busca de dados foi feita no acervo digital da Folha de São Paulo, cujo acesso depende de assinatura; das Revista Veja, Revista IstoÉ, Revista Época, Revista Exame; do portal do G1, Jornal Brasil de Fato, e, na página da Mídia Ninja, na rede social Facebook – cujo acesso é livre.

O jornal *Folha de São Paulo* é um dos maiores da mídia corporativa no Brasil, cuja grande circulação e ampla divulgação o faz um dos mais lidos. A efeito de um breve histórico, em 1921 foi fundado o jornal *Folha da Noite*; a *Folha da Manhã* é criada em 1925 e vinte e quatro anos depois, a *Folha da Tarde*. Em 1960, os três títulos da empresa se fundem e surge o jornal *Folha de São Paulo*, editado na cidade de São Paulo. Vale destacar que a Folha é o primeiro órgão da imprensa brasileira a pedir o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, que renuncia no ano de 1992. Ao lado de *O Globo*, forma um dos grupos mais importantes na indústria das comunicações no Brasil.

As revistas *Exame* e *Veja* são do Grupo Abril, fundado como editora em 1950. A revista *Veja*, criada em 1968, em contexto de ditadura militar, divulga notícias sobre as temáticas da política brasileira e mundial, sobre economia e problemáticas culturais. A revista que chegou à internet em 1997, é a maior do Brasil e a segunda maior e mais lida revista de informação no mundo fora dos Estados Unidos. A revista *Exame*, criada em 1967, aborda temas relacionados à economia mundial, especializada em economia, negócios, política e tecnologia.

*IstoÉ*, revista criada em 1976, durante o governo Geisel, também é conhecida por abordar temas sobre política, economia, ciência, artes, esportes. Mino Carta foi um dos redatores da revista, idealizador da revista *Veja*. No contexto da candidatura do carioca Fernando Collor de Melo, a revista destacou seu posicionamento contrário a possível escolha política do brasileiro para a presidência.

A revista *Época* e o jornal *O Globo*, ambos sob direção do grupo Globo, abordam assuntos relacionados à política e atualidades. A revista *Época* da Editora Globo, foi fundada em 1998 e o jornal *O Globo*, de circulação nacional, foi fundado em 1925. O G1 é um portal de notícias brasileiro, lançado em 2006 sob a direção do Grupo Globo e sob orientação da Central Globo de Jornalismo. O portal disponibiliza o conteúdo de jornalismo das diversas empresas do Grupo Globo, o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e América Latina.

O jornal *Brasil de Fato* foi lançado por movimentos populares em 2003. Com circulação nacional, o jornal reúne jornalistas, articulistas e intelectuais intitulados de esquerda, que se uniram para formar uma ampla rede nacional e internacional de colaboradores.

A *Mídia Ninja* (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) é uma rede descentralizada de mídia alternativa, com atuação em mais de 250 cidades no Brasil. Sua abordagem é conhecida principalmente pelo ativismo sociopolítico, mostrando-se como uma alternativa aos meios de comunicação tradicionais. O grupo ficou reconhecido internacionalmente após a cobertura independente das Jornadas de Junho de 2013.

Nosso objetivo é analisar o modo como a mídia corporativa e a mídia alternativa Mídia Ninja discursivizaram os *impeachments* de Collor, em 1992<sup>1</sup>, e de Dilma, em 2016. Para isto, selecionamos as manchetes, as reportagens, as capas das revistas, o texto verbal e as imagens que são peça fundamental na constituição de sentidos circulantes nesses meios midiáticos. Observar discursos produzidos em lugares distintos se justifica pela possibilidade de demonstrar a dispersão dos discursos sobre o político na atualidade, ou seja, analisar o mesmo acontecimento discursivo em mídias com posicionamentos diferentes contribui para que possamos encontrar discursos que, segundo nossa hipótese, representam várias vozes sociais. Dessa forma, pretendemos observar as simultaneidades e multiplicidades que se entrecruzam, fazendo com que sentidos históricos já existentes sobre *impeachment* se atualizem.

A arqueogenealogia foucaultiana – proposta do princípio da descontinuidade da história - conduz nossa pesquisa, direcionando nosso olhar para os discursos como prática social, para a não linearidade dos sentidos, para a língua de vento que em brechas se faz firme. A partir dos conceitos de arquivo e de formação discursiva e da noção de acontecimento, o processo de constituição de nosso *corpus* se deu com o objetivo de descrever, por meio das regularidades que caracterizam um conjunto de enunciados, a sistemática de um discurso-objeto. Segundo Foucault,

Entre a *língua* que define o sistema de construção das frases possíveis e o *corpus* que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o *arquivo* define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas

---

<sup>1</sup>Vale destacar que em meio ao processo de *impeachment*, Fernando Collor de Mello renunciou à Presidência da República, em dezembro de 1992. Apesar da renúncia tardia, Collor foi condenado pelo Senado por crime de responsabilidade e ficou inelegível por oito anos. Foi a primeira vez na história da República brasileira que um presidente eleito por voto direto foi afastado por vias democráticas.

ao tratamento e à manipulação. [...] Entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados. (FOUCAULT, 2009, p. 147).

Realizamos buscas para compreender como os enunciados produzidos no contexto sócio-histórico do *impeachment* de Collor se (trans)formaram e como isso ocorreu em relação ao acontecimento *impeachment* de Dilma, a fim de analisar “o modo de atualidade do enunciado-coisa, seu sistema de funcionamento.” (idem). Para atingir esse objetivo, a delimitação do tema e do *corpus* constituem as peças principais da arquitetura de nossa investigação. Os anos de 1992 e 2016 foram selecionados como recorte porque foi, exatamente, nesses períodos que os *impeachments* foram concretizados com base nos trâmites jurídicos.

O procedimento de constituição do *corpus* assenta-se na realização de recortes das reportagens, das notícias nas quais circulam os enunciados pertinentes aos objetivos de nossa análise. Atentamo-nos aos fios discursivos que emergem na mídia por meio de regularidades e que se cristalizam como verdades sobre o político e o histórico, num determinado momento. É nosso papel, na posição de pesquisadores e analistas do discurso, desvendarmos as pistas que nos levam aos sentidos privilegiados, perseguir as marcas que a história imprime nos textos para compreender a própria noção de história e as relações de poder que se sustentam nos discursos.

(...) analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. “As palavras e as coisas” é o título – sério - de um problema; é o título – irônico – do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e ao ato de fala. É esse *mais* que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2009, p. 55).

Em consonância com Foucault e sua arqueogenealogia, buscamos compreender o funcionamento do discurso legitimado na mídia sobre acontecimentos políticos que se

tornaram, na história, acontecimentos discursivos, tal qual o conceito foucaultiano. Podemos observar que a mídia veicula sentidos que se tornam verdade e sustentam as formações discursivas que circulam em nossa sociedade sobre o que foi e o que é *impeachment*. São esses acontecimentos – os retornos, as metamorfoses do sentido atribuído a *impeachment* – que intencionamos descrever.

É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. (FOUCAULT, 1990, p. 73).

Entendendo o acontecimento como uma relação de forças que se inverte, tal qual Foucault, notamos que as mídias corporativas e alternativas digitais conquistaram um espaço significativo em nossa sociedade para colocar as relações de força em choque e em disputa acirrada, e, assim como nos diz Sargentini (2015), os estudos da Análise do Discurso vêm mostrando que as redes de comunicação agitam o discurso político, que se torna refém das formas de circulação, seja esse discurso o oficial ou o discurso que circula na sociedade sobre política. J. Jacques Courtine, autor cujos estudos reverberam nesta pesquisa, aponta em seus escritos como a espetacularização produz ruptura, quebra de continuidade e linearidade que atinge as formas de produção do discurso político contemporâneo, pois “dispositivos midiáticos produzem subjetividades que formatam representações sobre as verdades e os sujeitos na atualidade.” (GREGOLIN, 2016).

A Análise do Discurso tem investigado as mídias com muito interesse nos últimos anos deste século, procurando entender e explicar como se dá a produção e a circulação de discursos no meio midiático. As redes sociais aparecem como lugar de resistência e é por meio delas que vemos as práticas discursivas acontecerem com suas brechas e rearranjos. As palavras de Gregolin (2008) destacam como se constitui o campo da Análise do Discurso:

Análise do Discurso é um campo de vizinhanças teóricas: se entendemos “discurso” como produção de sentidos, realizada por sujeitos histórico-sociais, por meio da materialidade da linguagem, temos necessidade de articular teorias da linguagem, do sujeito e do histórico-social. Entender as diferentes ADs Brasileiras é, portanto, definir quais teorias constituem as concepções de linguagem, sujeito, sociedade, história em cada proposta e, a partir disso, delimitar em qual

espaço epistemológico nos situamos no interior desse diagrama complexo. (GREGOLIN, 2008, p. 4).

Durante o (per)curso de constituição do *corpus* com a busca dos dados, o estudo bibliográfico foi se consolidando com as leituras das produções científicas do grupo GEADA, coordenado pela orientadora desta pesquisa, Prof.<sup>a</sup> Dra Rosário Gregolin, e com a leitura do legado foucaultiano. A produção acadêmica no Brasil sobre análise de discursos nas mídias é bem consolidada e apresenta sempre novas respostas e abre espaço para novas indagações.

É seguindo os caminhos da história, assim como fez Foucault em seus grandes estudos que ecoam fortemente sobre os campos linguístico e discursivo, que pretendemos entender sobre a histórica de nós mesmos em nossas relações com a verdade e com o poder. Considerar o *impeachment* como objeto de pesquisa, à luz dos estudos foucaultianos, justifica-se porque para o filósofo francês estudar a história é sempre urgente: é fundamental atentar-nos aos fatos que nos rodeiam e nos constituem, atentar-nos à relação construída entre passado e presente e ao modo como essa relação afeta os sujeitos.

Realizamos buscas para compreender como os enunciados produzidos no contexto sócio-histórico do *impeachment* de Collor se (trans)formaram e como isso ocorreu em relação ao acontecimento do *impeachment* de Dilma, não para “recolher a poeira dos enunciados” (FOUCAULT, 2009, p.147), mas sim, a fim de analisar “o modo de atualidade do enunciado-coisa, seu sistema de funcionamento.” (idem).

Considerando os discursos produzidos pela mídia como arquivos, cuja temática é o acontecimento *impeachment* dos presidentes brasileiros, pretendemos descrevê-los como práticas especificadas no elemento arquivo. “Fora de cogitação, entretanto, está o fato de se poder descrever, sem limites, todas as relações que possam assim aparecer. É preciso, numa primeira aproximação, aceitar um recorte provisório: uma região inicial que a análise revolucionará e reorganizará se houver necessidade” (FOUCAULT, 2009, p. 33). Portanto, nosso primeiro recorte será descrever os discursos que circularam na mídia, nos anos de 1992 e 2016 sobre o acontecimento *impeachment*.

Dada a delimitação dos anos de 1992 e 2016, buscamos recortes nos quais a articulação do verbal e visual constitui os enunciados por nós selecionados. Como critério de escolha dos recortes, consideramos importante observar o funcionamento do *impeachment* - como acontecimento - no dispositivo midiático, com base nas categorias de análise que optamos para dissertar e desenvolver no percurso analítico: conceitos de



memória discursiva, curvas de visibilidade e de enunciabilidade e processos de subjetivação.

Destacamos que grande parte do acervo referente ao *impeachment* de Collor é constituído de edições em preto e branco, por serem menos recentes que as edições coloridas sobre o *impeachment* de Dilma. Não significa que as análises foram prejudicadas; é uma característica constitutiva do *corpus* que refletiu em nossos critérios de escolha, afinal, ao observar o *corpus* e suas singularidades é que podemos analisar o objeto, cujas arestas não são definidas a priori. O discurso é fundante e dele próprio reverberam as urgências de análise.

Em *A Arqueologia do saber*, Foucault (2009) concebe o enunciado como um tema central na análise do discurso, por entendê-lo não como uma manifestação psicológica de um pensamento interno da pessoa que fala. Para o autor, o enunciado pode ter outras formas, além de uma verbalização, pois “[...] um horário de trens, uma fotografia ou um mapa podem ser um enunciado, desde que funcionem como tal, ou seja, desde que sejam tomados como manifestações de um saber e que, por isso, sejam aceitos, repetidos e transmitidos [...]” (VEIGA-NETO, 2003, p. 113).

Assim, a *aceitabilidade* de um enunciado ou de um discurso não provém da relação de adequação entre aquilo que é dito e a realidade (noção de verdade enquanto adequação), nem tampouco da coerência interna do discurso (noção de verdade enquanto coerência). Para que um enunciado seja aceito em uma época, para que possa ser legitimamente dito, para que esteja no *verdadeiro*, precisa seguir certas regras ditadas por um corpo social, histórico e anônimo. Por isso, segundo Foucault, não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. (GREGOLIN, 2016, p. 119)

Considerando a arqueologia como história dos saberes, e a premissa de que todo saber é político, “o fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder.” (MACHADO, 1990, p. XXI). É nosso objetivo, então, entender como os saberes sobre *impeachment* aparecem na história, situados como peças de relações de poder que se inter-relacionam no domínio das coisas ditas, que é o arquivo; para tanto, nossas principais perguntas são: quais as condições de aparecimento dos discursos sobre *impeachment*, as formas de seu acúmulo e encadeamento, as descontinuidades que os escandem.

A escolha dos recortes encontrados nas páginas da Mídia Ninja, no Facebook, também respeitam as categorias de análise acima citadas. Encontramos bastante material, em ambos os espaços midiáticos, o que foi ponto importante para nosso percurso de constituição do *corpus*. Os enunciados verbais e não verbais sob a ótica da mídia alternativa são pontes para outro lado da mesma realidade, da mesma verdade admitida. Encontramos posicionamentos distintos que nos provocaram a pensar a metalinguagem de nossa função pesquisador, que está sempre em andamento; o processo de constituição do *corpus* abre caminhos para a nossa compreensão da teoria em funcionamento nos enunciados efetivamente ditos, nas práticas do mundo social que a mídia abraça, conferindo-lhes rosto, sentidos, memória ou silenciamento.

É importante dizer que, pela lente da linguagem, não acreditamos que se possa aplicar Foucault a objetos de investigação. Gregolin nos situa, no lugar de pesquisador da área de linguagens, ao dizer que lemos Foucault pela lente da linguagem e do discurso, ou seja, “ler Foucault pela via da linguagem significa tomar o discurso como categoria central do seu pensamento pois são as vozes, os discursos que lhe interessam (...)”. (GREGOLIN, 2016, p. 118).

Lemos Foucault para compreender a constituição do discurso, categoria central do seu pensamento, e então, refletirmos sobre a criação de verdades na mídia e nas redes sociais. Temos, portanto, a imbricação de conhecimentos científicos e das memórias cotidianas funcionando em nossa busca pela compreensão dos acontecimentos discursivos, segundo nos ensina Foucault sobre genealogia.

Chamamos, se quiserem, de genealogia o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais. Será essa, portanto, a definição provisória dessas genealogias que tentei fazer com vocês no decorrer dos últimos anos. (FOUCAULT, 2010a, p. 9)

Para analisar por que a mídia construiu determinados enunciados sobre o *impeachment* de Collor e de Dilma e não outros, temos de partir de uma ideia basilar de Foucault (2009), a de que não há uma continuidade linear entre os fatos históricos, ou seja, o modo como o *impeachment* de Dilma foi/está sendo discursivizado não é uma continuação do modo como o de Collor, ex-presidente do Brasil, o foi. Sendo assim, no âmbito teórico, esta dissertação vem contribuir com os estudos da Análise do Discurso sobre a mídia, como um dispositivo de poder, lugar social privilegiado em nossa

sociedade ocidental, que tem o poder-dizer e faz circular sentidos que podem se tornar verdades, conforme veremos ao longo deste trabalho, cujos conceitos teóricos serão apresentados, na seção que se segue.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: UM DIÁLOGO COM E SOBRE FOUCAULT



**A Lição de Anatomia do Dr. Tulp, Rembrandt**

Quando eu falo a palavra Futuro, a primeira sílaba já pertence ao passado. Quando eu falo a palavra Silêncio, o destruo. Quando eu falo a palavra Nada, crio algo que nenhum não-ser comporta.

As três palavras mais estranhas

Wislawa Szymborska

O dizer em percurso inesgotável. As linhas que tecem, fio a fio, os instantes da história configuram o horizonte da perspectiva teórico-discursiva que se funda, em movimento, ao configurar as arestas que refletem e refratam as funções epistemológicas que são essenciais para apreender o objeto de investigação e análise. Esta dissertação se filia à Análise do Discurso que pensa com Michel Foucault a emergência dos acontecimentos na história do presente e o modo como as práticas discursivas produzem verdades. No fio discursivo aqui tecido, fazemos funcionar os pressupostos foucaultianos da arqueologia e da genealogia: a descrição das condições históricas e dos saberes e a análise das relações de poder que constituem nosso *corpus*.

Cenário de grande efervescência cultural, a primeira metade do século XX é espaço para transformações importantes como a reconfiguração política francesa, a mudança epistêmica da Linguística Estrutural, num percurso histórico de contradições, em que a releitura dos legados de Saussure, Marx e Freud instigou propostas de superação do estruturalismo, num momento em que as ciências ainda organizavam os saberes de maneira estruturalista.

Problematizações sobre o escopo da ciência da linguagem abriram caminho para novos objetos de estudo e para uma nova maneira de se fazer ciência. O alicerce estruturalista das ciências humanas foi produtivo em relação a vários campos do saber, entretanto, novos tempos e novas vontades suscitaram o interesse para além da estrutura, para além do estudo de perspectivas internas dos objetos de investigação. A produção de saber sobre objetos estáveis é o que garantia a especificidade científica da Linguística, cujo olhar atento ao sistema da língua e à oposição entre *langue* e *parole* se fez presente na obra de Saussure, que teve como marco de referência o livro organizado por seus alunos, com quem o mestre dividia o tempo e as palavras, *Curso de Linguística Geral*.

Em meio a mudanças significativas, as ciências humanas buscavam maneiras de renovar o estudo da configuração epistêmica de seu tempo, abrindo espaço para investigar outros objetos: a linguagem, o sujeito, o discurso, a história. Outro olhar, outros horizontes e, na segunda metade do século XX, com o *tournement linguistique*, o discurso e a produção de sentidos e a conversação protagonizam a cena dos estudos linguísticos.

O estudo do simbólico é tecido na história a partir do momento em que o poder da língua é percebido, é notado. Seus barulhos e silêncios produzem significados e interessam aos estudos linguísticos pós-estruturalistas, que consideravam a relação entre ciência, língua e história e os efeitos da premissa da não-linearidade do objeto de estudo. Nesse contexto é que o campo teórico arquitetado por Michel Pêcheux, a Análise do

Discurso francesa, foi constituído para abraçar o estudo do discurso (re)significando a língua(gem), que começa a ser interpretada como horizonte para novas possibilidades de pesquisa. O ano de 1969 marca o início da teoria na França, que se solidifica com o propósito dos cientistas curiosos para perscrutar heterogeneidades do dizer.

Atravessando a distância temporal, os estudos discursivos chegam ao Brasil a partir da década de 80, em um contexto sócio-político pós ditadura militar, que endureceu o olhar das produções artísticas e acadêmicas, mas instigou a necessidade de escrever em outras linhas o que fora censurado. Além de superar a censura, conhecer novos valores e novas verdades impulsionou os estudos da linguagem e a Análise do Discurso foi bem recebida e criou raízes em solo brasileiro. “Histórias distintas promoveram *grosso modo* diferentes transformações na Análise do discurso dos dois lados do Atlântico, ao longo de um período de já quase três decênios.” (PIOVEZANI, 2007, p. 124)

O *mirante teórico* da Análise do Discurso (Mazzola, 2014), consolida-se no Brasil, influenciado por aspectos do contexto sócio-político do espaço e do tempo, e observa com suas lentes os objetos sob diferentes perspectivas, num cenário constituído por diferentes contextos, discursos de raízes mosaicas, com outras dimensões e valores. Campo teórico de vizinhanças múltiplas, os pressupostos que embasam o alicerce da Análise do Discurso, arquitetada por Michel Pêcheux, permitem diálogos com outras maneiras de interpretar o discurso, o sujeito histórico-social, os sentidos e a história.

Esse diálogo abriu caminho para que as contribuições do pensamento de Michel Foucault à Análise do Discurso, no Brasil e na França, fossem estudadas com afinco, visando a compreender o percurso epistemológico da teoria e as mutações de seus objetos. J. Jacques Courtine incorporou o pensamento foucaultiano na Análise do Discurso na França, na década de 80, e, fez ampliar o horizonte dos estudos discursivos e dos conceitos de sujeito, discurso, história e poder. Assim como nos diz Mazzola (2014, p. 16), “fazer análise do discurso com o olhar voltado para as mídias, para as identidades, e para as diversas materialidades do discurso a partir de M. Foucault significa necessariamente colocar-se diante de um mirante.”

No Brasil, atualmente, o campo de estudos denominado Análise do Discurso constitui uma multiplicidade de abordagens, métodos e objetos de análise. Essa variedade deriva da complexidade do conceito de discurso já que, envolvendo a linguagem, os sujeitos e as determinações sociais e históricas, necessita a articulação de vizinhanças teóricas e possibilita enfoques a partir de ângulos diversificados. Essa multiplicidade característica da maneira brasileira

de operar com a análise de discursos deriva também da heterogeneidade de objetos mobilizados pelos analistas. (GREGOLIN, 2011, p. 83)

Fazer Análise do Discurso com Foucault é o legado da obra de Gregolin, no Brasil, que iluminou o estudo do discurso como quem observa do alto do farol o navio que viaja em alto mar. O olhar de analista do discurso é o farol que permite (re)conhecer no objeto de estudo as estabilidades provisórias que o constituem, sem a ilusão de compreendê-lo em sua totalidade, com a constante necessidade de problematizar as opacidades das evidências.

Olhar para os discursos que constituem nossa história, nossa sociedade, nosso tempo, nosso entorno com os óculos de Foucault é possível, pois portas foram abertas com o *projeto de felicidade* do Grupo de Análise do Discurso de Araraquara que se dedicou ao estudo atento das aproximações e influências entre as obras de Pêcheux e Foucault, e teceu uma nova maneira de contemplar os discursos que coexistem, as práticas, as relações de poder que afetam os sentidos no decorrer da história. Como nos diz Gregolin (2016, p. 1), “a abrangência de suas temáticas, a solidez de sua argumentação e a perspicácia de suas problematizações desafiam os limites disciplinares e instigam uma pluralidade de leituras.”

A Análise do Discurso traz para as ciências humanas o pressuposto da relação entre a linguagem e as práticas sociais, o que contribui para a interpretação das verdades cristalizadas sobre vários campos do saber. Além de estudar o enunciado linguístico, tal qual a proposta pecheuxtiana, aprendemos com Foucault a interpretar o enunciado semiológico, que produz efeitos de sentidos variados como a arquitetura, o espaço, a noção de tempo, o corpo, a música, a mídia etc.

Se de início a Análise do Discurso era identificada quase exclusivamente como campo de estudo de discursos políticos, essa realidade se alterou com a diversidade de objetos que constituem o leque de interesse de pesquisa. Do campo verbal ao não verbal, diferentes tipos de discurso (religioso, jurídico, científico, cotidiano) e problemáticas estritamente teóricas (hiperlíngua, autoria, sujeito do discurso, equivocidade da língua) são temas que protagonizam a cena das pesquisas em Análise do Discurso hoje, século XXI.

O alicerce do pensamento de ambos os autores é o mesmo, porém, o foco é outro, ou seja, há pontos em comum que, correlacionados, fazem acontecer o que chamamos de Análise do Discurso com Foucault, filósofo que propôs uma história dos discursos: “para

ele, os objetos são construídos, produzidos a partir de sua relação com certa vontade de verdade, e mais, com a história (...)" (SÁ, 2015, p. 29).

O discurso é objeto de estudo que está na intersecção dos domínios linguístico, histórico-ideológico e do simbólico, ou seja, é necessário considerar o funcionamento do discurso, materializado na linguagem, cujos efeitos de sentido pertencem ao simbólico, ao domínio do inconsciente e esse funcionamento afeta os mecanismos de esquecimento e de reiteração. Considerando que as insurreições pertencem à história e analisando-as através dos enunciados de natureza linguística e histórica, podemos encontrar regularidades no meio da dispersão do mosaico de discursos e sentidos que se entrelaçam na história e no fio do dizer.

Os pressupostos do grupo de estudo de Pêcheux, que embasam o projeto teórico e as reflexões de Foucault sobre o discurso dialogam entre si e, como assim quis a história, (GREGOLIN) as articulações teóricas possíveis estão sendo muito produtivas no que diz respeito aos conceitos de discurso, formação discursiva, sujeito, história. Michel Foucault propôs uma ontologia do presente que nos permite analisar a forma como os sentidos aparecem, na descontinuidade da história, e iluminam novos caminhos discursivos sobre os fatos.

A “história das singularidades”, como Foucault assim se referia à Arqueologia<sup>2</sup>, busca compreender a constituição e estabilização de um problema atual, num movimento analítico atento à historicidade dos discursos sem que seja necessário recuar no tempo para procurar a origem dos enunciados. Foucault publicou a *Arqueologia do Saber*, em 1969, livro em que o autor “reconhece, reivindica e reverbera a historicidade das relações sincrônicas, por outro, recusa e critica o recobrimento dos acontecimentos pelos recortes de longa duração (...).” (PIOVEZANI, 2007, p. 148).

A heterogeneidade constitutiva da obra de Foucault não nos permite encaixá-lo numa moldura científica, ao contrário, permite-nos conhecê-lo como aquele que fala sobre os discursos e os movimentos de subjetivação dos sujeitos sob uma perspectiva histórica e filosófica. As temáticas amplas da obra foucaultiana são possíveis devido ao fato de pertencerem a um entre-lugar e não a um lugar específico e determinado. A casa interdisciplinar em que se sustentam tais reflexões tem cores da Linguística, da História, da Filosofia que constituem o modo foucaultiano de analisar as discursividades.

---

<sup>2</sup> O uso do *arkhè* grego foi lapidado para significar algo muito preciso na investida arqueológica de Foucault: a análise de arquivos como “existência acumulada de discursos” (Foucault, 2000, p.72).



O fazer científico interpretativo é, pois, uma corrida contra o tempo; é, também, a imposição de uma escolha, diante de objetos heteróclitos. Não alcançamos o instante nem compreendemos o todo. Aliás, a inteireza, de certa forma, parece ser o avesso das descrições, interpretações e explicações científicas que, afastando alguns aspectos acidentais dos objetos, visam a torná-los mais simples. (PIOVEZANI, 2007, p. 120)

Especialmente em relação às máximas foucaultianas, o filósofo elabora uma crítica contundente à ideia de transparência da linguagem ao defender a tese de que a linguagem é instância em que o poder se manifesta, e por meio dela usos estratégicos e astutos são suscitados nas práticas sociais ao longo da história. Mas, a que história Foucault se refere? Para Foucault, a história não é resultado de um processo ordenado, pois “a cada época não há senão um caos de singularidades arbitrárias, provenientes da concatenação caótica precedente.” (VEYNE, 2011, p. 87). Para Foucault, a noção de história se desprende da precisão de datas fixas, horários marcados, rótulos precisos de um tempo que tem início, meio e fim delimitados. A história é o tempo da irrupção dos acontecimentos.

A crítica de Foucault recai na tradicional história das ideias, via de regra representacionista e ligada a concepções transcendentais do conhecimento; enquanto a epistemologia normativa estabelece a legitimidade (ou a falta dela) de um determinado discurso, a arqueogenealogia interroga as condições de existência dos discursos, até mesmo dos científicos.

O pensamento filosófico de Foucault é interpretado de modo a considerar as temáticas centrais que se desdobram em fases, especificamente, três períodos que correspondem à arqueologia do saber, à genealogia do poder e à genealogia da ética. Vale ressaltar o efeito metodológico que circunscreve as três fases a que os críticos, leitores de Foucault, referem-se ao delinear a qual interesse Foucault se debruça em cada fase. De acordo com Aleikseivz (2016, p. 14-15):

De fato, sabe-se que divisões rígidas muitas vezes acabam por se tornar um empecilho para uma melhor análise de uma experiência de pensamento como a de Foucault, por exemplo, que muitas vezes não se deixa capturar totalmente por tais classificações. (...) Ora, se a arqueologia se centrava na análise dos discursos, a genealogia pretende encontrar a emergência de diferentes situações estratégicas a que se chama de poder. Em outras palavras, a arqueologia se apresentava como um esforço de realizar uma análise das condições históricas de possibilidade do saber.

A história genealógica não parte do presente para buscar o passado, mas vai ao passado atrás das condições de possibilidade que permitem que as práticas sejam como são, e, constituam o presente de nós mesmos. É basilar considerar que as verdades são inventadas historicamente e são revisitadas no decorrer do tempo, e se refazem, se transformam, tornam-se outras.

Para entender os discursos que circulam, na contemporaneidade, e os modos de (des)organização da sociedade do final do século XX e início do século XXI, os quais são entretidos por relações desiguais de poder<sup>3</sup>, recorremos a Foucault que nos explica como o conceito de genealogia deve ser compreendido.

A genealogia é cinza; ela é pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos [...] daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história — os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos. (FOUCAULT, 1990, p. 12)

O genealogista tem por função demorar-se sobre os documentos que narram o cotidiano e os detalhes considerados banais, que pareciam não ter história, ou melhor, a “História” legitimada pelas instituições de poder; a tarefa do genealogista é, por sua vez, promover a dispersão dos acontecimentos para interrogá-los e duvidar das evidências. “Termo nietzschiano, a “genealogia” tem por função denunciar o aspecto ilusório de toda ideologia. É a perenidade dos valores morais, inclusive a da verdade, que o filósofo alemão denuncia.” (BERT, 2013, p. 43).

A genealogia busca o emaranhado de descontinuidades que constituem os saberes historicamente reconhecidos como tal para visibilizar as singularidades, os novos sentidos através das brechas. “A genealogia de Foucault orienta uma pesquisa contra certa origem de um discurso, sob a crítica de um teatro de procedimentos em uma encenação que visa marcar o corpo ou em que um corpo se produz como resultado da cena.” (RIBEIRO, 2018, p. 147). Isso significa dizer que o genealogista não tem expectativa por

---

<sup>3</sup> Sabemos que não é exclusividade da sociedade contemporânea ser constituída por relações desiguais de poder e de saber, pois a História nos mostra que sempre foi assim, cada época a seu modo. Todavia, a restrição deve-se ao fato de que nosso *corpus* será constituído por discursos formulados no período que compreende a última década do século XX e a segunda década do século XXI.

resultados prontos e acabados, mas perscruta as singularidades que são constitutivas dos acontecimentos.

O olhar de Foucault observou, atento, os saberes que não eram do cotidiano e ainda não tinham estatuto de cientificidade; entretanto, eram saberes que produziam verdades, cujos efeitos envolviam as práticas sociais, que se enraizavam, impulsionando novas práticas. Os “códigos fundamentais de uma cultura” (FOUCAULT, 1992, p. 10) são saberes que instauram verdades com poderes imediatos e invisíveis, que se espelham e se estranham, ao mesmo tempo, e acontecem através das práticas discursivas e não discursivas.

Por ser assim, é possível investigar como as práticas discursivas constroem determinadas verdades, em dado momento histórico, as quais podem ser despidas do estatuto de verdade, no momento seguinte, ou em outro qualquer. Porém, esse movimento de ir e vir só é possível, como nos ensina Foucault, devido aos dispositivos de poder que regulam e determinam os discursos e, conseqüentemente, as práticas discursivas e não discursivas. Disso decorre a relevância das regularidades dos enunciados para a teoria foucaultiana, pois são essas (i)regularidades que darão sustentação a determinadas práticas e não a outras.

A investigação arqueogenealógica persegue as pistas, os indícios que levam às regularidades dos enunciados, das práticas, em meio à dispersão, e permite compreender a ordem do discurso presente em determinado momento. Foucault faz uma reflexão sobre a história das ideias, a constituição dos saberes que definem os sujeitos e os sentidos em uma cultura e intriga-se ao observar as obviedades e os avessos das práticas, que produzem verdades que não são transparentes, são interpretações, são fabricações históricas. De acordo com as palavras de Courtine (2016, p. 16), “os discursos não são outra coisa que os fragmentos de uma arqueologia, que os traços da história. A inscrição do discurso na história tanto quanto a marca da história sobre os discursos são, por essa razão, questões genealógicas incontornáveis [...]”

Imersos nesses discursos de Foucault, sobre Foucault e com Foucault somos levados a questionar: Para que lugares Foucault nos levará? Mesmo de modo incipiente, podemos arriscar que a resposta passa por lugares em que as zonas de conforto dos sentidos sejam sempre perfuradas para observarmos como os enunciados - que produzem saberes e verdades de uma época - circulam e por que alguns permanecem e outros são apagados. É salutar a importância de interpretar a memória discursiva, seguindo os fios tecidos no labirinto da linguagem para encontrarmos no caos, as regularidades.

As temáticas da obra foucaultiana sempre foram abrangentes e envolveram as relações entre os saberes e os poderes na história da sociedade ocidental. Por estar inserido nessas vastas problemáticas, seu pensamento abriu-se em várias direções: buscou compreender a transformação histórica dos saberes que possibilitaram o surgimento das “ciências humanas” (o homem enquanto sujeito e objeto do saber) na sua fase chamada de “arqueológica”; tentou compreender as articulações entre os saberes e os poderes, na fase denominada de “genealógica”; investigou a construção histórica das subjetividades, em uma genealogia da ética. (GREGOLIN, 2016, p. 123)

Gregolin, em suas aulas ministradas no Programa de Pós-Graduação da UNESP de Araraquara (2018-2019), ressalta que os caminhos da Análise do Discurso, longe da pretensão de responder a todas as perguntas – aliás, segundo ela, as perguntas são mais importantes que as respostas -, movem-nos a uma busca interpretativa para observar os efeitos de recorrência que fundam as verdades. Para iniciar a busca interpretativa, daremos primazia a um conceito que é base nesse campo teórico, isto é, o de formação discursiva. O conceito de formação discursiva é pensado por Foucault como conceito-chave para conceber os vários discursos que se filiam a uma mesma rede de sentidos e que coexistem com outras formações discursivas no mesmo momento histórico e pertencem a um recorte provisório.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (FOUCAULT, 2009, p. 43)

Os discursos aparecem na história através de conjuntos de enunciados efetivamente ditos, pertencentes a várias formações discursivas e definem os objetos, as noções de verdadeiro e falso, de ciência, entre tantas outras. Importante destacar que, para o historiador, a noção de dispersão é tão valiosa quanto a de regularidade, pois o discurso não segue uma linearidade; ao contrário, os enunciados podem emaranhar-se, ranger, esburacar, tornarem-se outros, ou retornarem ao que já foi dito. Esse processo discursivo ocorre com base no conceito foucaultiano, o qual norteará nossa pesquisa, que é o de

dispositivo. Foucault se inquieta e investiga por que as coisas são como são e desenvolve o conceito de dispositivo – sobre o qual explanaremos com mais rigor, no próximo capítulo, para responder à problemática do conceito de episteme, perseguindo as regularidades e as dispersões.

O conceito de dispositivo é, portanto, pautado na noção de rede, de relações estratégicas, considerando que teórica e metodologicamente auxilia-nos a reunir a dispersão dos discursos e acompanhar as práticas discursivas que de forma ramificada produzem, em um ruído silencioso e contínuo, as transformações dos discursos que circulam na sociedade. (SARGENTINI, 2015, p. 31).

Sendo assim, observar o acontecimento discursivo é um gesto analítico que nos permite espreitar a opacidade das evidências da história; é uma postura crítica que permite problematizar as verdades, desnudar as obviedades que se fazem importantes e interpretar os acontecimentos discursivos que se mantêm vivos em um arquivo, este definido como “jogo das regras que determinam em uma cultura o aparecimento e o desaparecimento dos enunciados, sua persistência e seu apagamento.” (FOUCAULT, 1968, p. 59). Como já mencionamos, especificamente, focalizaremos o modo como os sentidos sobre *impeachment* aparecem, consolidam-se ou esvaem-se e (trans)formam a constituição discursiva do acontecimento político em acontecimento discursivo.

O discurso “em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita” (FOUCAULT, 1996, p.8) é concebido como uma prática cotidiana e cinzenta e constituída de poderes e perigos. A língua, opaca e porosa, é constituída de discursos que circulam e passeiam sem sabermos, ao certo, as fronteiras e limites que separam o lugar do poder dizer em relação ao lugar do não permitido. Há pontos de encontro entre os discursos, entre formações discursivas distintas; entretanto, é salutar o gesto que separa o efêmero do durável. Os discursos que se dizem no cotidiano são levados de boca em boca, de escrito em escrito, por meio de ditos e não ditos, e, não fazem morada, são efêmeros. Os discursos que permanecem ditos são feito semente, fazem florescer outros sentidos que àqueles discursos se referem para refutá-los ou transformá-los.

Efeitos de sentido singulares são produzidos com o entrecruzamento de discursos distintos e, por isso, um mesmo enunciado dito em momentos diferentes na história não tem a mesma característica e pode funcionar de maneira distinta, pois o momento é outro e outra também é a condição de produção.

Mas o que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros: a maneira, por exemplo, pela qual a disposição das descrições ou das narrações está ligada às técnicas de reescrita; a maneira pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto; a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação dos enunciados já formulados etc. É esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual. (FOUCAULT, 2009, p. 66).

Por isso, o enunciado linguístico pode ser repetido, mas a enunciação que envolve sua produção lhe envolve com outra roupagem, ou seja, as condições históricas de emergência do enunciado são responsáveis por (re)significar seu retorno, cujas marcas afetam o discurso e abrem espaço para o acontecimento. “Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos *acontecimentos discursivos* como horizonte para a busca das unidades que aí se formam.” (FOUCAULT, 2009, p. 30). O acontecimento é o conceito da singularidade, das especificidades históricas da existência dos enunciados, dos discursos que são produzidos por um movimento de atualização de já-ditos que podem ser (trans)formados e continuar fazendo eco ou podem ser apagados.

Segundo Foucault, não há enunciado livre, neutro. Todo enunciado se localiza em um lugar especificado, sempre fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando uma função no meio dos outros enunciados, apoiando-se ou se distinguindo deles, uma vez que “[...] não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis [...]” (FOUCAULT, 2009, p. 121).

As várias possibilidades de aparecimento de um enunciado, em determinado lugar e não em outro, dependem de razões históricas que afetam a emergência de discursos na descontinuidade da história, cuja previsibilidade de aparecimento não é de nosso alcance. Na posição de analistas do discurso, nosso papel é o de olhar para o funcionamento das práticas discursivas, para a coexistência de enunciados heterogêneos e dispersos a fim de compreender a unidade dos discursos sobre um determinado objeto; buscar as regularidades que existem em meio à dispersão de elementos, regularidades estas que são resultado de um processo de formação discursiva.

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. (FOUCAULT, 2009, p. 31).

A problemática discursiva é o eixo central do pensamento foucaultiano, cuja premissa é a de que as coisas não preexistem às práticas discursivas, pois são estas que constituem os sentidos daquelas. Sem estabelecer um lugar teórico específico, Foucault se interessa em observar as transformações históricas do fazer e do dizer na sociedade ocidental, e, defende a tese de que os discursos estabelecem relações de poder ao produzir verdades. Melhor dizendo, “o poder não está, pois, fora do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder.” (FOUCAULT, 2003, p. 253)

O modo como o poder se organiza e se manifesta sempre foi de interesse dos estudos discursivos e, com Foucault, aprendemos a observar atentamente as relações de poder que constituem os dizeres e deles não se separam no movimento de produção de saberes. Foucault historiciza o poder (GREGOLIN, 2016) e mostra-nos que as transformações que afetam o discurso também afetam o poder, e, por isso, cada época tem seus discursos e seus poderes, dependendo das práticas que eles refletem.

Gregolin (2016) salienta que o poder é produtivo, pois afeta as práticas cotidianas, as práticas discursivas, a constituição de nós mesmos, num momento específico da história. Por isso, podemos dizer que o poder é fascinante e paradoxal: produz sentidos vários, constitui as verdades que nos afetam no tempo que nos é contemporâneo, efetua-se em rede e pulveriza-se, funcionando ora como opressor ora como aquilo que cobizamos; configura-se na ordem do discurso e não pertence a uma instituição única e permanente: está a funcionar em todo lugar como em uma *microfísica do poder*.

A metáfora da rede, com seus fios, nós e furos, possibilita-nos uma imagem simbólica interessante para entendermos a ideia de microfísica como fios que se encontram em nós, estabelecem conexão e fazem funcionar sentidos que podem escoar através dos furos, cujos espaços possibilitam a fuga dos sentidos, a falha, os rasgos. A rede, como um sistema, é um todo organizado mas não fechado, cujos furos que o constituem permitem a instabilidade, as brechas para o vir a ser. É através das redes da microfísica que o poder se manifesta nas práticas sociais, nos discursos, na política, no

funcionamento das sociedades, como um todo organizado e estruturado que, entretanto, não conhece a completude dos sentidos. Sendo assim, os furos fazem com que as redes se transformem no decorrer da história e das descontinuidades, e, alinham-se a outras redes, cujas relações são intermináveis.

Mesmo sem se enquadrar no modelo estruturalista, e, mesmo sem ter por objetivo fundar uma ciência ou uma teoria, Foucault pensa os conceitos como formulações possíveis para compreender a atualidade dos sentidos, entretanto, não como verdades absolutas e imutáveis. Ao contrário, pretende não criar rótulos ao observar os documentos como se fossem monumentos e afirmar que há perigos nas palavras. Na introdução à *Microfísica do poder*, intitulada *Por uma genealogia do poder*, Machado nos apresenta a atmosfera foucaultiana que envolve o estudo inquietante sobre o poder e diz que “o interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa (...)”. (1990, p. XIV).

A concepção de poder em Foucault é pensada sempre em relação às práticas sociais e históricas. O poder atravessa o campo social e efetivamente afeta as vontades de verdade, por isso, podemos considerar o contributo foucaultiano um marco na ressignificação do político. O poder é, por excelência, constitutivo do discurso e está enraizado no plano discursivo produzindo saber, o que significa dizer que o poder não é algo unitário e global, é uma prática social em constante transformação. Deleuze observa que:

O poder é precisamente o elemento informal que passa entre as formas de saber, ou por baixo delas. Por isso ele é dito microfísico. Ele é força, e relação de força, não forma. E a concepção das relações de forças em Foucault, prolongando Nietzsche, é um dos pontos mais importantes de seu pensamento. (DELEUZE, 2008 p. 112).

Em tempos de evaporação dos sentidos, a analítica do poder responde às inquietantes transformações históricas de nosso tempo, de nossas instantaneidades. Uma das maiores transformações pelas quais passamos, na transição do século XX para o XXI, teve origem com o advento das novas mídias e das tecnologias digitais.

As tecnologias digitais acendem um holofote sobre o fenômeno da espetacularização dos discursos, característico de nossa contemporaneidade, pois vivemos as estabilidades provisórias de uma sociedade líquida em que os acontecimentos são sempre vistos com lente de aumento. Pensar a produção de sentidos em contexto de sociedade do espetáculo significa considerar a influência da noção de tempo que nos



regula, no século XXI. O tempo é visto como valioso e fugaz e o espetáculo não pode esperar. Os sentidos aparecem, são renovados, transformados, significam as coisas, relacionam-se em teias de enunciados, fio a fio.

Conforme já destacamos, os conceitos de formação discursiva e de dispositivo são basilares para nossa pesquisa. Soma-se a eles o conceito de arquivo. Refletindo sobre o controle do dizer, Foucault define a noção de arquivo como a lei do que pode ser dito, o conjunto de regras que definem os limites e as formas da dizibilidade, o que não significa pensar numa caixa em que ficam guardados documentos empoeirados - com marcas do tempo cronológico e histórico -, que podem ser relidos como memória do passado. O arquivo é “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares.” (SARGENTINI, 2014, p. 25). Assim sendo, é o arquivo responsável por assegurar que

todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; ele é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas. (FOUCAULT, 2009, p. 129)

O arquivo representa o conjunto de discursos efetivamente pronunciados em uma época específica, ou seja, são discursos que puderam ser pronunciados, que obedeceram ao sistema que rege o surgimento de enunciados. O arquivo não tem a função de conservar os discursos, mas sim, de representar a especificidade de um tema, de um percurso discursivo. Para compreendermos as condições de funcionamento específicas desses discursos temos de observar o arquivo que, no caso desta pesquisa, é o lugar em que encontramos os ditos sobre o *impeachment* de Collor e de Dilma: aparentemente, o mesmo processo político; porém, diferentes acontecimentos discursivos.

Seguindo as palavras de Sargentini, “como considerar essa produção do visível e do não visível na composição do arquivo e, conseqüentemente, do *corpus* de análise? Essas questões levam-nos a considerar a forte presença e interferência dos meios e processos de circulação dos discursos na produção dos sentidos.” (SARGENTINI, 2014, p. 25). Por isso, consideramos fundamental a articulação consistente entre os estudos da mídia e os estudos de análise do discurso, pois o objeto principal de ambos os campos é

analisar a produção social de sentidos em relação com a história, conforme veremos no próximo capítulo ao destacarmos o conceito de dispositivo e o funcionamento da mídia.

O discurso, que é prática social, é espaço de saber e de poder em que as verdades sobre as palavras e as coisas aparecem, são inscritas em formações discursivas, e têm a função de exercer papéis de importância central na ordem dos discursos que constituem os próprios saberes, os poderes, os sujeitos, a língua em uso nas diversas instâncias e nos mais diferentes sentidos. É o discurso que instaura a interpretação do próprio discurso, do que é dito, enunciado. Assim como salienta Navarro, concebido como prática discursiva “o discurso torna-se o conceito central da investigação arqueológica, que o localiza precisamente entre a estrutura e o acontecimento, por conter, de um lado, as regras da língua e, de outro, aquilo que é efetivamente dito.”

A pergunta da genealogia é entender o que é poder, quais são os dispositivos de poder que atuam na sociedade. Embasamo-nos na inquietude elaborada por Foucault para buscar compreender como o poder da mídia atuou para produzir acontecimentos discursivos acerca do *impeachment* de Fernando Collor de Melo e de Dilma Rousseff. Entendendo a mídia como um dispositivo de poder em nossa sociedade, é ponto central para esta pesquisa compreender o tecido de relações que articulam enunciados que aparecem na mídia sobre temas políticos, cuja característica polêmica é abraçada pelo funcionamento da sociedade do espetáculo; sociedade esta que é constituída por valores sociais, humanos, políticos, religiosos que se atravessam e afetam a nossa interpretação sobre a realidade e as verdades admitidas.

O discurso político é o objeto de estudo privilegiado da teoria, no período de sua primeira fase, entre as décadas de 60 e 70, o que explica o nome Análise **do** Discurso (político) e a imensa produção científica sobre o funcionamento do discurso político, seus efeitos e poderes, suas metamorfoses. Inevitáveis, as mutações da *ordem do discurso* ao longo do tempo foram significativas, as relações sociais mudaram, afetando os sentidos, as vontades de verdade, ou seja, o objeto de estudo da teoria se modificou, constituiu-se em solos diferentes, ora mais arenosos, ora mais sólidos.

A configuração das sociedades ocidentais contemporâneas se tornou outra, difusa; as discursividades funcionam como espelho das mudanças políticas, das transformações tecnológicas, o que significa que novos discursos instigaram atenção teórica. Novos modos de circulação dos discursos, (trans)formação na maneira de se fazer análise, de observar o objeto de estudo. Nesse contexto, a Análise do Discurso abraça o estudo de outras discursividades, além do estudo do discurso político, e os discursos cotidianos,

verbais e não verbais entram no escopo da teoria. Por isso, podemos dizer que a Análise **do** Discurso deslizou para a Análise **de** Discurso, que abrange o estudo do discurso linguístico, visual, pictórico, fotográfico etc. Apesar de compreendermos a empreitada teórica para levar a Análise do Discurso a um vasto campo do saber, bem como ter como objeto de pesquisa os discursos ordinários, do cotidiano, daí ser Análise de Discurso, continuaremos usando a nomeação inaugural, ou seja, Análise do Discurso, no decorrer deste trabalho.

Propomos sustentar a hipótese de que o *impeachment* se constitui como um acontecimento discursivo, inscrito em processos de acontecimentalização (PIRES, 2017) motivados por movimentos histórico-sociais e político-midiáticos. Assim sendo, analisaremos se e como houve, ou não, a ruptura das evidências historicamente cristalizadas no cotejamento dos discursos acerca dos impedimentos do presidente Collor e de Dilma Rousseff. Para compreender a maneira como a mídia faz circular sentidos sobre o político é necessário atentar-nos ao ponto de encontro entre discurso político e discurso jornalístico, em que novos valores e sensibilidades aparecem e são ressignificados a cada novo dizer. Foucault, como apontado por Pires (2017), centraliza a importância de se pensar no conceito de acontecimentalização e nos diz:

O que se deve entender por “acontecimentalização”? Uma ruptura absolutamente evidente, em primeiro lugar. Ali onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo de uma mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma “singularidade”. Mostrar que não era “tão necessário assim”; não era tão evidente que os loucos fossem reconhecidos como doentes mentais; não era tão evidente que a única coisa a fazer com um delinquente fosse interná-lo; não era tão evidente que as causas da doença devessem ser buscadas no exame individual do corpo etc. Ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas. Tal é a primeira função teórico-política do que chamaria “acontecimentalização” (FOUCAULT, 2003, p.339).

Esses novos dizeres que se tornam acontecimentos discursivos criam o objeto de que falam, a que se referem e “a singularidade do enunciado se alia, portanto, aos retornos e às transformações de sentidos, afinal, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 1996, p. 25). Assim como diz Piovezani (2007, p. 13), observar os acontecimentos e analisá-los, sob a ótica foucaultiana, não significa insistir na ilusão do *nunca visto* e do *sempre assim* “uma vez que a complexidade da história não deve ser reduzida a simplificações grosseiras como o “absolutamente

inédito” ou o “totalmente idêntico”.” Espreitamos o que agita a história, a constituição dos saberes, as práticas cotidianas, os lugares comuns: buscamos o avesso para compreender o óbvio, os rasgos das permanências para relativizar as origens. Para que isso seja possível, no que tange aos objetivos desta pesquisa, faz-se necessário percorrer os sentidos que constituem parte do arquivo sobre os *impeachments* brasileiros, posto que sabemos, com a Análise de Discurso, ser impossível ter acesso ao todo, à completude, conforme veremos a seguir.

## 2.1 Do enunciado ao arquivo

O conceito de enunciado, unidade mínima do discurso, é configurado a partir das formulações foucaultianas como função de existência dos signos, considerando a constitutiva singularidade de existência: nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material.

As propriedades que caracterizam o enunciado o diferenciam, discursivamente, da frase, da proposição, da paráfrase e do ato de fala. De acordo com Foucault (2009), a existência de um sujeito cuja posição pode ser marcada na língua é a propriedade fundante do enunciado em perspectiva discursiva - o que não é necessariamente o sujeito gramatical de primeira pessoa -, pois é uma função não coincidente de um enunciado a outro que depende do contexto de produção de sentidos, historicamente situado, para se realizar como tal.

Foucault define enunciado como uma função de existência, que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis, e as faz aparecer com conteúdos concretos, no espaço e no tempo. Não podemos ligar o enunciado a uma frase já que a ligação entre enunciado e aquilo que ele enuncia (o referencial) é variável, segundo as realidades materiais no espaço e no tempo. Além disso, existe uma diferença entre enunciado e enunciação, só existindo enunciado quando o mesmo possui possibilidade de repetibilidade, diferente de uma frase proferida (uma enunciação), que não poderá ser repetida. (GIACOMONI, p. 123, 2010).

As condições de aparecimento do enunciado também o definem em relação ao domínio associado, constituído por uma trama complexa de formulações no interior das quais ele é um elemento importante; tais formulações afetam o enunciado, instigando reverberações que podem aparecer, em discursos futuros, em enunciados outros. Para a análise do enunciado, Foucault evidencia o efeito de raridade que o constitui pois o discurso é poder-saber que determina o que pode ser dito, e o que se diz é regulado por

uma ordem do discurso. O fato de que um enunciado pode aparecer em determinado contexto e em outro não é reflexo do efeito de raridade, que organiza os limites possíveis de enunciabilidade e o que é dito, ou pode vir a ser, é raro.

Considerando o enunciado em movimento como singularidade e repetição, observamos qual enunciado é produzido e por que não outro em seu lugar, um dos grandes imperativos da obra foucaultiana, pois os enunciados estão sempre em falta, como consequência do princípio da rarefação no não-preenchimento das formulações possíveis.

O enunciado, em Foucault, não é uma sentença linear, é vertical, ou seja, o enunciado foucaultiano não é da ordem da formulação, pois deve ser visto como uma “(...) função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não” (FOUCAULT, 2007, p. 98). Desse modo, podemos entender o enunciado como um conjunto de formulações possíveis. (AIUB, 2012, p. 66)

O referencial teórico da Análise do Discurso enfatiza a relação entre o discurso e a historicidade ao afirmar que o enunciado é materializado na língua, e pode sempre manter relação com o já dito e, também, abrir um futuro eventual. As características que confirmam a produção do enunciado em determinado tempo e espaço o identificam como tal, ou seja, a identidade do enunciado é sensível e pode ser modificada caso o contexto de produção se altere. É, também, necessário considerarmos a exterioridade, que restitui aos enunciados – que são ao mesmo tempo materialidade repetível e caracterizados por um acontecimento, irrepitível - a dispersão, o que nos permite analisá-los e observar a descontinuidade que os afeta.

Além disso, há formas de acúmulo, cujo impacto é notável em relação à permanência dos enunciados, que diz respeito à conservação do documento, como o livro, as instituições, como a biblioteca e de modalidades estatutárias que determinam o que merece ser conservado. Há, todavia, um grau zero de permanência, o esquecimento que nos sensibiliza e povoa o inconsciente.

As práticas discursivas instauram os sistemas de enunciados enquanto acontecimentos e coisas circunscritas em relação a emergência de outros enunciados, que podem se transformar e desaparecer no sopro da língua de vento; entre formas de acúmulo e de dispersão é no arquivo, segundo Foucault, que é definida a singularidade dos

enunciado, por isso, o arquivo não pode ser descrito em sua totalidade, já que é no interior dele que falamos e nos constituímos sujeitos de significação.

O arquivo se constrói na densidade das práticas, do discurso em movimento, mas sem que as posições-sujeito que o animam se deem conta disso. Ou seja, não é possível descrever a totalidade de nosso próprio arquivo, pois só podemos captá-lo por fragmentos, pela dispersão e regularidade dos sentidos que nos tomam e naturalizam as verdades de uma época (FOUCAULT, 1986, p. 148, *apud* GREGOLIN, 2016, p. 138).

Ao realizar esta pesquisa, demo-nos conta de que nosso acesso ao arquivo para a constituição de nosso *corpus* deu-se, realmente, por meio de fragmentos nos quais a dispersão e as regularidades “ganham morada”, uma morada sem raiz, efêmera, líquida, pois os sentidos podem estar em outro lugar, em outro site, em lugar algum, mas seja como for, é desse modo que os arquivos vão se constituindo, ora pela ilusão de excesso, ora pela aparência de falta; em ambos os casos, os sentidos precisam ser perscrutados.

O conceito de arquivo é o mais amplo da análise proposta por Foucault (2009) na Arqueologia do Saber: é o centro em torno do qual gravitam os outros conceitos que caracterizam a análise arqueogenealógica, que permite escavar do passado as condições de aparecimento de outros enunciados, em outras circunstâncias. Com as palavras de Foucault

Chamarei de arquivo não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo das regras que, em uma cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas. Analisar os fatos de discurso no elemento geral de arquivo é considerá-los não absolutamente como documentos (de uma significação escondida ou de uma regra de construção), mas como monumentos; é – fora de qualquer metáfora geológica, sem nenhum assinalamento de origem, sem o menor gesto na direção do começo de uma *arché* – fazer o que poderíamos chamar, conforme os direitos lúdicos da etimologia, de alguma coisa como uma arqueologia. (FOUCAULT, Ditos e escritos II, p. 95.)

A análise enunciativa busca regularidades e evidencia a dispersão e quando encontramos as regularidades dos acontecimentos discursivos estamos diante da sua positividade, que caracteriza a unidade enunciativa através do tempo, ultrapassando limites de obras individuais, livros e textos.

No célebre capítulo de Arqueologia do saber, intitulado *O a priori histórico e o arquivo*, Foucault afirma

as diferentes obras, os livros dispersos, toda esta massa de textos que pertencem a uma mesma formação discursiva, [...] todas estas figuras e estas individualidades diversas não se comunicam somente pelo encadeamento lógico de proposições que eles levam adiante, nem pela recorrência de temas, nem pela obstinação de uma significação transmitida, esquecida, redescoberta; eles se comunicam pela forma de positividade de seus discursos. Assim, a positividade assume o papel daquilo que podemos denominar um *a priori histórico* (FOUCAULT, 2009, p. 167).

Com base na citação, podemos avançar com Foucault, no sentido de que para ele a história tradicional não tem a mesma trajetória da história efetiva. Isso porque a história tradicional, na concepção desse historiador, ocupa-se de memórias antigas, do que passou, ao passo que a história efetiva não mascara a realidade, joga duro com ela, pois coloca em questionamento a noção de unidade e de identidade, desestabilizando a ordem das coisas, dando ênfase à seguinte questão: quais são as formas de saber e de poder que subjazem a cada momento histórico?

Somos convidados, portanto, a buscar compreender as formas de poder que sustentaram os discursos sobre os *impeachments* de Fernando Collor de Melo e Dilma Rousseff, criando sentidos de verdade para cada momento histórico-político, discursivizados no dispositivo midiático, conforme discorreremos na seção a seguir.

## 2. MÍDIA E DISPOSITIVO



**Le principe du plaisir, René Magritte**

Quien escribe teje. Texto proviene del latín 'textum', que significa tejido. Com hilos de palabras vamos diciendo, com hilos de tiempo vamos viviendo. Los textos son, como nosotros, tejidos que andan.

Eduardo Galeano



Considerando a multifacetada abrangência de discursos que podem vir a ser estudados, ressaltamos a importância de observar o discurso político na mídia, a fim de analisar a espessura histórica do político no discurso, que é produzido em contexto de espetáculo. Como nos diz Courtine (2010, p.27), “o discurso deve ser compreendido a partir daquilo que Foucault chama de dispositivo”; por isso, nossa escolha em percorrer o caminho do político no discurso em funcionamento no dispositivo midiático. Como a mídia influencia o movimento do discurso político sobre os dois *impeachments* brasileiros é a pergunta que nos propusemos para reflexão.

Foucault elabora o conceito de dispositivo para incorporar às análises a dimensão heterogênea das práticas discursivas e não discursivas que produzem efeitos de sentido e saberes. Vale lembrar, com as palavras de Gregolin (2015, p. 10): “é interessante notar que não há, em seus livros, sistematização ou definição desse termo. As intervenções sobre esse conceito aparecem com regularidade em entrevistas e falas de Foucault”.

Assim como podemos observar nos escritos de Foucault, Deleuze e Gregolin, o conceito de dispositivo agrupa as categorias centrais que sustentam a analítica foucaultiana. Consideramos, reafirmando a voz dos autores citados, o conceito de dispositivo em relação às categorias do saber, do poder e da subjetividade, cujas luzes que o atingem como escopo iluminam os enunciados, os sentidos ditos, as práticas sociais e os espaços de silêncio que permitem a possibilidade do vir a ser.

Gregolin (2015) discorre acerca da relação entre os conceitos de dispositivo e formação discursiva e nos diz que Courtine (2013, p. 79) “propõe que se reinterprete o conceito de formação discursiva, fundamental na arqueologia foucaultiana, a partir da complexidade da heterogeneidade histórica do conceito de dispositivo.” Tais considerações se fizeram importantes ao possibilitar nova leitura do conceito de formação discursiva a fim de reinterpretar sua função. De acordo com as palavras de Gregolin (2015, p.12), “assim entendida, a formação discursiva pode aproximar-se do conceito de dispositivo, englobando linguagem (verbal e não verbal) e práticas”. Sendo assim, é escopo da Análise do Discurso a correlação entre discursos e práticas, cujos efeitos de sentido permeiam as palavras, as cores, os gestos, a história.

São quatro as dimensões do dispositivo: curvas de visibilidade, curvas de enunciação, linhas de força e linhas de subjetivação. “As primeiras duas dimensões dizem respeito às formas de funcionamento da enunciabilidade e da visibilidade que regem os elementos do dispositivo.” (GREGOLIN, 2015, p. 11). É por meio dessas dimensões que

podemos observar o jogo entre o visível e o invisível. Ainda segundo Gregolin, as linhas de força

(...) atuam como “flechas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras”. Elas estão intimamente relacionadas com a dimensão do poder e, por isso, atingem todos espaços do dispositivo, naquilo que o poder tem de “onipresente” – não no sentido de agrupar tudo numa (equivocada) unidade, mas em sua característica primeira de se produzir a cada momento, a partir da complexa e estratégica relação entre todos os pontos de um dispositivo. (2015, p. 11)

Inseridos em dispositivos, os acontecimentos discursivos obedecem a regras que controlam seu aparecimento, seus efeitos de verdade; “o que é considerado verdadeiro num dispositivo tem o poder de fazer-se obedecer e forma os sujeitos humanos para a obediência”. (VEYNE, 2011, p. 166, 153). Os dispositivos, portanto, funcionam produzindo verdades, discursos de poder e, efetivamente, controlam o discurso e os sentidos possíveis de aparecer e de agitar a história. Sobre a vontade de verdade, Foucault nos diz: “entendo por verdade o conjunto dos procedimentos que permitem pronunciar, a cada instante, a cada um, enunciados que serão considerados como verdadeiros. Não há, absolutamente, uma instância suprema.” (FOUCAULT, 2001, p.407).

Nesse contexto, Foucault enfatiza a pertinência de compreender os enunciados que desabrocham em acontecimentos que funcionam em dispositivos.

Foucault (1986) postula a centralidade do acontecimento ao considerar que um enunciado é sempre um acontecimento, uma vez que sua análise não pode ser reduzida à língua, ao caráter semiológico ou simplesmente ao seu referente. Ainda na *Arqueologia do Saber* (1986), o autor insiste que, para análise, é preciso restituir ao enunciado a singularidade do seu acontecimento, tratando-o em sua irrupção histórica e descartando a proposição estruturalista de circunscrição da análise a um sistema. Dessa forma, a noção de acontecimento amplia-se ao se considerar sua relação com o passado, a memória e a história. Foucault (2003) propõe, ainda, a importância de se pensar em um conceito que marque o processo no qual se inscreve o acontecimento e por isso apresenta a noção de acontecimentalização. (PIRES, 2017, p. 33)

O dispositivo midiático atua em nossa sociedade como lugar de poder dizer sentidos, funciona como voz de autoridade que abre caminho para que os sentidos se cristalizem em efeito de verdade. A vontade de verdade constitui o discurso midiático e afeta tudo que é dito em palavras, em imagens, cores ou ausência delas, em clássico preto

e branco. Considerar a mídia como dispositivo é reconhecer que a função de divulgar sentidos é organizada, obedece a regras de enunciabilidade inerentes à mídia.

A mídia pode ser considerada um dispositivo na medida em que atua como uma rede na qual se podem tecer ou destecer inúmeros sentidos de acordo com a disputa das formações discursivas em jogo, que vão determinar quais sentidos devem permanecer na ordem do discurso, quais devem ser transformados e quais devem ser apagados. Na verdade, o dispositivo não é a mídia, ele está na mídia, funciona na mídia, assim como ele funciona na lei, nos enunciados científicos, na arquitetura. A mídia, portanto, faz funcionar um dispositivo de poder dizer e ou silenciar.

Podemos comparar, metaforicamente, o dispositivo midiático à *Moça Tecelã*, de Marina Colasanti, pois tal qual a Moça que tece seu tapete, com vários bordados, temas e cores, e, quando os julga inadequados ela tem o poder de destecê-los, de construir com os mesmos fios outros bordados, assim também atua o dispositivo midiático ao usar a mesma língua, as mesmas palavras, os mesmos enunciados para dizer, apagar ou silenciar o que já foi dito e, também, construir novos sentidos para os acontecimentos.

Em decorrência disso, é imprescindível considerar o papel potente da mídia - que, em consonância aos ares da pós-modernidade, marcada por sentidos líquidos, instantaneidade insistente e descontínua -, de (re)produzir efeitos de sentido de saber-poder, efeitos de verdade cuja potência pode ser decisiva em momentos de conflitos sociais, políticos, governamentais etc. Sendo assim, é necessário refletirmos sobre os problemas da contemporaneidade, os valores que ecoam nas sociedades, as práticas sociais e discursivas que sustentam as relações de poder, as quais são discursivizadas (e, muitas vezes, enviesadas) pela mídia. Para prosseguir com essa reflexão, sabemos que a obra de Foucault se faz contemporânea e pertinente no que se refere à análise dos fenômenos midiáticos, as relações de poder marcadas na língua, aos novos discursos e enunciados que sempre estão em estado de irromper.

Tendo como referência teórica os escritos de Gregolin (2005), entendemos que os discursos, ao circularem na mídia contemporânea, produzem sentidos de verdade como singularidades históricas e para compreendermos esses feixes de sentidos é preciso ter acesso ao arquivo, que “se constitui em “horizontes de expectativas” e um acontecimento discursivo realiza algumas das suas possibilidades temáticas.” (GREGOLIN, 2005). Analisar discursos a partir do acontecimento discursivo é salvaguardar a premissa de que a linguagem não é transparente, é opaca; a equivocidade da linguagem constitui os

sentidos instáveis que pertencem a formações discursivas que, em meio a dispersões, permitem agrupar regularidades discursivas.

Ao circunscrever nosso objeto de investigação, observaremos as regras de aparecimento de significação, as quais permitirão conferir um tipo de unidade ao discurso. A mídia considerada como dispositivo de poder é instância que produz sentidos que afetam os jogos de relações discursivas e, também, que contornam a superfície das palavras. Tais pressupostos mencionados são básicos para o entendimento dos conceitos de discurso, enunciado, formação discursiva, dispositivo, ou seja, as singularidades do objeto são observáveis por meio da perspectiva teórica discursiva e, ao mesmo tempo, são as singularidades que iluminam as arestas da teoria. É caminho elementar em que teoria e objeto de análise se constituem juntos, como *corpus* de pesquisa, em que reverberam as vozes de outrem no acervo infindo da Análise do Discurso.

Conjunto decididamente mosaico, constituído por discursos diversos, o conceito de dispositivo, para Foucault, refere-se ao modo como variados elementos se vinculam e se relacionam para atingir determinado efeito de poder-saber; com função estratégica contundente, o dispositivo envolve práticas discursivas e não discursivas, cujas linhas curvas permitem ver formas, cores, nuances, reflexos de algo que precisa ser visto e reconhecido. Atentar para as práticas discursivas e não discursivas é investigar e tornar visíveis os efeitos dessas práticas que tanto podem se exercer a partir daquilo que é “[...] propriamente discursivo (linguagem, discurso, enunciado) como também podem ser observadas em práticas institucionais (exercícios, rituais, definição de lugares e posições, distribuição espacial dos sujeitos etc.) – práticas que jamais ‘vivem’ isoladamente [...]” (FISCHER, 2003, p. 387, grifo do autor).

O olhar de Deleuze, filósofo francês, contemporâneo de Foucault, encaminha nossa leitura sobre vários aspectos da proposição foucaultiana no que se refere aos efeitos de poder-saber, aos processos de subjetivação sustentados nas práticas sociais, envolvidas em dispositivos que se embaraçam com outros, e, com outros, num movimento contínuo. Deleuze afirma em seus comentários críticos que o dispositivo é formado por múltiplas linhas de visibilidade e enunciabilidade – os dispositivos “são máquinas de fazer ver e falar” (DELEUZE, 2011, p. 1); linhas de força, que envolvem o ver e o dizer e que promovem o movimento, o deslizamento, e conduzem à disputa; os processos de subjetivação e as linhas de fissura.

Deste modo, entendemos que, para Foucault, o dispositivo não é estático, duro, mas dinâmico cuja potência de um dispositivo reside em sua mobilidade; no intrincado

balanço entre “as linhas do passado recente e as linhas do futuro próximo; a parte do arquivo e a do atual, a parte da história e a do devir, a parte da analítica e a do diagnóstico” (DELEUZE, 2011, p. 5-6). Entre as linhas do passado, lugar de outrora, e as do futuro, lugar de acolá, vislumbramos os domínios do visível e do enunciável funcionando em articulação, alinhando e desalinhando as descontinuidades do presente. A descontinuidade se configurou “um dos elementos fundamentais da análise histórica” (FOUCAULT, 2002, p. 10), o que significa dizer que, além de objeto de análise do historiador, a descontinuidade é também categoria central para os estudos da história

Prosseguir com Foucault é aprender que o investigador tem a função de desembaraçar as linhas do dispositivo. Com efeito, o genealogista revira papéis empoeirados com o intuito de recompor a emergência dos acontecimentos, não para apreender a essência verdadeira das coisas. É, ao contrário, um caminho para reconhecer as manobras, a profusão e proliferação dos erros em torno de valores fabricados como moral, conhecimento, saber, poder, produção das subjetividades, entre outros.

Sabemos que a obra de Foucault pode ser adjetivada como densa, tanto em relação ao número de publicações e palestras quanto em relação ao teor de suas reflexões, cuja atualidade potente é manifesta nesta e em muitas pesquisas que se interessam em perseguir os fios da história para desembaraçar as descontinuidades. Em meio a tantos ditos e escritos em que lemos Foucault, é especificamente durante uma entrevista, concedida em 1977, que encontramos a definição do conceito de dispositivo, o célebre trecho que faz ressonâncias em nossas citações:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos... [e entre estes] existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes, [cuja finalidade] é responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 1996, p. 244-245).

A rede que se estabelece entre os elementos do dispositivo faz funcionar produções estratégicas de sentidos que aparecem efetivamente na língua, nas várias manifestações de linguagens, no discurso não dito, nas artes, na arquitetura etc. A função do dispositivo é inscrever no real os sentidos que nos envolvem, os efeitos de verdade; tais efeitos não permanecem sempre os mesmos, pois assim como nos diz Deleuze (2011,

p. 1) o dispositivo é formado por múltiplas linhas, nas quais podemos identificar as linhas de visibilidade e enunciação, que envolvem o ver e o dizer e promovem movimento.

Foucault com seu olhar incisivo, penetrante, revirou os papéis, atentou-se aos detalhes presentes nas coisas que delineiam nossos costumes, nossas práticas sociais, retomando a discussão nietzschiana sobre o contraste entre o procedimento genealógico de problematização histórica da constituição dos objetos e a pesquisa de origem que busca recolher, revelar a verdadeira essência das coisas, cujo desvelamento permite compreender o sentido dos desdobramentos, conferindo aos acontecimentos linearidade. Para o genealogista, “atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas” (FOUCAULT, 1996, p. 13).

Segundo Foucault e Deleuze, é no interior de diversos dispositivos heterogêneos que as práticas sociais são vivenciadas e organizam o funcionamento da sociedade, por meio de mecanismos, linhas e fluxos de poder. As linhas que constituem o dispositivo se entrecruzam em teias provocando o aparecimento de outras linhas através de variações e mutações de agenciamento, o que nos permite definir o dispositivo em relação à capacidade de transformar e reorganizar os elementos que o constituem em outras linhas resultantes destas variações. A premissa da criatividade variável dos dispositivos, a atualização de problemáticas históricas abre espaço para irromper o novo, outras possibilidades de dizer diferentemente o que já foi dito antes.

O conceito de dispositivo está alicerçado em três grandes eixos: saber, poder e produção de modos de subjetivação. Os efeitos produzidos por um dispositivo reverberam sentidos na vida cotidiana, conforme já apontamos, em formas de visibilidade e enunciabilidade, que nos constituem e afetam a organização da sociedade, cujos valores são criações culturais que determinam quais as formas de saber e poder que sustentam as verdades absolutas cristalizadas em sociedade que, feito moldura, envolvem o imaginário coletivo sobre o que é aceito ou não, o que é pecado, imoral, o que é fazer política etc. Foucault mostra-nos que o dispositivo é um tipo de formação cuja função é responder a uma urgência histórica que se inscreve em uma relação de poder. Indo além, considerando as problematizações acerca das determinações ideológicas, históricas, políticas e culturais dos sentidos, podemos dizer que o processo de *impeachment* é discursivizado na história com base nos sentidos possíveis de aparecer e no que pode ser dito sobre a esfera política

brasileira, no final do século XX, com o *impeachment* de Collor, e nas primeiras décadas do século XXI, com o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Cada dispositivo faz funcionar uma rede de enunciados que podem evidenciar saberes e poderes cuja efetividade será legitimada através de práticas sociais. Considerando a atualização permanente dos dispositivos e linhas de fuga, ruptura, a rede de enunciados, ainda que permanecendo a mesma, será reconfigurada e outros sentidos aparecerão sustentados por mudanças que afetam as práticas sociais, os valores culturais de determinado momento sócio-histórico, já que

Tudo é prática, em Foucault. Enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder que as supõem e que as atualizam. Dito de outra forma, não há relação de poder que não implique uma relação de saber, nem relação de saber que não esteja referida a uma dinâmica de poder. (FISCHER, 1995, p. 20).

O dispositivo, em suas diversas linhas, expande-se, movimenta-se e abre espaço para que novos saberes e poderes sejam produzidos, sendo assim, aquilo que é visível - ou invisível - no interior de um dispositivo depende das linhas de enunciabilidade variáveis num determinado momento. A compreensão do conceito de dispositivo é fundamental para problematizarmos as dinâmicas estratégicas orquestradas na sociedade do espetáculo, pós-moderna. É por isso que podemos perguntar com Foucault quem somos nós hoje e problematizar sobre a realidade que nos cerca, as verdades que nos subjetivam e imperam sobre os valores que nos conduzem como sociedade.

Conceito decididamente complexo, o dispositivo tem função estratégica, atuando como instrumento conceitual-metodológico central das pesquisas genealógicas. A noção de dispositivo está em imperativa consonância com o método genealógico próprio da analítica do poder, pois para Foucault, “o dispositivo é isso: estratégias de relações força suportando tipos de saber, e suportado por elas.” (FOUCAULT, 2011, p. 300).

O aparecimento da noção de dispositivo enseja a necessidade de uma compreensão mais apurada do conceito de poder, tão frequente durante o período genealógico. Para o filósofo, “o que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas” (FOUCAULT, 2010, p. 13). A pergunta que persegue Foucault neste momento específico da analítica do poder é precisamente a seguinte: como se exerce o poder? Sabemos, pois,

a análise foucaultiana do poder não se limitaria a buscar uma resposta meramente teórica para essa pergunta. Com efeito, Deleuze afirma que o dispositivo é “a correlação, pressuposição recíproca entre a causa e o efeito, entre a máquina abstrata e os agenciamentos concretos.” (DELEUZE, 2013, p. 46).

Para Deleuze, compreender o conceito de dispositivo como um conjunto multilinear é considerar a figura de um emaranhado, tal como um novelo, isto é, “está composto de linhas de diferentes naturezas e, essas linhas do dispositivo não abarcam nem rodeiam sistemas que, cada um dos quais, seriam homogêneos (...) mas que seguem direções diferentes, bem como formam processos sempre em desequilíbrio.” (DELEUZE, 1989, p. 155). E Aleikseivz complementa:

Em sua função que lhe é própria, o dispositivo se aparenta com máquinas de produção: produção de falas, produção de espaços e de seus ocupantes. Com isso, podemos verificar nas análises genealógicas um esforço sempre crescente em descrever de que modo os indivíduos se encontram, ao mesmo tempo, enredados nas técnicas do poder e fabricados por essas mesmas técnicas. (ALEIKSEIVZ, 2016, p. 24).

Foucault nos ensina, portanto, que a noção de dispositivo está propensa a modificações que redefinem os sentidos, cujos mecanismos estão sempre atrelados ao poder e ao saber. Sendo assim, o dispositivo nos permite analisar diferentes discursividades presentes nas contingências históricas e sociais, seguindo a premissa de que os dispositivos mudam e os efeitos de sentidos por eles gerados também, já que as relações sociais se transformam sem cessar e, ao participarem ativamente da descontinuidade da história, criam-na.

Conforme estamos argumentando, entendemos a mídia como um dispositivo de poder, nas palavras de Aleikseivz, “produção de falas, produção de espaços e de seus ocupantes”; é nesse espaço discursivo que pretendemos buscar compreender como os *impeachments* de Fernando Collor de Melo e Dilma Rousseff tornaram-se acontecimentos discursivos no dispositivo midiático, especificamente, da mídia corporativa e da mídia alternativa.

Conforme anunciamos desde o início desta dissertação, nosso *corpus* foi constituído por discursos sobre os *impeachments* que circularam na mídia digital. Importante frisar que à época do impeachment de Fernando Collor, os textos foram publicados na mídia impressa, mas no momento de nossa coleta de dados, o acesso foi por meio do arquivo digital. No caso do *impeachment* de Dilma Rousseff, devido aos



avanços das tecnologias de informação e de comunicação, as mídias digitais ocuparam um papel decisivo no que diz respeito, principalmente, à rapidez e velocidade da divulgação de sentidos, às redes sociais que contribuíram para a disputa ou repetição de discursos contra e pró *impeachment*, bem como ao modo de produção e circulação dos sentidos, características do digital que afetaram o dispositivo midiático. Não podemos negar a influência das tecnologias digitais na constituição de sujeitos e sentidos; portanto, discorreremos com mais atenção sobre isso.

Nesta era onde as TICs facilitam a produção, publicação e disseminação de notícias através de uma multitude de veículos pensados e configurados para serem acessados através de diferentes interfaces, a exclusividade da informação deixou de pertencer aos grandes grupos de mídia. O que antes era um arquivo relativamente estável, composto de bancos de textos, imagens, vídeos, sons etc, alimentado por um cartel de instituições que, operando um efeito de fechamento, documentava a memória social, passa nas últimas três décadas por um processo de reinscrição tendo em vista os efeitos da democratização e o surgimento de linguagens híbridas. (CAMPOS, 2018, p. 10)

A citação de Campos (idem) vai ao encontro de que “as mídias digitais permitem, no espaço da WEB, que sujeitos possam exercer o chamado “ciberativismo” (GREGOLIN, 2016, p. 140) como é o caso, principalmente, do movimento da população brasileira nas redes sociais manifestando-se a favor do *impeachment* de Dilma, ou, por outro lado, contra a saída da presidenta ao fazer circular sentidos de golpe e de ataque à democracia. Esse movimento mostra que o poder de produzir sentidos não está, exclusivamente, nas mãos das grandes corporações midiáticas, ou das mídias alternativas, mas é disputado, também, com o povo que tem acesso ao espaço virtual e sabe usar as tecnologias digitais.

Um exemplo desse cenário digital pode ser constatado com as opiniões de brasileiros que a mídia fez circular em rede. Vários sites da mídia brasileira abriram espaço para o posicionamento de comentários filiados a formações discursivas distintas, referentes ao *impeachment*. Se fosse na época de Fernando Collor, o poder de circulação dessas vozes estaria, provavelmente, restrito às páginas impressas de um jornal acessível a uma minoria da população que tinha condições de pagar pela assinatura da mídia. Em tempos de Dilma Rousseff, as condições de produção e circulação das notícias foram outras, contaram com a agilidade, a fugacidade (pois uma notícia pode desaparecer de um minuto para outro), e da ampla abrangência de divulgação dos sentidos.

Todavia, não podemos ser ingênuos a ponto de imaginar que tudo está na mídia, ou, com sustenta dada formação discursiva “na internet encontramos tudo”. Sabemos que há filtros, que há disputa de poder, que há sentidos que circulam e outros que são interditados, mesmo que a rede seja (in)finita e que sujeitos e sentidos sempre encontram brechas para significar. Precisamos considerar, portanto, que:

Essa forma de funcionamento permite uma amplitude e uma velocidade de circulação dos sentidos antes não imaginada. Certamente, há controle, há interdições, há regulações na WEB e por isso é preciso que interroguemos as transformações que a digitalização da memória traz para os jogos de verdade e a produção das subjetividades contemporâneas. (GREGOLIN, 2016, p. 140).

Cientes de que temos de interrogar as transformações que as mídias digitais estão promovendo na produção de sujeitos e sentidos, na contemporaneidade, não podemos deixar de tocar em um modo de produção e circulação de sentidos muito recorrente, que são os comentários. No mesmo site da UOL, sobre os posicionamentos acerca do acontecimento do *impeachment* de Dilma, encontramos o seguinte comentário:

O golpe que o PT deu no Collor não conta? Pimenta no dos outros é refresco. COLLOR E DILMA se parecem, se merecem. Um tomou o veneno do outro. (08/09/2016)

Os comentários constituem uma prática discursiva possível nas redes sociais, graças às mídias digitais. Correa *et all* (2018) afirmam que as redes sociais constituem o maior espaço de debate dentre os demais espaços digitais pelos quais os sujeitos contemporâneos circulam. Isso traz, a nosso ver, implicações para o funcionamento do dispositivo midiático, uma vez que as redes de filiações próprias do dispositivo podem ser mantidas por uma voz “sem dono”, isto é, o dispositivo midiático não é mais controlado, essencialmente, pelas mídias corporativas, ou também, pelas alternativas, em que ambas respondem pelos sentidos colocados em curso. Nas redes sociais, todos aqueles que quiserem e tiverem acesso à internet podem se manifestar, até mesmo criando um perfil falso, o que reforça a ilusão de que a rede é um espaço discursivo no qual tudo pode ser dito, de acordo com os interesses de grupos de “amizade”, de trabalho, familiares, de relacionamentos, enfim.

Nessa aliança de interesses, há uma constante (re)significação das relações entre sujeitos e entre o sujeito e o digital. Exemplo já corrente

é o das manifestações de 2013 e sua estreita relação com as redes sociais no que concerne à sensibilização do público alvo e ao chamamento e organização de piquetes, passeatas e afins. Consideramos interessante compreender como os sujeitos lançam mão dos mecanismos digitais para constituir um espaço de manifestação, de mobilizações e de visibilização para além do individual. (CORREA *et all*, 2018, p. 95).

Esse modo de produção e divulgação de sentido não havia na época de Collor. Por outro lado, as manifestações na época do governo de Dilma foram marcadas, muitas vezes, pelos aplicativos online, pelas redes sociais, cujos sentidos dos comentários, das *fake news* somados à rapidez de propagação das notícias contribuíram para que grande parte da população brasileira participasse do acontecimento político do *impeachment* de Dilma Rousseff.

As mídias digitais construíram condições de produção discursivas que influenciaram e foram influenciadas pelo contexto sócio-histórico em que o governo Dilma Rousseff esteve inserido, o que não ocorreu com o governo Collor de Mello, no qual prevaleciam as mídias impressas e televisivas. Entretanto, não podemos dizer que a presença ou a ausência das mídias digitais tenha trazido diferenças marcantes ou rupturas discursivas nos sentidos que construíram os impeachments dos dois presidentes, como veremos nas análises, que se encontram no quinto capítulo.

O próximo capítulo é destinado a trazer uma configuração dos contextos social, político e histórico brasileiros que foram palcos dos acontecimentos de 1992 e de 2016, quando da saída de Collor e de Dilma da presidência do Brasil.

#### 4. OS FIOS DISCURSIVOS DA HISTÓRIA E A CONSTITUIÇÃO DOS *IMPEACHMENTS* DE COLLOR E DE DILMA



**La réproduction interdite, 1937. René Magritte**

Um conceito é como um tijolo. Ele pode ser usado para construir um tribunal da razão. Ou pode ser jogado através da janela.

Gilles Deleuze

Este capítulo destina-se a traçar um percurso histórico das eleições e dos *impeachments* de Fernando Collor de Melo e de Dilma Rousseff, no que possa interessar aos objetivos desta dissertação. Isso porque, como assevera Foucault (1992), os sujeitos estão imersos em seu tempo e, com base nas condições de cada época, os sujeitos agem, falam, pensam de acordo com campos genéricos de sentidos que já foram ditos, que estão sendo ditos e, portanto, produzem os sujeitos e os discursos de um tempo. Dessa forma, faz-se importante compreender quais campos genéricos de sentidos determinaram os sujeitos e os enunciados sobre os *impeachments*, no Brasil, nos períodos delimitados por esta pesquisa.

Sabemos que o que interessa a Foucault não é a história cronológica; porém, vamos apresentar os fatos históricos ocorridos, no Brasil, obedecendo à cronologia, sem a ilusão de que eles seguiram uma sequência linear e neutra. Isso porque, segundo Foucault (1992), há um *a priori* histórico que nos leva a entender que a história não é construída por conhecimentos sedimentados que funcionam como possibilidade para a criação de novos momentos, isto é, o *a priori* histórico é aquilo que:

[...] numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro. (FOUCAULT, 1999, p. 219)

Ressalvamos que não abordaremos os aspectos estritamente jurídicos dos *impeachments*. Nosso foco não é o nível jurídico-constitucional do processo de destituição, e, sim, a discursivização do processo, o funcionamento das práticas discursivas que materializaram esse processo; é analisar como os discursos sobre os *impeachments* de Collor e Dilma circularam como verdadeiros, em cada época.

Nesse sentido, consideramos relevante o que apontam Lopes e Albuquerque (2018) sobre os *impeachments* dos presidentes latino-americanos:

No que se refere à produção teórica acerca das quedas presidenciais na América Latina, os autores (PÉREZ LIÑAN, 2007; HOCHSTETLER, 2008) apresentam abordagens que elencam os elementos que têm contribuído para os cenários de instabilidade vividos pelas presidências latino-americanas. Tais abordagens se complementam, de certo modo, e indicam em sua maioria que as quedas presidenciais não representam uma quebra de regime, ou seja: teríamos um cenário de “democracias

estáveis com governos instáveis” (PÉREZ LIÑAN, 2008, p. 106). No entanto, como aponta Olier (2008), as quedas presidenciais seriam típicas de “democracias com baixa institucionalização” (p. 74). Tal interpretação sugere que a instabilidade das presidências pode ter efeitos problemáticos no que se refere à institucionalização da democracia na região. (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018, 280).

De acordo com as autoras, em diálogo com Pérez Linán e Hochstetler (2008), o cenário vivido pelos países latino-americanos apresenta condições semelhantes que dão origem aos processos de impedimento de seus presidentes, o que traz implicações para a implantação e sustentação de governos democráticos nesse espaço mundial. Podemos compreender que nos séculos XX e XXI os países latino-americanos têm recortado na experiência um campo de saber possível sobre os sentidos de democracia, ditadura, golpe que culminam em discursos e práticas de impeachment.

#### **4.1 O processo de *impeachment* de Fernando Collor de Mello**

Iniciamos, pois, pelo contexto de Fernando Collor de Melo, que foi eleito para presidente da República nas eleições de 1989, as primeiras eleições presidenciais diretas desde 1960, período em que o Brasil viveu os anos de chumbo, ou seja, anos que correspondem à ditadura brasileira. O período ditatorial, no Brasil, iniciou-se em 1964 e prosseguiu até 1985. Março de 1964. Na antessala do golpe militar, a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* protestava no centro de São Paulo contra as reformas de base, propostas por Jango – então presidente João Goulart -, e em defesa da democracia. As manifestações de março impactaram consideravelmente a opinião pública. De acordo com Tatagiba (2018, p. 114), “na década seguinte, movimentos sociais de resistência à ditadura geraram um dos mais importantes ciclos de protestos da história política brasileira, entre 1978 e 1988, cenário em que a população protagonizou muitas narrativas importantes para a constituição do governo democrático.”

O Brasil começou a década de 90 ainda sem ter superado as inúmeras crises da década anterior (conhecida como década perdida), quando alcançamos níveis estratosféricos de inflação, mesmo em meio à estagnação econômica, além de problemas extensos com a dívida externa. Os planos econômicos criados para tentar frear a inflação e trazer estabilidade à moeda fracassaram.

Assumindo a presidência com a imagem de um líder jovem e altivo, Collor resolveu arriscar para atacar a questão inflacionária. Para isso, tomou uma decisão que

muito provavelmente selou seu destino: confiscou a poupança de praticamente toda a população. Esse ato ousado revelou-se completamente ineficaz, já que a inflação continuou a subir da mesma maneira - com a diferença de que agora o povo não tinha acesso a suas economias. Outro fator que contribuiu para a derrocada do governo Collor tem ressonância na contradição do discurso sustentado por ele, durante a campanha, em favor ao combate à corrupção e aos “marajás”, que eram os funcionários públicos que não compareciam ao trabalho, mas continuavam a receber salários. Essas circunstâncias fizeram com que, ao assumir a Presidência da República, Collor, seu tesoureiro e seu governo fossem bombardeados por denúncias de corrupção.

Essas denúncias foram apresentadas pelo irmão de Collor, Pedro Collor, que revelou, publicamente, com o apoio da mídia corporativa, provas do envolvimento do presidente em um caso de desvio de dinheiro, que consistia em usar a campanha eleitoral de Collor como caixa dois. O crime consistia no desvio de dinheiro público por meio de criação de empresas fantasmas e contas no exterior. Um personagem-chave, o tesoureiro da campanha presidencial, também conhecido como o “testa de ferro” do presidente, surgiu na história, PC Farias, apelido de Paulo César Farias, que também foi acusado de participar dos esquemas de corrupção do governo Collor.

Pacífico (1996) analisa como a mídia impressa construiu o *impeachment* de Collor. A autora faz uma análise de vários textos visuais que circularam na mídia brasileira e, dentre eles, encontramos um que ela retirou da Revista Veja, no qual o cartunista Chico Caruso satiriza a denúncia que Pedro Collor fez contra seu irmão e PC Farias. O recurso cômico é construído por meio de um diálogo intertextual com a pintura de Rembrandt, conforme a autora analisou:



Segundo Pacífico (1996, p. 114), o texto que é uma caricatura da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) instaurada para apurar as denúncias de corrupção do governo Collor. Na caricatura, Chico Caruso cria o efeito risível em que Pedro Collor disseca PC Farias para pôr a nu a “verdade” que o tesoureiro esconde sobre o governo de Fernando Collor. A autora (idem) destaca a intertextualidade tecida por Caruso com a pintura barroca de 1632, “A Aula de Anatomia do Doutor Tulp”, de Rembrandt, que representa a aula de anatomia dada pelo professor Tulp no dia 31 de janeiro de 1632, quando dissecou o cadáver de Adrian Adriansz, fabricante de flechas de Leiden, enforcado no dia anterior. O retrato de Rembrandt representa a procura da verdade interior, pois o pintor estava buscando captar nos retratados, o momento psicológico privilegiado, revelador, cujos sentidos Foucault analisou em *O Nascimento da Clínica*.

Para a autora (1996, p.115), "o contexto sócio-histórico em questão foi riquíssimo para os humoristas e caricaturistas que estavam atentos a todos os acontecimentos, satirizando e ridicularizando o presidente Collor e seu governo com muito “bom humor”.

Retomando Foucault e seus estudos sobre a verdade, sobre o discurso verdadeiro em cada época, observamos que até na pintura podemos notar que o desejo de verdade sempre motivou os interesses dos sujeitos, em seu tempo. Nas palavras do autor:



[...] se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se. (FOUCAULT, 2005, p. 14)

No que se refere à pintura de Rembrandt, ela representa uma aula, ou seja, uma prática discursiva que se dá na instituição escolar, autorizada a construir verdades e saberes, e, excluir o que não deve ser dito, em determinada época. Em relação à caricatura de Chico Caruzzo, o texto circulou na Revista Veja, uma revista brasileira de ampla circulação que tem o poder de legitimar determinadas verdades por meio da instituição midiática. Isso significa que, como aponta Foucault (idem) há um sistema de exclusão, que vai se instituindo socialmente, ao longo dos tempos, sempre ligado às instituições que promovem e divulgam o que pode ou não ser considerado verdadeiro, em cada época. Nesses contextos, os discursos são produzidos e ganham, ou não, força para constituírem as formações discursivas dominantes, e, as instituições de poder, como a escola e a mídia, por exemplo, são espaços privilegiados para pôr em circulação os discursos considerados verdadeiros, em cada contexto sócio-histórico.

No caso de Collor, as medidas econômicas impopulares e mal sucedidas que ele tomou foram suficientes para que o apoio expressado nas urnas se dissipasse. O presidente viu crescer sua rejeição entre eleitores ao longo de seu mandato e, em 1992, ano em que ele foi cassado, no Congresso, encarou protestos no Brasil inteiro, sem que houvesse uma contrapartida de apoiadores. As manifestações populares apenas ajudaram a aumentar a sensação de que Collor não tinha como continuar no poder. Em seu pior momento, Collor era aprovado por apenas 9% da população, segundo o Instituto Datafolha, ou seja, a voz da mídia reforçando os sentidos que culminaram no “Fora Collor”.

Em maio de 1992, estourou a denúncia que levaria o governo Collor a um fim prematuro. Foi nesse contexto que surgiram os caras-pintadas, um movimento essencialmente estudantil, promovido, principalmente, pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Secundaristas (UBES). O movimento tinha como objetivo remover o presidente do poder. Em agosto de 1992, começam a ser feitas grandes passeatas, reunindo, inicialmente, dez mil pessoas, depois trinta mil, até chegar à marca de quatrocentas mil pessoas em uma passeata em São Paulo, no dia 25 de Agosto.

No dia 11 de agosto de 1992, dez mil pessoas se reuniram em frente ao Museu de Arte de São Paulo (MASP) para protestar. Em resposta a essa manifestação, o presidente, imaginando que teria o apoio popular, foi à rede nacional e apelou à população que fosse às ruas vestindo as cores do Brasil, em sinal de apoio ao seu governo. Ao contrário do que o presidente esperava, a população vestiu-se de preto e saiu em passeata, ato que ficou conhecido como o *Domingo Negro*, que marcou o sentimento de revolta popular contra o presidente, ato que marcou a insatisfação dos eleitores que haviam confiado em Collor.

Assim que o processo de *impeachment* foi aberto, Collor foi afastado do cargo e condenado pelo Senado. Collor renuncia no dia 29 de dezembro; entretanto, mesmo com a renúncia, o Congresso legitimou o impedimento e votou a favor da perda dos direitos políticos do então ex-presidente por durante toda a década de 1990.

O *impeachment* de Collor teve como início um escândalo de corrupção que estava diretamente ligado ao nome do presidente e, não, ao seu partido, como ocorreu com Dilma Rousseff, conforme veremos. Como pano de fundo da história do governo Collor, a fraca sustentação política do governo, com poucos partidos de peso apoiando o presidente, contribuiu, além da profunda crise econômica do país - que havia apenas piorado com as medidas controversas adotadas pelo próprio governo Collor -, para que o presidente fosse afastado do cargo.

O processo de impedimento de Collor foi instaurado a partir de denúncias e investigações de esquemas de corrupção. O *impeachment* de Collor está presente na memória discursiva, marcada por movimentos populares que saíram às ruas para protestar contra a corrupção. Assim, no âmbito da formação discursiva que sustentou o “Fora Collor”, o papel da população é associado a uma memória cuja voz do povo foi ouvida, ou seja, o povo brasileiro gritou em uníssono “Fora Collor”, conforme podemos ver na imagem abaixo:



Rememorar o contexto “Fora Collor”, em relação à produção de saberes que constituem a formação discursiva dominante no momento de crise governamental, nos anos 1992-1993, faz retomarmos efeitos de sentido de defesa à democracia e ao povo brasileiro, conforme veremos nas análises, em que os discursos contra a corrupção ecoam, novamente, mas são ressignificados e promovem uma luta de vozes na época do afastamento de Dilma Rousseff da presidência.

#### **4.2 Um salto na história brasileira: a ascensão e a queda de Dilma Rousseff**

Após dois mandatos como presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva deixa a presidência para Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), ex-ministra chefe da Casa Civil do governo Lula.

Ao lançarem o nome de Dilma Rousseff para a presidência da República, Lula e o PT tinham como discurso dominante da campanha petista a continuidade do governo Lula. Com o total apoio do então presidente petista, a candidata Dilma passou a liderar a corrida pela sucessão presidencial no final de junho. Ela foi beneficiada pela aprovação recorde do governo Lula, que atingiu patamares superiores aos 80%. Dilma foi a primeira mulher eleita para a presidência da República do Brasil após derrotar José Serra, candidato do Partido da Social Democracia (PSDB), no segundo turno das eleições de outubro de 2010.

Concluído seu primeiro mandato, Dilma Rousseff foi reeleita em 26 de outubro de 2014, novamente no segundo turno das eleições, derrotando seu adversário político Aécio Neves (PSDB).

A reeleição de Dilma Rousseff em 2014 se deu em um cenário de enfrentamento entre dois campos distintos: por um lado o campo neoliberal puro concentrado na figura de Aécio Neves, composto por uma fração da burguesia integrada ao capital internacional e com apoio da alta classe média, setor arredio às políticas sociais petistas; por outro lado, a política heterogênea cultivada pela ascensão do lulismo em 2002, composição articulada pela burguesia interna, parte da baixa classe média, a maior parte da classe trabalhadora dos campos e das cidades (BOITO JR., 2016). Por uma margem não muito vantajosa, 51,6 % dos votos, a presidente Dilma consegue permanecer no cargo, apoiada por simpatizantes das suas políticas culturais, mais vantajosas para negros, mulheres e LGBTs, e pela inegável melhora de condições de vida das classes mais baixas, graças às políticas assistenciais compensatórias que, conectadas a um discurso neodesenvolvimentista, conquistou a maioria dos eleitores para a continuidade do governo petista. (CARDOSO; SOUZA, 2016, p. 47).

Porém, findada a eleição, a população brasileira dividiu-se, instigada e influenciada pelo PSDB, pelos eleitores de Aécio Neves e, especialmente, pela mídia que não concordaram com o resultado da eleição. Lopes e Albuquerque (2018) analisam a disputa simbólica do *impeachment* versus golpe na mídia internacional. Para as autoras:

A eleição de 2014 não se findou com a declaração oficial dos resultados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A polarização, exacerbada pelo acirramento da disputa eleitoral mais competitiva desde a redemocratização, desdobrou-se num clima de campanha permanente. Com apoio de parte da sociedade, o que há muito tempo não ocorria, a oposição investiu num discurso que manteve mobilizados segmentos identificados com o antipetismo. As estratégias de mobilização de segmentos do eleitorado insatisfeitos com o resultado eleitoral surtiram efeito e fomentaram a articulação de uma agenda de manifestações contrárias ao governo Dilma. Tais manifestações já sinalizavam como pauta o *impeachment* da presidenta reeleita, até mesmo antes de sua posse para o segundo mandato. A primeira manifestação ocorreu no fim de semana seguinte ao do resultado das eleições. Entre novembro e dezembro, as manifestações se sucederam. (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018, p. 281).

Isso significa que o acontecimento político *impeachment* de Dilma Rousseff não pode ser discursivizado apartado da história de ascensão do PT (Partido dos Trabalhadores) e dos catorze anos que esse partido de esquerda esteve no mais alto poder, isto é, a Presidência da República do Brasil.

Uma onda de protestos no Brasil iniciou movimentos de reivindicação sobre a alta tarifa de transporte público em São Paulo. Logo, foram ampliadas as pautas de reivindicação e a população foi às ruas em dezenas de cidades pelo país. As manifestações tiveram grande repercussão, pois foram consideradas as maiores mobilizações populares de rua desde as “Diretas Já”, na década de 1980.

Depois de 23 anos, o tema do *impeachment* novamente ocupou a agenda institucional do Brasil. Escândalos de corrupção reforçaram o clima de tensão social e política (DURAN & CINTRA LIMA, 2015), acentuados pela crise econômica e desentendimentos entre o governo e o parlamento, que culminaram com a destituição do cargo da presidenta (como ela gostava de ser tratada) Dilma Rousseff e ascensão do vice-presidente Michel Temer.

Durante o ciclo de protestos de julho de 2013, a população voltou às ruas para protagonizar movimentos contra as instituições da democracia representativa, “rompendo com um padrão de institucionalização das demandas que marcou o período democrático” (TATAGIBA, 2018, p. 114). Os efeitos dos protestos afetaram a política dos governos petistas. Em março de 2015, milhões de manifestantes foram às ruas protestar contra o governo de Dilma Rousseff, do PT. Um ano depois, novos protestos reivindicavam o *impeachment* da presidenta e a prisão do ex-presidente Lula, também do PT; os protestos foram transmitidos ao vivo nos mais variados canais de televisão e impactaram decisivamente na opinião dos brasileiros.

As manifestações mobilizaram a classe média brasileira, cujo empenho foi criticar e desestabilizar a ideologia dos grupos de esquerda, com sentidos que ficaram marcados nas palavras de ordem dos protestos: “O Brasil não será uma outra Venezuela”, “Minha bandeira nunca será vermelha”, “Quero meu país de volta” ou ainda, em tom de confronto “Vai para Cuba!”. A direita partidária se reorganizou e gritou em uníssono, em avenidas de muitas capitais brasileiras, “Fora Dilma”, “Fora PT”, enunciados que marcam o simbólico da representação contra a ideologia de esquerda que se inscreve na sigla do Partido dos Trabalhadores, ou seja, está materializado nas palavras o efeito de sentido principal das manifestações: ser contra o governo de Dilma Rousseff é ser contra o PT, e, ser contra o PT é ser contra a ideologia de esquerda, cujos valores protagonizaram os espaços da presidência durante catorze anos consecutivos. Esses enunciados podem ser lidos na imagem abaixo, de uma das manifestações ocorridas nas ruas brasileiras.



Correio Braziliense

Em geral, os manifestantes a favor do *impeachment*, que percorreram ruas de diversas cidades brasileiras, eram pessoas de classe média, que não faziam parte de movimentos sociais ou de partidos políticos. O DataFolha traçou o perfil dos manifestantes que participaram de atos na Avenida Paulista (SP), em março de 2016, e, de acordo com os dados levantados, 77% deles possuem ensino superior, 77% são brancos, 37% recebem mais de 10 salários mínimos, 79% declararam ter votado em Aécio Neves (PSDB) nas últimas eleições presidenciais e 60% consideram Fernando Henrique Cardoso o melhor presidente que o Brasil já teve.

Os desgastes acumulados no campo político, os desdobramentos da Operação Lava Jato e o aprofundamento do cenário ruim na economia – com aumento da inflação e do desemprego – ganhavam as páginas e telas dos jornais. Nesse contexto, criou-se a percepção de instabilidade, ganhou força a ideia de que o novo governo estava mergulhado numa crise e de que não sabia como sair dela. O discurso de impeachment emergiu novamente, apimentando a temperatura política. A oposição, no entanto, estava dividida sobre a possibilidade de entrar com o pedido (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018, p.287).

Conforme as autoras apontam, não era unanimidade da população exigir o *impeachment* de Dilma; ao contrário do que ocorreu com Collor. Desde o dia 02 de dezembro de 2015, data de aceitação do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff por Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, até a votação final no Senado Federal em 31 de agosto de 2016, o *impeachment* mostrou-se tema recorrente nas mídias

digitais. Os *sites* de redes sociais tornaram-se arenas de mobilização, discórdias de opiniões e confrontos entre os internautas contra e a favor do afastamento de Rousseff.

Em 12 de maio de 2016, Dilma Rousseff foi afastada de seu cargo por até 180 dias devido à instauração de um processo de *impeachment* que fora movido contra ela. O *impeachment* de Dilma Rousseff, consolidado em 31 de agosto de 2016, foi discursivizado na mídia corporativa como um procedimento inevitável para o controle da crise econômica no Brasil; os sentidos de crise apareceram desde o momento das manifestações populares de 2015 e se intensificaram com os resultados da Operação Lava Jato<sup>4</sup>.

A voz das ruas fez legitimar a vontade de muitos que já eram contrários ao governo eleito nas urnas, desde o final da apuração dos votos da eleição presidencial, em 2014, em que Dilma Rousseff e Aécio Neves, do PSDB, disputavam a candidatura e obtiveram a maior porcentagem de votos. A constituição do *impeachment* se fez em muitos espaços e a potência das manifestações significou intensa vontade e participação popular nos ideais do processo de legitimação do impedimento de função da presidenta Dilma. A mídia corporativa se fez presente com sua função de mostrar, na maioria das vezes, ao vivo o que acontecia nas ruas, criando, dessa forma, um desejo de verdade que consistia em fazer crer, ou parecer, que toda a população brasileira lutava pelo impedimento de Dilma Rousseff.

Os protestos de 13 de março de 2016 já entraram para a história como as maiores já registradas no país (maiores até do que os da Diretas Já, nos anos 1980). A grande diferença em relação ao caso de Collor, porém, é que Dilma recebeu um apoio significativo das ruas; alguns dias após os protestos de 13 de março de 2016, foi a vez de manifestações pró-governo reunirem centenas de milhares de pessoas nas redes sociais e nas ruas, ou seja, observamos que a saída de Dilma não foi unanimidade entre os eleitores, como foi no caso de Collor. Dilma teve forte apoio de movimentos sociais, historicamente ligados ao PT, além de parte da classe artística e intelectual, bem como uma parcela do eleitorado.

Almeida e Lima (2016) analisam como a imprensa brasileira, especialmente o jornal *O Globo*, tratou da reeleição e do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Para as autoras:

---

<sup>4</sup> A Operação Lava Jato tem como objetivo investigar um esquema de corrupção entre empresários e políticos na Petrobras.



Neste sentido, O Globo funcionou como um partido, quer dizer, como uma instituição que busca coesionar frações da sociedade em torno de determinadas ideias, assimilando-se ao que Gramsci analisou, comparando os âmbitos italiano e francês dos primórdios do século XX.”, podemos dizer que nessas condições de produção os discursos dos impeachments foram produzidos, ou seja, em condições nas quais a mídia funciona como um partido e manipula, argumenta, persuade nessa ou naquela direção, conforme os interesses midiáticos dominantes. (ALMEIDA E LIMA, 2016, p. 106)

Podemos compreender o poder que as autoras atribuem ao jornal *O Globo* ao argumentarem sobre seu funcionamento como instituição partidária e, não, como um meio de comunicação que deveria prezar pela imparcialidade. As autoras (idem) também destacam a cobertura midiática realizada pelas organizações Globo, expressas nos diversos canais (televisões aberta e fechada, retransmissoras, sistemas de rádio, jornais e revista). Em uma das reportagens, tal processo assim foi exibido nas palavras do colunista Helio Gurovitz, em artigo intitulado *Game over, presidente Dilma*. In. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2016. Vejamos um recorte desse artigo selecionado por Almeida e Lima (idem):

[...] Depois das manifestações históricas de ontem por todo o país, o recado da população está claro: basta! O dia 13 de março entra para a História do Brasil como a data das maiores manifestações populares jamais registradas. [...] Qualquer um com um mínimo de sensibilidade sabe, a esta altura, que o governo Dilma acabou. Game over. A dúvida é apenas como, tecnicamente, ela e seu partido deixarão o poder. [...] Claro que, Brasil sendo Brasil, sempre é possível algum acordo que mantenha Dilma no cargo até o fim do mandato, como um zumbi a vagar entre o Planalto e o Alvorada. Mas para todos efeitos seu governo acabou, e ela nada poderá fazer, além de matar "mosquitas". (GUROVITZ, H. *O Globo*, mar. 2016, *apud* ALMEIDA e LIMA, 2016, p. 109).

Podemos dizer que, com os usos linguísticos “basta!”, “acabou”, “Game over”, “como, tecnicamente, ela e seu partido deixarão o poder”, “um zumbi a vagar entre o Planalto e o Alvorada” o jornal construiu, sustentou e fez circular o discurso de que o governo de Dilma Rousseff tinha acabado, de que a presidenta não teria mais autoridade para governar, pois vagaria de lá para cá, em Brasília, feito um zumbi, e essa formação discursiva foi dando linha para que o processo de *impeachment* fosse tecido. A mídia



funcionou, nesse caso, como um juiz que dá uma sentença a um réu, ela foi muito além de “informar” o leitor, o ouvinte, o internauta acerca dos fatos e acontecimentos.

A mídia recorreu, também, ao texto imagético para fazer circular os sentidos de zumbi alinhados à Dilma Rousseff. Observamos a imagem distorcida, olhos e boca assimétricos, ou seja, uma caricatura que sugere a incompetência e a insensatez da presidenta, e, a impossibilidade de deixar o país em suas mãos, especialmente, como sugere a imagem, porque atrás dela há a um vampiro, um sanguinário que representa a corrupção e está ligado ao PT, ou seja, a caricatura de Lula.



Revista Exame

A mídia assumiu uma posição de oposição ao PT e fez isso de modo bastante incisivo e ofensivo, principalmente, contra a figura de Dilma Rousseff e Luís Inácio Lula da Silva.

Daí não ser surpresa que a mídia hegemônica, de voz da oposição, tenha se transformado na própria oposição e, mais recentemente, deixasse de lado qualquer pudor [...]. Se em 2010, a então dirigente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Judith Brito, afirmava, com todas as letras, que onde a oposição era fraca, a mídia deveria assumir este papel, nos últimos meses a mídia passou a agir como oposição e a pregar o desrespeito ao resultado democrático das urnas. (CARRATO,

Observatório da Imprensa, mar 2015, *apud* ALMEIDA e LIMA, 2016, p. 106).

Apesar de hoje termos a mídia alternativa promovendo pontos de rupturas e resistência ao discurso da mídia hegemônica, conforme mostraremos nas análises, ainda há uma imprensa monopolizada por algumas famílias, que define o que diz, como, quando, e, coloca em circulação, fazendo uso do poder do dispositivo midiático, uma verdade que ela constrói, cujos interesses sustentam-se na ideologia capitalista, nos interesses do Mercado, posto que “Em nossos tempos, o Mercado liberal, a Mídia tradicional e a Política conservadora não cessam de produzir e de veicular em consonância suas loas às práticas e aos valores do consumo e da democracia à moda ocidental.” (CURCINO; SARGENTINI; PIOVEZANI, 2016, p. 7). Por ser assim, sejam quais forem os riscos causados à população, o que impera é a construção e circulação de discursos que favoreçam a lógica da política neoliberal.

#### 4.3 Os *impeachments* em diálogo



Os cenários construídos pela mídia acerca dos *impeachments* de Collor e de Dilma são particularmente distintos, vão da Casa da Dinda à Operação Lava Jato; entretanto, o

enfrentamento de uma crise econômica e de uma forte impopularidade é um fator comum aos dois governantes. O *impeachment* de Dilma Rousseff foi proposto para derrubar do poder não só a representante da presidência e seu atual governo; foi uma proposta organizada para retirar a ideologia política de esquerda do poder, representada durante os catorze anos de governos do PT no Brasil. A noção de midiatização das sociedades e de cultura midiática busca, portanto, pensar as alterações substantivas que as tecnologias e os meios de comunicação produziram em termos das práticas sociais e de sua representação.

David (2019) analisa as estratégias argumentativas usadas pelas revistas *Carta Capital* e *Veja* para tratar do *impeachment* de Dilma Rousseff. Para a autora:

O discurso midiático também se apropria de estratégias do discurso político, visto que o discurso midiático é um discurso de relevância social e o discurso político não é aquele pertencente somente aos servidores dos cargos públicos. Pode-se ver que as mídias proferem um discurso quando este último é definido, nas palavras de Panke (2010, p. 35) como “[...] a manifestação pública e linguística sobre a polis ou o espaço público, realizada por indivíduos, partidos, governos, sujeitos institucionais ou grupos organizados. Dessa forma, o discurso político possui ramificações conforme o campo discursivo aos quais o texto esteja ligado.” (DAVID, 2018, p. 25)

Em meio a esse processo do *impeachment* de Dilma, a tese do golpe foi sendo construída aos poucos, inicialmente embalada por sucessivos eventos de demonstração de força política do governo, assim como de manifestações de rua contra o *impeachment*. O primeiro evento realizado com vistas a mostrar o apoio ao governo de Dilma Rousseff foi o ato “Pela Legalidade e em Defesa da Democracia”, ocorrido em 22 de março de 2016.

Conforme estamos argumentando, com base em Foucault (1992), o século XVIII instaurou um desejo de verdade que se legitimava por meio de sistemas livros, bibliotecas, laboratórios, dentre outras que se estabelecem em determinadas práticas. Ainda hoje, a mídia tem realizado essa prática de colocar em funcionamento discursos a fim de criar um discurso verdadeiro. No caso de Collor, a mídia trabalhou no sentido de colocar como verdadeiro um discurso sobre um político corrupto; no caso de Dilma, um discurso que reforçava, insistentemente, a corrupção de um partido, a necessidade de derrota do PT e, não, de Dilma Rousseff, especificamente, fato que pode ser comprovado pela não cassação do direito de candidatura da então presidenta, que pôde concorrer a uma vaga no Senado, nas eleições de 2018, mas não foi eleita.

No dia 10 de outubro de 2015, o Jornal *Opção*<sup>5</sup> publicou uma reportagem sobre o *impeachment* intitulado “A diferença entre Collor e Dilma”, afirmando que “nenhum governante brasileiro foi mais odiado pela população que Dilma Rousseff e Collor de Mello.” E sobre o *impeachment* de Collor e a possibilidade, naquele momento da publicação do jornal (outubro de 2015) de ocorrer o de Dilma, o jornal formulou que:

Com tantas coisas e fatos exatamente iguais, é possível imaginar destinos idênticos para os mandatos em questão? Collor foi cassado. Dilma, neste momento, vive sob essa ameaça. As semelhanças param por aqui. O desfecho, sim, poderá ser igual, mas as motivações, além das coincidências, estão divorciadas do verdadeiro autor de um *impeachment*: a população. Ao contrário do que diz o texto constitucional, não é o Congresso Nacional que cassa o mandato. É o povo. Collor sofreu o impedimento porque a população assim o exigiu, e se o Congresso não atendesse essa exigência, seria derrubado junto. Naquela época, diante de uma crise econômica grave, mas principalmente sob a ruína do discurso da moralidade, arrasado por vendaval de denúncias em várias instâncias do núcleo central do poder, o mandato de Collor foi pulverizado pelas multidões nas ruas. Dilma também está diante de uma crise econômica brutal, e em escala piorada porque encontrou a casa relativamente em ordem, ao contrário de Collor que assumiu como esperança derradeira contra o monstruoso confisco permanente da inflação. E, também, enfrenta sérias denúncias de que o núcleo de onde emana seu poder é podre, muito embora, ao contrário de seu colega de infortúnio, não seja apontada como beneficiária direta de fortuna ilícita. Ela, não, mas o seu esteio político, sim, incluindo aquele que foi o principal responsável por sua ascensão ao Palácio, o ex-presidente Lula, seu “padrinho”.

Como podemos interpretar, esse jornal também corrobora a formação discursiva dominante de que o PT é o maior responsável pelas denúncias de corrupção do governo Dilma.

Ao realizarmos esse percurso da história do Brasil tecido pelo dispositivo midiático, somos instigados, com base nas leituras de e com Foucault, a duvidar do modo como os sentidos postos em relação, em determinado momento, têm o poder de construir pelo menos um lado da história de um país e fazer com que esse lado seja considerado por tantos brasileiros como a verdadeira história de um governo, de um povo, de um país. “Pensando com Foucault”, Bert nos ajuda a questionar aquilo que parece óbvio:

---

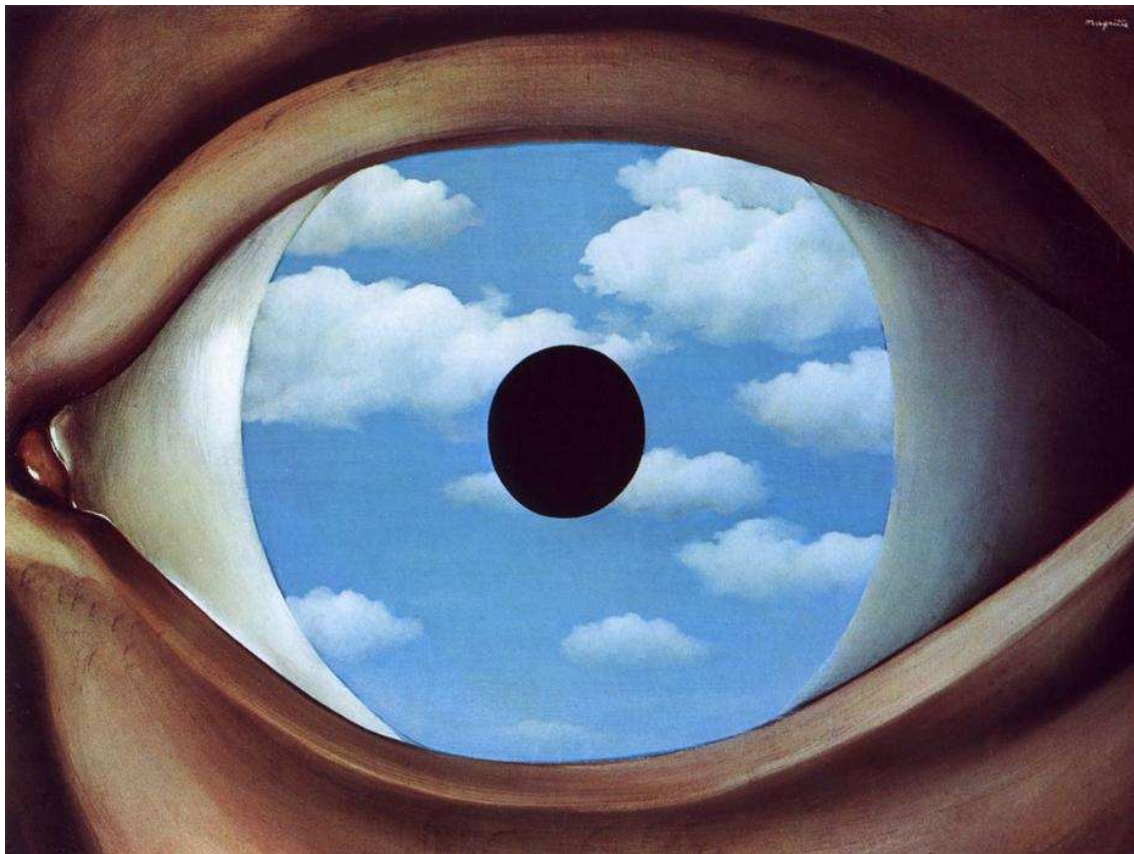
<sup>5</sup> Jornal Opção. Impeachment: A diferença entre Collor e Dilma. (10 outubro 2015) - Acessado em 14 de fevereiro de 2010.

Contudo, a crítica foucaultiana do presente não visa nem legitimar nem realizar um ideal filosófico, mas desmascarar a complacência dos indivíduos para com a situação social: por que aceitamos tão alegremente a situação presente, por que obedecemos tão facilmente às formas delirantes de poder, cujo efeito é nos tornar sempre mais dóceis? O ambicioso empreendimento de Foucault é propor um verdadeiro trabalho de trincheira que deve nos autorizar a pensar diferentemente os “sistemas de pensamento que restringem nossa visão de mundo” (O uso dos prazeres, p.10) (BERT, 2013, p. 187).

É objetivando realizar esse empreendimento foucaultiano, isto é, perscrutando o funcionamento do dispositivo midiático a fim de não sermos “tão dóceis” a ponto de obedecer “às formas delirantes de poder” que daremos sequência a nosso trabalho, buscando, por meio das análises, “não restringir nossa visão de mundo” acerca dos discursos produzidos pela mídia sobre os impedimentos sofridos por Collor e por Dilma.



## 5. IMPEACHMENT E AS DESCONTINUIDADES DO DIZER: ANÁLISES



**Le faux miroir, René Magritte.**

As convicções são inimigas mais perigosas da verdade do que as mentiras. Nietzsche

Iniciamos este capítulo com Guy Debórd (p. 9), para quem “o espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação. Enquanto parte da sociedade, o espetáculo concentra todo o olhar e toda a consciência.” A nosso ver, os acontecimentos políticos do *impeachment* funcionaram como espetáculos na medida em que concentraram todo o olhar e toda a consciência da sociedade brasileira, nas épocas em que ocorreram, respectivamente 1992 e 2016. A mídia encarregou-se de transformar o que era próprio da esfera política, ou seja, um acontecimento político, em cenário para a sociedade acompanhar, atentamente - não exatamente aos trâmites políticos, pois esse campo é minado e compreensível para poucos.

Esses acontecimentos, como estamos argumentando, não serão analisados nesta pesquisa como partes de uma história do Brasil, cujos períodos cronológicos ficaram registrados na memória do povo, nem como documentos cujas linhas mantêm registrados os detalhes de um momento específico da política brasileira.

A noção desterritorializante de história mobilizada por Foucault nos permite ir além dos espaços da cronologia, do tempo pensando em linha reta; o genealogista, ao olhar para o conceito de história, realiza o empreendimento de “demarcar os acidentes, os ínfimos desvios [...], os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimentos ao que existe e tem valor para nós” (FOUCAULT, 1996, p. 15). Segundo Foucault, a história se dissocia das noções de unidade e continuidade das coisas, dos sujeitos, das práticas, dos discursos. Olhar para a história é interrogar as formas de vontade de saber presentes na noção de verdade.

Os acontecimentos serão analisados, segundo os pressupostos foucaultianos, como constitutivos de uma história quebradiça, descontínua, repleta de acumulações de espetáculos que se espalham como ditos, não ditos, mosaicos de ressignificações. “Foucault quer, antes de qualquer outra coisa, retranscrever os discursos em suas positivities, quer dizer, em suas condições espaciais e temporais de expressão.” (BERT, 2013, p. 181).

Sabemos que ao juntar as peças do mosaico o objeto não será mais o mesmo, isto é, ao constituir nosso *corpus*, não teremos acesso a um discurso uno, pois devemos considerar as formações discursivas que ecoam no *corpus* analisado, nas tramas midiáticas de dizer e silenciar. Segundo Courtine (2009, p. 123), a análise do *corpus* necessita “de determinar as condições de produção, assim como as condições de formação de tais discursos; de formular hipóteses específicas relativas ao *corpus*; e, depois, de

descrevê-lo, apresentá-lo e organizá-lo.” Para isso, as análises serão construídas a partir de sequências discursivas, como nos ensina Courtine (2009, p. 131), ou seja:

[...] sua produção é, entretanto, indissociável da difusão e da circulação de todo um conjunto de textos, de natureza e proveniência diversas, que a precedem e a preparam, e da qual ela constitui o ponto culminante, que lhe sucedem imediatamente e lhe respondem, formando o domínio de atualidade do acontecimento discursivo que ela representa.

Portanto, é nas sequências discursivas selecionadas que encontramos recorrências, (i)regularidades que formam o domínio do acontecimento discursivo sobre os *impeachments*, as quais devem ser analisadas. Para isso, nossas análises serão apresentadas em sequências discursivas, as quais apresentarão os enunciados recorrentes no discurso midiático sobre o acontecimento político-discursivo *impeachment*. Esses enunciados dizem respeito ao modo como a mídia foi antecipando a legitimação dos *impeachments*; aos sentidos de crise construídos e reforçados pelo dispositivo midiático para justificar os *impeachments*; os sentidos de golpe que promovem a disputa de formações discursivas, ou seja, o *impeachment* x golpe; sentidos misóginos, preconceituosos e de rebaixamento em relação à figura de uma mulher na Presidência da República. A primeira sequência discursiva abordará o prenúncio midiático do *impeachment*.

### 5.1. O prenúncio midiático: a fala do vice

Ao fazermos um cotejamento do *corpus*, observamos que, em ambos os períodos de processo de *impeachment* (1992; 2016), a mídia delegou a voz aos vice-presidentes, criando o efeito de sentido de que eles já estavam se preparando para assumir a presidência, como um movimento de antecipação de sentidos e resultados de todo processo de votação da Câmara e do Senado. Destacamos, no entanto, que no caso de Fernando Collor de Melo, pelo fato de ele ter renunciado, automaticamente, o vice-presidente Itamar Franco assumia o lugar de presidente, diferentemente, do que ocorreu com Dilma Rousseff, que não renunciou. Contudo, a nosso ver e como o funcionamento do nosso *corpus* aponta, a mídia funciona como um dispositivo de poder que pode anunciar, preannunciar o resultado de um processo político mesmo antes de ele ser concluído e o coloca em circulação, como um discurso de verdade, nas diversas mídias. Seguem os recortes.



AMANHÃ  
"NO ESTADO"  
RETROSPECTIVA 92

**O ESTADO DE S. PAULO**

JULIO DE MESQUITA NETO  
Diretor  
Responsável

Julio Mesquita (1891-1927)      Julio de Mesquita Filho (1927-1969)      Francisco Mesquita (1927-1969)

SP, RJ, MG, PR e SC      ANO 113      QUARTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 1992      Nº 36.232

SP, RJ, MG, PR e SC  
C\$ 6.000,00

# Collor renuncia mas não consegue obstruir processo de impeachment

- Senado decide continuar a sessão para impedir ex-presidente de candidatar-se por 8 anos e caso deve ir ao Supremo Tribunal
- Estudantes com caras pintadas vão ao Congresso e cantam o Hino Nacional na posse definitiva de Itamar na Presidência
- Presidente fará pronunciamento à Nação hoje às 11 horas e defenderá crescimento econômico ao lado do combate à inflação



O presidente afastado, Fernando Collor, renunciou ontem, logo no início da sessão do julgamento do seu impeachment, para tentar livrar-se da pena de inelegibilidade por oito anos. A decisão de Collor foi antecipada pelo colonista Nirlando Beirão, do Estado, no final de novembro. Eram 8h34 quando o advogado José de Moura Rocha aproveitou o momento de fazer a primeira pergunta à testemunha Francisco Gros, ex-presidente do Banco Central, para apresentar a carta de Collor. Moura Rocha alegou que a defesa havia sido cercada quando o presidente do Supremo Tribunal Federal, Sydney Sanchez, recusou seu pedido de adiamento da sessão do Senado por causa da impossibilidade da testemunha Thales Ramalho comparecer ao julgamento. Essa última manobra de Collor não surtiu efeito. No meio da tarde, por 73 votos a oito, o Senado decidiu prosseguir a sessão para suspender a elegibilidade do ex-presidente. Collor esperou durante todo o dia por uma definição dos senadores para fazer um pronunciamento, adiado para hoje. Até às 21h30 os senadores ainda encaminhavam a votação. A condenação era considerada certa. Collor deverá recorrer ao STF. Antes de tomar posse na Presidência, Itamar Franco, em gesto simbólico, entregou sua declaração de bens ao presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE). As galerias, ocupadas principalmente por estudantes com caras pintadas, cantaram o Hino Nacional. Itamar fará um pronunciamento hoje às 11 horas. Defenderá o crescimento econômico ao lado do combate à inflação.

**A CARTA**

FERNANDO COLLOR

Resolvi renunciar ao cargo de Presidente da República em virtude de não ter sido eleito para o cargo de Presidente da República em 1990.

Assinatura: F. Collor

Local: Brasília, em 29 de dezembro de 1992.

**Declaração de bens**  
Itamar entrega a relação de suas posses ao senador Mauro Benevides; no destaque, a carta da renúncia de Fernando Collor

**Notas e informações**

A luta contra a corrupção não pode terminar com a renúncia de Fernando Collor. O contrário seria renegar tudo o que se disse, falou e se fez. Todos os que se serviram da coisa pública devem ser chamados a pagar. Que este episódio sirva de exemplo e sobre ele se construa a estrada real para o regime no qual todos os que se serviram do Estado para enriquecer serão imediatamente punidos.

"Um sistema corrupto", na página 3

Imagem 1 - O Estado de São Paulo

Podemos observar os dizeres na capa do jornal *O Estado de São Paulo* (dezembro de 1992) em correlação à imagem que mostra o vice-presidente Itamar Franco e, ao lado, a carta de renúncia de Fernando Collor. “Collor renuncia mas não consegue obstruir processo de *impeachment*”. Discursivamente, o uso da conjunção adversativa “mas” produz efeito de sentido importante e pontual, qual seja, o de que Collor tentou se esquivar do processo político de impedimento com atitude radical de renunciar ao cargo da presidência; entretanto, o *impeachment* se efetivou e marcou, oficialmente, o primeiro *impeachment* brasileiro de um presidente da república.

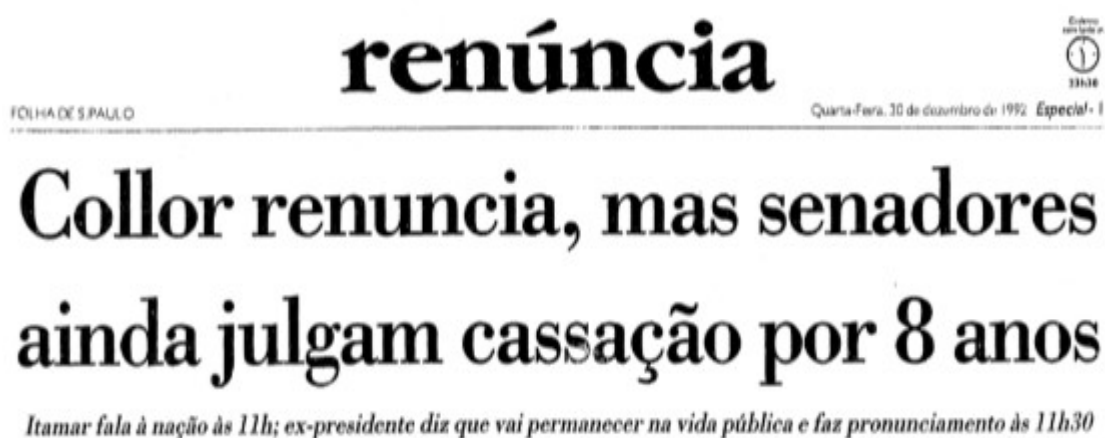


Imagem 2 - Folha de São Paulo, 1992

# FOLHA DE S. PAULO



★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTÁVIO PRÍAS FILHO

ANO 106 • SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2016 • Nº 51.792

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 10:48 • R\$ 3,50

SIM 367 x 137 NÃO  
(2 milhões e 7 mil votos)

## IMPEACHMENT!

Câmara autoriza processo contra a presidente Dilma Rousseff; Planalto diz que lutará até o fim, e Temer fala em 'grande responsabilidade'

### INDEX

**VINÍCIUS MOTA**  
Impeachment é punição exemplar para fraude fiscal 12

**VALDO CRUZ**  
Petista colheu o que plantou; clima era de vingança 12

**PAINEL**  
Temer começa a definir eventual ministério 14

**BERNARDO HELLO FRANCO**  
Durante semanas, não se terá governo



A Câmara dos Deputados autorizou neste domingo (17) a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Vana Rousseff (PT), 68, acusada de fraudar o Orçamento da União. Foram 367 votos a favor (72%) — eram necessários 342 — e 137 contra (27%). É a segunda vez que a Casa avalia pedido de afastamento desde a redemocratização do país, em 1985.

A denúncia será agora remetida ao Senado, e a maioria simples dos 81 senadores decidirá em breve se instala o processo e a afasta por até 180 dias. Nesse caso, o vice, Michel Temer (PMDB), assume interinamente. **A Folha 47** já declarou ser favorável ao impeachment.

O governo deve recorrer mais uma vez ao Supremo Tribunal Federal para tentar barrar a tramitação. Lideranças do PT defendem a convocação de eleições presidenciais. Dilma "não se entregará" e vai lutar até o fim, disse José Eduardo Cardozo, advogado-geral da União.

Se o processo for instalado, os senadores se incumbirão de julgar a presidente. São necessários 54 votos para a deposição, a suspensão por oito anos dos direitos

Imagem 3 - Folha de São Paulo, 2016.

Como se pode ler nas imagens 1 e 2, a Folha de São Paulo destaca, além da notícia da renúncia de Collor, que Itamar fala à nação às 11h. Após meia hora, às 11h30, o ex-presidente falará à nação. Interessante observar que o intervalo de 30 minutos, pouquíssimo tempo, é marcado na notícia. Seria para destacar que o primeiro pronunciamento, às 11h tem mais valor, pois o sujeito, aqui nomeado, Itamar, fala à nação, isto é, o uso do verbo falar no presente sugerindo a presença e a proximidade do

novo chefe da nação. Em contrapartida, Collor, após renúncia, já não é referido pelo nome, mas sim, como ex-presidente que “diz”, verbo que sugere uma falácia pois qualquer um pode dizer o que quiser, diferentemente do efeito de sentido criado em “falar à nação”. Temos, com esses usos linguísticos, a mídia legitimando um acontecimento mesmo antes de o julgamento ser finalizado, pois ainda conforme a notícia, “senadores ainda julgam a cassação [de Collor] por oito anos, em que o uso de “ainda” indicia que o processo não terminou.

No caso da imagem 3, o poder que a mídia assume para antecipar a assunção do vice-presidente à presidência é ainda mais explícito, pois conforme a manchete “Câmara autoriza processo contra Dilma Rousseff”, ou seja, o processo ainda não havia sido julgado, mas o jornal *Folha de São Paulo* já destacava a fala de Temer, em que se lê “Temer fala em grande responsabilidade”. Indo além, para enfatizar a posição do vice que está prestes a ser empossado, ao menos pelo discurso midiático, o jornal dá visibilidade aos comentários contrários a então presidenta, bem como a seu partido, o PT, na coluna que está à esquerda da página, onde se lê, também, no painel de notícias, que “Temer começa a definir eventual ministério.” O verbo no presente “começa” sugere que o fato é verdadeiro, que está acontecendo. Todavia, poderíamos problematizar que a afirmação não tem o caráter de verdade porque vem acompanhada do adjetivo “eventual”, que tenta amenizar o prenúncio da queda de Dilma Rousseff.

E a pergunta que surge é: por que Temer começaria definir um ministério se não houvesse certeza de que ele assumiria a presidência? Nesse jogo de dizer e silenciar, o dispositivo midiático vai construindo verdades que são compradas (em duplo sentido), lidas e repetidas pela população como se fossem verdades inquestionáveis.

Entender, com Foucault, as articulações entre as práticas discursivas e não discursivas se faz necessário para compreendermos as regras de aparecimento de enunciados na ordem do discurso. Para isso, atentamo-nos ao fato de que as práticas transformam o discurso e, ao mesmo tempo, os discursos afetam as práticas.

Foucault nos ajuda a compreender como a mídia produziu esses dois acontecimentos, na medida em que nos mostra a relação de forças que se inverte quando o que está em jogo é o poder, no sentido amplo do termo. Para Foucault, é fundamental repensar o modo como as análises políticas ou do cotidiano são realizadas, pois só assim é possível refletir sobre o poder que sustenta os dispositivos e compreendê-los como mecanismos que legitimam ou produzem a realidade, os objetos e os sujeitos. O acontecimento discursivo é uma noção-chave que funciona como dobradiça entre o

discurso e o não discursivo: sua presença garante a articulação dos dois campos, conforme estamos analisando.

## **5.2. O *impeachment* em manobras políticas e discursivas**

Esta é a nossa segunda sequência discursiva. Para referir-se ao *impeachment* de Fernando Collor de Melo, a mídia, especificamente, o jornal *Folha de São Paulo*, construiu uma narrativa usando significantes relacionados ao campo jurídico, tais como punição, julgamento e defesa, por um lado, indiciando que o processo obedecia aos trâmites legais, da ordem do jurídico. Por outro lado, construiu uma narrativa paralela, sugerindo o lado ilegal do acontecimento, relacionando-o a manobras que estragaram as férias dos senadores, marcando a falta de seriedade do ex-presidente e dos parlamentares para versarem sobre o impedimento em questão. Se é preciso construir uma verdade para o *impeachment* sustentada pelo discurso da lei, também é construída uma verdade que desqualifica o ex-presidente a fim de que o *impeachment* seja legalizado e desejado por toda a sociedade brasileira, sem deixar dúvidas em relação à necessidade de punição de Fernando Collor de Melo.

Podemos ler e interpretar, abaixo, os enunciados e o cruzamento da linguagem verbal com a visual produzindo efeitos de ironia, uma vez que a expressão dos senadores sugere que eles estão mais aborrecidos com as férias estragadas (assim como o jornal diz) do que com as mazelas provocadas pelo ex-presidente da República. Importante observar a posição das mãos dos senadores; o corpo - lugar de significações – que também agita o discurso e desperta-nos para observarmos a postura relaxada dos políticos, que não condiz com a seriedade esperada das autoridades governamentais em uma situação de *impeachment*, no país.

TROPA DE CHOQUE

# Collor arrisca manobra de última hora

## Advogado Aidano Faria impetra habeas corpus no Supremo; Sepúlveda Pertence nega concessão de liminar



COLLORGATE

Da Redação de Brasília

A tempo de chegar do presidente afastado Leda Collor, sem sucessora, sem ditadora manobra para salvar o julgamento. Como a vontade do advogado José Guilherme Villela, que foi destituído nas primeiras horas de seu mandato como cônsul, o advogado Aidano Faria impetrou um habeas corpus, com pedido de liminar, ao STF (Supremo Tribunal Federal).

O ministro de plástico ao STF, Sepúlveda Pertence, seguiu a liminar. O advogado trabalhou durante toda a tarde do ontem no elaboração do documento junto com o senador Odair Soares (PFL-RN). O mérito da ação não foi analisado por Pertence, já que o instrumento utilizado (habeas corpus) foi considerado inadequado. "É de saber dizer" que o processo de impeachment não atropela a liberdade de ir e vir do acusado, daí o desdobramento de

habeas corpus, disse o ministro. O habeas corpus impetrado requer o transcurso do processo de impeachment por "falta de justa causa". O advogado, o senhor que defendeu o empresário Wladimir de Oliveira da acusação de tentar subornar com US\$ 30 milhões o procurador-geral Antônio José de Aguiar, sustenta que Collor está sendo acusado perante o Senado por crimes sem legislação. Ele pediu, ainda, a suspensão de todo o processo no Senado.

O pedido de habeas corpus tinha como seu principal a idéia de que Barbosa Lima Sobrinho e Marcelino Lavareiro Machado, presidentes do ABI e OAB, respectivamente, não têm legitimidade para comparecer a sessão juro ao Senado. Aidano Faria sustenta que uma concessão de tal natureza daria um precedente perigoso para a Câmara e quem deveria acompanhar o julgamento.

A concessão é citada na lei 1.079/20 (lei do impeachment). O presidente do processo, ministro Sydney Sanches, não adota esses artigos no rito para o julgamento de Collor por crime de responsabilidade. O advogado pede que a concessão fosse incorporada ao processo do Senado, para tentar a anulação viciada.



Albano Franco, que teve férias interrompidas



Nelson Wedekin, que perdeu um Natal em Nova York

# Senadores têm férias estragadas

## Manobra para adiamento do julgamento de Collor atrapalha planos das famílias

**GUTENBERG DE SOUZA**  
Da Redação de Brasília

Depois de terem saído em paz para suas férias, os senadores Luizianne Lages, 21, e Marizete Lacerda, 28, perderam a chance de passar um Natal em Nova York. Filhas do senador Nelson Wedekin (PDT-SC), elas tiveram que ficar no Brasil para que o processo de impeachment de Fernando Collor não fosse interrompido.

Cinco dias, vários meses passados de senadores — e os pró-

prios senadores — tiveram as férias "estragadas" pelo impeachment. Se não acontecessem suas férias de férias, as manobras de Collor para impedir o julgamento consagrarão pelo menos duas famílias muitas férias de viagens.

Desde o primeiro momento Wedekin planejou passar o Natal em Nova York com a mulher, Ariana, as duas filhas e o casal Lacerda, 11. A viagem foi programada inicialmente para 19 de dezembro, já que o

processo de julgamento foi suspenso para o dia 22. Faltava que mudar as passagens para o dia 24, certo o senador.

Seria, pelo menos, um Natal a mais em Nova York. Mas não foi. No dia 21, quando chegou a notícia de que Collor havia desistido das manobras para evitar o julgamento, Wedekin decidiu de repente ir embora de Nova York, com duas filhas e o casal Lacerda, 11. A viagem foi adiada para depois de Collor ter sido julgado.

Com o julgamento ainda sus-

pensão para hoje, a família acabou ficando mesmo em São Carolina. "Havia uma certa irritação, mas eu já tinha advertido que não era possível. Além disso", acrescenta Wedekin, "nós queriam que eu estivesse aqui para o julgamento".

A família do senador Albano Franco (PRN-SE), outra vítima do impeachment, ficou em Roma enquanto o pai viajou de volta ao Brasil, com duas filhas e o casal Lacerda, 11. "Estávamos todos muito felizes, mas entendemos que era nosso obrigação", diz o senador.

# Melhora estado de saúde de Leda Collor

**Da Reportagem Local**

Melhorou o quadro pulmonar de Leda Collor, mãe do presidente afastado Fernando Collor de Melo. A informação é do médico José Brito, um dos responsáveis pelo acompanhamento do estado de saúde da paciente.

Leda está internada no Hospital Albert Einstein, zona sul de São Paulo. Após sofrer três paradas cardíacas, ela está em estado de coma. A mãe de Collor foi transferida há mais de um mês do Rio de Janeiro para São Paulo.

Durante todo esse período, o

Podemos dizer que, se o dispositivo existe é porque foi construído, inventado. De acordo com Veyne: "ele inscreve no real o que não existe, submetendo-o à divisão do verdadeiro e do falso" (VEYNE, 2011, p.166). Ao reconhecermos o papel investigativo do genealogista diante das possibilidades de sentido que constituem o funcionamento do dispositivo midiático, sabemos que é necessário percorrer essa fabricação, não como se ela fosse evidente; o papel do genealogista é perscrutar o projeto arquitetônico do dispositivo para poder compreender como se dá a relação entre poder, saber e verdade.

Ao realizar esse percurso, deparamo-nos com uma notícia, ao lado esquerdo da página, em que se lê "Collorgate", que nos remete ao caso Watergate, que foi o escândalo político ocorrido em 1974, nos Estados Unidos, que, ao vir à tona, acabou por culminar com a renúncia do presidente Richard Nixon, do Partido Republicano. Watergate, de certo modo, tornou-se um caso paradigmático de corrupção. Observamos o esforço da mídia em relacionar o caso Collor de Melo à corrupção, a manobras, à ilegalidade; logo, os sentidos de punição e julgamento constroem a enunciabilidade do *impeachment*.

Foucault nos ensina que é necessário distinguir a que tipo de história o genealogista recorre para "demarcar os acidentados, os ínfimos desvios [...], os erros, as

Imagem 4 - Folha de São Paulo

falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimentos ao que existe e tem valor para nós” (FOUCAULT, 1996, p. 15). Recorremos à noção de história da descontinuidade que, em consenso à concepção da Nova História, é pensada não como uma sucessão de fatos em ordem cronológica, em que as transformações seguem uma continuidade, uma linearidade. Observamos, com Foucault, as singularidades, com a premissa de que analisar discursos não significa chegar ao estatuto do real.

---

**A SEMANA**

o que será destaque

---

# Senado julga Collor amanhã e decide saída definitiva

*Presidente afastado deve comparecer pessoalmente para se defender*

Da Sucursal de Brasília

O Senado Federal julga amanhã o presidente afastado, Fernando Collor de Mello, 81 dias após a abertura do processo de impeachment. Collor é acusado de ter cometido crime de responsabilidade, por “proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo” e “permitir, de forma tácita ou explícita, violação de lei federal de ordem pública”. A expectativa é de que Collor vá ao plenário do Senado fazer sua defesa.

A sessão do Senado será aberta às 9h pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Sydney Sanches, que preside o Senado nos atos relativos ao processo. O roteiro do julgamento já está definido, mas é impossível prever com precisão a duração da sessão, que deve ultrapassar 12 horas.

Depois de abrir a sessão, Sanches iniciará a inquirição das cinco testemunhas de defesa (a acusação dispensou as suas). Enquanto durar a fase de depoimentos (cerca de cinco horas), as testemunhas ficarão numa sala da Secretaria Geral da Mesa do Senado, de onde não poderão ouvir os demais depoimentos. Como a lei permite reinquirição ou acareação, o que é improvável que ocorra, as testemunhas só serão dispensadas depois de todos os depoimentos.

Depois, a acusação fala por duas horas, seguida pela defesa, por igual tempo. Será facultada réplica de meia hora à acusação e tréplica à defesa, também por meia hora.

Encerrados os debates orais, as partes e seus advogados se retiram do plenário e os senadores discutem o caso. Cada um pode falar por até dez minutos. Depois, Sydney Sanches faz um relatório resumido do caso e procede a votação, que será nominal e aberta, pela ordem alfabética dos Estados (começa pelo Acre e termina com Tocantins).

Collor será condenado se pelo menos dois terços dos senadores (54) responderem “sim” à seguinte pergunta: “Cometeu o acusado Fernando Affonso Collor de Mello os crimes que lhe são imputados e deve ser ele condenado à perda do seu cargo e à inabilitação, por oito anos, para o desempenho de qualquer outra função pública?”.

Caso Collor e seus advogados não compareçam, Sanches adia o julgamento, nomeia um advogado dativo e marca nova data, que deverá ser em janeiro. O advogado tem que ser um penalista, de notório saber, e que aceite a causa.

Imagem 5 – Folha de São Paulo





Imagem 6 – Folha de São Paulo

No imagem 5, encontramos a tentativa de funcionamento do discurso jurídico, como se lê em “Senado julga Collor”, mas também, observamos o mesmo funcionamento discursivo que apontamos na análise do item 5.1, isto é, a mídia como um dispositivo que tem o poder de fazer emergir um acontecimento discursivo, que funcionará como uma verdade, antes mesmo de o acontecimento político ocorrer. No caso da imagem 5, o julgamento será “amanhã”, mas a notícia é construída com os verbos no presente do indicativo, “julga” e “decide”, isto é, pela lógica e pelos conhecimentos linguísticos, sabemos que amanhã indica um tempo futuro e o futuro é incerto, como já interpretamos no item 5.1 sobre o uso de “eventual” ministério de Temer. Nas imagens que estamos analisando, o jornal prescinde da estratégia de fazer de conta que o resultado do afastamento do presidente, dado como certo, sairá amanhã, após o julgamento, e já antecipa ao leitor que “a saída” do presidente é “definitiva”.



Como o jornal destaca, a “Era Collor” é discursivizada em relação à crise que o político e o país enfrentam. Observamos que a formação discursiva dominante é a que constrói e repete sentidos de crise em relação a todas as esferas da vida do presidente, tanto em relação ao âmbito público quanto ao privado, ao ter sua vida particular exposta, como podemos ler em “crise conjugal foi levada a público”, o que também reafirma sentidos de espetacularização da política na mídia.

Naquele momento, o discurso midiático construiu redes de sentidos, materializadas em formações discursivas dominantes sobre um presidente que não tinha condições de continuar ocupando a presidência da República. São as formações discursivas que sustentam o dispositivo midiático e, no nosso caso, especialmente, as formações discursivas dominantes que fazem com que determinados discursos pareçam verdadeiros; portanto, se são verdadeiros, devem ecoar e os ecos reverberam em práticas como as dos *impeachments* que estamos analisando.

Podemos dizer que, no que se refere à função metodológica da noção de dispositivo, “este aparece como formação ou arena sobre a qual o investigador atua como um desembaraçador das linhas entrelaçadas, percorrendo-as como as divisões de um mapa, constatando desníveis e desvios do terreno” (DELEUZE, 2011, p.1). Por isso, sustentamos a relevância de concebermos a mídia como um dispositivo que deve ser analisado minuciosamente.

A imagem 6 também faz referência ao campo jurídico, por meio do enunciado “Eriberto França defende punição para Collor e PC”, lembrando que PC refere-se ao tesoureiro da campanha de Fernando Collor de Melo à presidência do Brasil, ambos acusados de corrupção.



Imagem 7 - Folha de São Paulo

“Câmara depõe Collor em decisão histórica”. O peso discursivo e social de se dizer decisão histórica é reforçado com a imagem dos parlamentares, juntos, em alvoroço. As imagens analisadas inserem-se em uma rede de discursos que produzem verdades e constituem uma ideia global do *impeachment*, em sua heterogeneidade, criando uma identidade para o *impeachment*, colocando-o em uma rede de outros textos, no interior do dispositivo midiático, para a circulação de enunciados que produzem verdades sobre impeachment relacionado à corrupção, à punição, à fraude, ou seja, uma rede de enunciados que desqualificam qualquer governo. Segundo Gregolin (2016, p. 138)

(...) para Foucault o enunciado é uma categoria de base da análise arqueogenealógica, entendendo-o como a modalidade de existência de um conjunto de signos “que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível”. (FOUCAULT, 1986, p. 123-124).

É por meio dos enunciados que os sentidos aparecem ao se situar em uma materialidade repetível, cuja formulação lhe confere originalidade, ou seja, cada enunciado ao ser efetivamente produzido produz efeitos de sentido e pode reaparecer em outro momento, em outro contexto; entretanto, já não será mais o mesmo.

Por meio dos recursos linguísticos reconhecemos a necessidade da mídia em depor Collor e já adiantar que Itamar assume a presidência. É a necessidade de mostrar quem sai e quem fica: mudam-se os presidentes, mas a presidência não fica sem representante.



Imagem 8 – Revista Veja

A palavra guerra, ao entrar para a rede de enunciabilidade do *impeachment*, atualiza sentidos referentes à guerra das cores, em alusão ao movimento Caras Pintadas, cujas cores verde e amarelo simbolizaram a atuação no imaginário coletivo de nacionalidade. A construção do discurso da mídia insere-se no processo sócio-histórico de produção de sentidos, cujos efeitos de verdade fazem dizer e significar o *impeachment*.



O enunciado “Cresce a pressão pela renúncia” suscita a seguinte questão: quem pressiona a renúncia de Collor? A mídia? A população? Quem produz esse enunciado e a quem ele se dirige? Seria ele dirigido aos leitores da Revista Veja, que na época cobrava um valor mensal considerável dos seus assinantes? Qual a parcela da população que tinha acesso à Revista? Essas perguntas, embora sem respostas precisas, nesta dissertação, contribuem para pensarmos sobre as condições de produção dos discursos mobilizadas pelo dispositivo midiático para construir um discurso de verdade sobre o governo Collor e a necessidade de seu impedimento de governar. A imagem das mãos pintadas de verde, erguidas como que prontas para o embate contra o governo de Collor corrobora o efeito de sentido de uma nação que luta por sua Pátria.

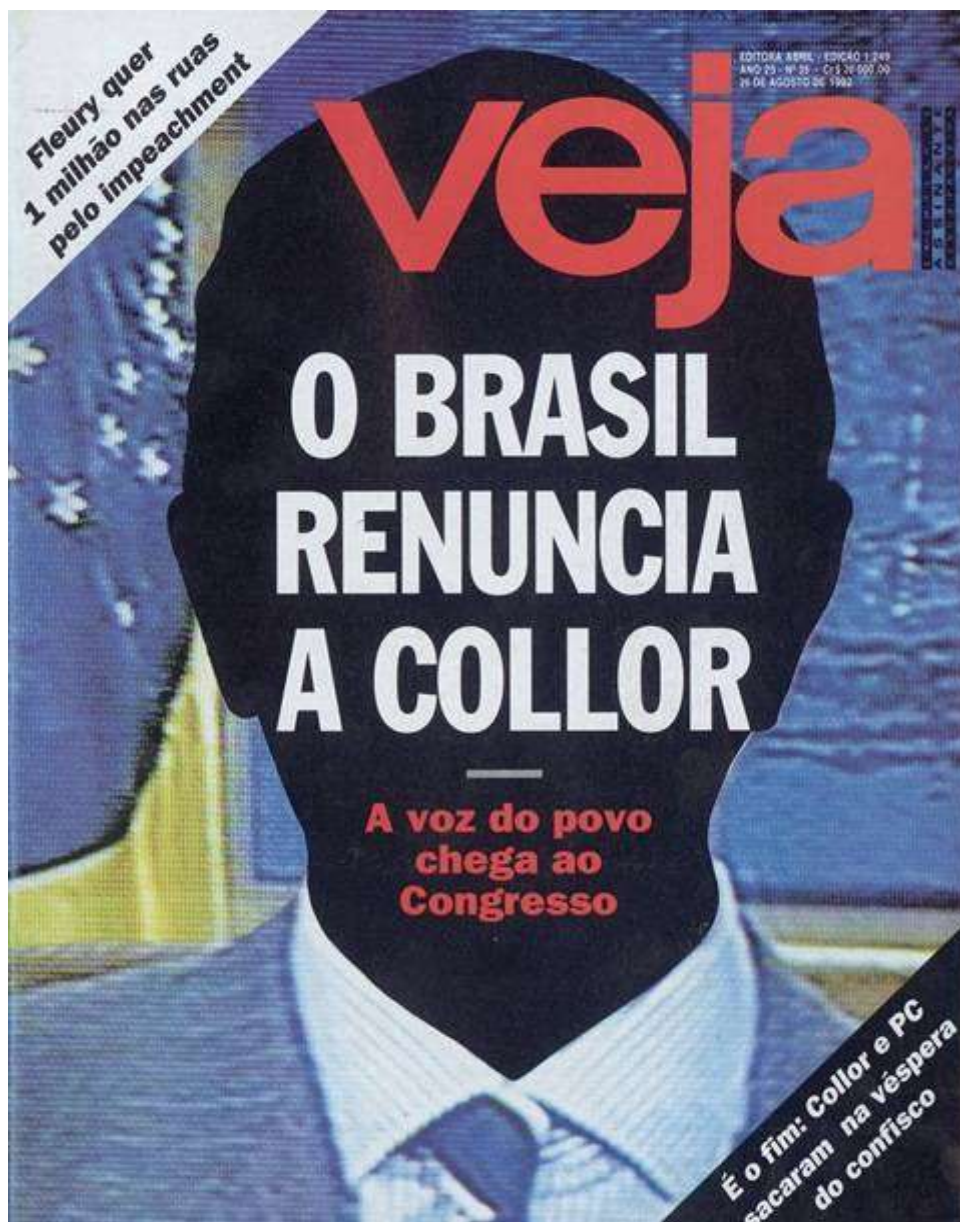


Imagem 9 – Revista Veja



Imagem 10 - Revista época



Imagem 11 - Revista IstoÉ

As imagens 9, 10 e 11, retiradas da mídia corporativa, ao articularem os textos verbal e não verbal, publicaram o fim dos governos Collor e Dilma. Collor, sem rosto; Dilma, de costas, sentada, e, de costas, como se estivesse de saída, em consonância com os usos linguísticos “fim”; “último ato”; “impeachment” em que sobre a letra P lemos PT constroem um efeito de derrocada dos presidentes. Observamos que a formação discursiva dominante na mídia corporativa sustenta-se em relacionar o fim do governo Dilma com o fim do PT, ou seja, o *impeachment* afeta não só aqueles que governam, mas também, o partido com tudo aquilo que o simboliza: a cor vermelha, os ideais de esquerda e, especialmente, a figura do ex-presidente Lula.

Por outro lado, a imagem 12, a seguir, publicada na Mídia Ninja, não se filia a essa formação discursiva que naturaliza o *impeachment* de Dilma e faz uma denúncia dos parlamentares que votaram a favor do impedimento da presidenta, ligando-os à corrupção. A imagem 13, também publicada na Mídia Ninja, denuncia o erro do parecer do Senador Antônio Anastasia e uma luz para a anulação do *impeachment* de Dilma.

 **Mídia Ninja** 28 de dezembro de 2017 · 🌐

“Todos que fizeram o [impeachment](#) estão envolvidos em corrupção” Dilma Rousseff em entrevista a CNN.



Como 2017 expôs o telhado de vidro de políticos que votaram pelo [impeachment](#) de Dilma

The Intercept Brasil lembra cinco casos de parlamentares que gritaram contra a ex-presidente em [2016](#) e se viram envolvidos em denúncias de corrupção no ano...  
THEINTERCEPT.COM

 Curtir  Comentar  Compartilhar

Imagem 12 - Mídia Ninja





**Imagem 13 - Mídia Ninja**

As mudanças ocorridas com as mídias digitais provocaram o surgimento de novos agentes comunicacionais, especialmente, novas iniciativas de comunicação independente e alternativa, organizados em rede (ZANETTI, 2019).

Um desses projetos bem-sucedidos é a Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) que surgem em 2011 com o objetivo de utilizar o jornalismo como uma das ferramentas para difundir narrativas alternativas que não possuem visibilidade nos meios convencionais de comunicação, levantando temas e propondo debates mais diversificados. (ZANETTI, 2019, p. 208).

Como as imagens 12 e 13 apontam, tanto a denúncia de corrupção quanto a do erro do parecer do Senador não tiveram grande visibilidade na mídia corporativa, mas ganharam espaço na Mídia Ninja. A circulação de enunciados que não reforçam os



discursos da mídia corporativa leva-nos a interpretar que as mídias alternativas podem funcionar como espaço de resistência.

Hoje, a resistência encontra lugar de visibilidade no espaço digital – resistência que se dá na e pela língua, pela palavra em curso. Resistir, nesse caso, é dizer aquilo que não pode e não deve ser dito, que não pode entrar no fio do discurso presente, o qual, inscrito e também velado pela ideologia dominante é interdito, é silenciado. (CORREA *et al*, 2018, p. 105-106).

Desse modo, a Mídia Ninja ao discursivizar sobre a corrupção dos que votaram contra Dilma e, também, sobre o golpe, conforme veremos na próxima sequência discursiva, instaura sentidos de resistência e contrapõe-se ao discurso da mídia corporativa.

Nossa próxima sequência discursiva refere-se aos sentidos de golpe ditos e apagados sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff.

### 5.3. Sentidos de golpe ou *impeachment*: as possibilidades do dizer

Pretendemos, com as sequências discursivas selecionadas, analisar formas de enunciar as cenas do *impeachment* no dispositivo midiático e, no caso de Dilma Rousseff, já contamos com as vozes da Mídia Ninja, inexistente na época de Fernando Collor de Melo. Sabemos que as visibilidades são relâmpagos, são feixes de luz que podem se apagar ou mudar de intensidade a qualquer momento; por isso, a trabalho metucioso do genealogista requer atenção aos detalhes, aos significantes, aos ângulos das fotos, e, também, audácia para duvidar daquilo que parece verdadeiro só porque está escrito, publicado e legitimado pelas instituições de poder.

As curvas de visibilidade que fazem ver o acontecimento discursivo *impeachment*, permitem que ele apareça na ordem do discurso e que ganhe formas, cores, nuances. São curvas que funcionam no interior do próprio dispositivo, visto como um sistema aberto, constituído por uma rede de fios que permitem ver não uma realidade já pronta e acabada, mas sim um construto social e discursivo que se transforma no decorrer da acontecimentalização da história.

Observaremos, portanto, as proliferantes enunciações que o dispositivo midiático fez circular para constituir os sentidos sobre *impeachment* e sobre golpe, a começar pelas

manifestações que ocorreram no dia da votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados, como mostra a imagem abaixo, 14, veiculada na Mídia Ninja:



**Imagem 14 – Mídia Ninja**

Ao longo do século XX, novas transformações no campo da comunicação afetaram ainda mais a conformação do que seria uma esfera pública na democracia. De uma comunicação massiva, passamos para uma cultura das mídias - resultando numa sociedade midiaticizada, imersa no contexto midiático e já não mais independente dele. E, mais recentemente, incorporamos a cultura digital que nos insere na sociedade em rede. Essa mudança de paradigma comunicacional não exauriu o poder midiático; pelo contrário, deu novo sentido à centralidade da mídia na sociedade. (ZANETTI, 2019, p.185-186).

Os textos publicados na mídia sobre o acontecimento político que estamos analisando marcam que os campos político e midiático se entrelaçam e um não tem existência separada do outro. A luta pelo poder move tanto a esfera política quanto a midiática, luta que se materializa nos discursos, pois como afirma Foucault (2005, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

No imagem abaixo, a predominância das cores verde e amarelo sinalizam o desejo do *impeachment*, criando o efeito de sentido de que a maioria dos parlamentares estava do lado do Brasil e dos brasileiros e contra a corrupção que, no caso, é representada pela cor vermelha, do Partido dos Trabalhadores (PT), que era o partido da presidenta Dilma. A foto mostra apenas dois parlamentares com cartazes que trazem a cor vermelha e o

enunciado “golpe”; os parlamentares que têm as placas com o enunciado “Impeachment já” apoiam-nas sobre a bandeira brasileira, reforçando o sentido de patriotismo.



Imagem 15 – Revista Veja

O dispositivo midiático coloca esses sentidos em rede com base em uma imagem dos sujeitos que vivem na sociedade contemporânea, ou seja, a mídia constrói uma imagem de quem é o sujeito para quem ela escreve; o que ele consome; quais são as identidades nacionais; que tipo de político o povo respeita; quais discursos têm o poder de verdade.

Um aspecto fundamental do pensamento foucaultiano é o fato de ele abordar a articulação entre subjetividade e verdade pelo viés histórico. Essa inflexão produz interrogações da visão da historicidade dos processos e induz a interrogações como, por exemplo: que relação o sujeito estabelece consigo a partir de verdades que culturalmente lhe são atribuídas? (GREGOLIN, 2016, p. 124).

Parece-nos, portanto, que a mídia corporativa e a mídia alternativa fazem a articulação entre subjetividade e verdade e dirigem-se a determinados sujeitos que devem filiar-se a uma ou outra formação discursiva. Por exemplo, na imagem 15 sugere que os



parlamentares, vestidos com terno e gravata, com expressões sérias, apoiados na bandeira brasileira devem transmitir à sociedade brasileira uma verdade que se sustenta na defesa da Pátria contra a corrupção; na seriedade da Câmara dos Deputados; na representatividade do povo no Congresso Nacional e, assim, a mídia corporativa sustenta seus enunciados.

Em contraposição à imagem 15, a imagem que circulou na Mídia Ninja e faz uso dos recursos das novas tecnologias para modificar a imagem de Michel Temer, com caráter derrisório, projetando um sujeito-leitor que não acredita nos políticos de terno e gravata, que filiam-se ao discurso de verdade sobre o golpe, que deseja denunciar “o corrupto notório”.

10/07/2017 14:25

## O golpe, o moralismo falso e a pós-democracia no Brasil

WhatsApp Twitter Facebook

**MARGARIDA SALOMÃO**

Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, com Doutorado e Pós-Doutorado pela Universidade da Califórnia, em Berkeley. Está deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais desde 2013.

Twitter Facebook

Arte: Selos Comemorativos de 1 Ano do Golpe por João Faissal

É amplamente consensual que o argumento da luta contra a corrupção desempenhou vasto papel na retórica do golpe parlamentar que apeou da Presidência a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Os deputados que protagonizaram a sessão grotesca presidida pelo corrupto notório e (pelo que se informa) réu confesso Eduardo Cunha prestigiaram o combate à corrupção como motivação para seus votos, ao lado, é claro, da homenagem a seus familiares e animais domésticos.

### Imagem 16 – Mídia Ninja

Podemos observar que os textos visuais reforçam os sentidos de golpe, moralismo falso, pós-democracia, especialmente, nas imagens em que vemos Michel Temer simbolizado com expressão de espanto, o que gera efeito de sentido de ironia. Conforme nos ensina Foucault (2009), a formação discursiva é uma sequência de enunciados, os

quais, conforme a análise de nosso *corpus* demonstra, agitam o discurso político na mídia. A Mídia Ninja fez referência a sequências de enunciados sobre a posição de Temer como presidente em tom de denúncia; marcou seu posicionamento usurpador durante o processo de *impeachment*, seu falso moralismo, principalmente, ao assumir o cargo da presidência do Brasil. Temer assumiu o lugar de Dilma ao derrubá-la do poder, antes mesmo de o *impeachment* ser legitimado por votação, conforme já analisamos.

Ao contrário da formação discursiva dominante na mídia corporativa, na Mídia Ninja, a formação discursiva que domina é constituída de sentidos de golpe, ou seja, o *impeachment* é visto como golpe de estado cometido por opositores ao governo Dilma e ao PT e a tudo que o Partido dos Trabalhadores representa. O que fica silenciado na formação discursiva dominante, na mídia corporativa, constitui os principais sentidos na Mídia Ninja. Temos, aqui, duas formações discursivas dominantes e antagônicas funcionando no dispositivo midiático, no contexto do governo Dilma Rousseff.

Esse acontecimento no momento do *impeachment* (golpe) de Dilma, qual seja, associar o nome Michel Temer, temeroso, a vampiro, constituiu um acontecimento discursivo que circulou inclusive durante a apresentação da escola de samba Paraíso do Tuiuti, do Rio de Janeiro, no carnaval de 2017, em que o carnavalesco construiu um personagem que representava Temer caricaturado de vampiro. Considerando a relação entre história e política, sabemos que os sentidos de caráter derrisório que se referem a Temer não circularam na mídia corporativa, que procurou sustentar o discurso de *impeachment* como uma prática legitimada e necessária.

Queremos destacar que o fato de Michel Temer ter ocupado um cargo político desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff, como vice-presidente, e, na crise política de 2016 ter participado de todo o processo que culminou com a saída de Dilma da Presidência da República pode ser entendido conforme a concepção de poder manifesta por Foucault, ou seja, para o autor o poder é um exercício e não uma coisa, com materialidade concreta na ordem do real. O poder não está nas coisas, mas sim, naquilo que o discurso representa, sendo que em determinado momento sócio-histórico, é discursivizado como uma verdade que determina o que e onde está o poder. Disso decorre que o discurso sobre ser presidente ou vice, ser de direita ou de esquerda, presidir a câmara, ou ocupar outro cargo se constitui como objeto de poder porque “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2005, p. 10).

Na sequência do texto da Mídia Ninja, podemos ler que “É amplamente consensual que o argumento da luta contra a corrupção desempenhou vasto papel na retórica de golpe parlamentar que apeou da presidência a primeira mulher eleita presidenta do Brasil.” Se por um lado a mídia corporativa usou de todos os recursos para mobilizar o discurso contra a corrupção como uma verdade inquestionável para sustentar a verdade contra Dilma Rousseff, contra o Partido dos Trabalhadores e tudo o que ele representa, isto é, contra todo tipo de posicionamento que é característico da esquerda, por outro lado, a Mídia Ninja fez o movimento contrário na tentativa de desconstruir essa ideia de corrupção como um argumento sólido atrelado unicamente a Dilma e seu partido.

Entretanto, Foucault (2009) defende que os enunciados têm uma existência histórica o que pressupõe um já dito sempre possível de ser ressignificado a cada momento específico da história. Isso pode ser observado na recorrência do enunciado contra a corrupção, que circulou amplamente no acontecimento político do *impeachment* de Collor em 1992 e foi retomado no acontecimento político *impeachment* de Dilma em 2016 e ressignificado, transformado, produzindo sentidos diferentes.

No contexto de 1992, a mídia corporativa constituiu um discurso contra Collor e toda sua equipe. Especialmente, contra PC Farias, tesoureiro do governo, fazendo com que a população brasileira ficasse contra o então presidente em uníssono, identidade brasileira da época, nacionalidade, subjetivação, cuja saída da presidência poderia garantir ao povo brasileiro o fim da corrupção. Era uma formação discursiva dominante que não encontrava outra que falasse tão alto quanto esta em relação ao acontecimento político, as denúncias de corrupção contra Collor. No contexto de 2016, no entanto, não podemos dizer que a formação discursiva “contra corrupção” da mídia corporativa, ligada à saída da presidenta Dilma, tenha sido dominante pois encontrou disputa. A Mídia Ninja provocou rachaduras nessa formação, como é exemplo do texto da Mídia Ninja denunciando o enunciado “contra corrupção” para camuflar o sentido de golpe. A Mídia Ninja é um exemplo que corrobora a afirmação de que:

O modo de funcionamento do dispositivo midiático contemporâneo modificou as formas de produção e circulação de sentidos na sociedade. Essa produção não está mais concentrada apenas nas grandes corporações que, tradicionalmente, se encarregavam de produzir e distribuir os sentidos. (GREGOLIN, 2016, p. 140)



**Mídia Ninja** 

@MidiaNINJA

Página inicial

Sobre

Loja

Eventos

Fotos

Vídeos

Comunidade

**Publicações**

Avaliações

Grupos

[Criar uma Página](#)



**Mídia Ninja**  4 de abril de 2016 · 

"Impeachment sem crime é golpe" - diz Cardozo, durante a entrega da defesa da presidente Dilma à Comissão Especial de Impeachment.

Foto: Mídia NINJA

Acompanhe #aovivo: <http://bit.ly/1DS8wkM>



Imagem 17 - Mídia Ninja

**Mídia Ninja**

21 de fevereiro · 🌐



Entrou para nossa história enquanto acontece. 😬



### Curso de Ciência Política da UnB terá disciplina sobre o "golpe de 2016" - Revista Fórum

A disciplina "O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil" analisará a "ruptura democrática" com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, a...

[REVISTAFORUM.COM.BR](http://REVISTAFORUM.COM.BR)

 Curtir Comentar Compartilhar

Imagem 18 - Mídia Ninja





Midia Ninja

1 de setembro de 2016 · 🌐



Imprensa alemã também destaca a "injustiça histórica" cometida pelo novo tipo de Golpe inaugurado no Brasil! #ForaGolpistas #ForaTEMER



"Uma injustiça histórica": o [impeachment](#) de Dilma Rousseff na imprensa alemã | Brasil | DW.COM | [01.09.2016](#)

DW.COM



Imagem 19 - Mídia Ninja



**Imagem 20 – Mídia Ninja**

Nas imagens 16, 17, 18, 19 e 20, a Mídia Ninja explicita a relação *impeachment-golpe*, por meio de uma rede de enunciados que ligam o afastamento de Dilma a “desgoverno golpista”, “retrocesso”, “injustiça histórica”, “ruptura democrática”, e, o que nos chama a atenção é a publicação de uma notícia sobre uma disciplina do curso de Ciência Política da UnB que estudará o golpe de 2016. Provavelmente, conforme estamos analisando, essa notícia sobre a disciplina não constitui a formação discursiva da mídia corporativa, mas encontra espaço de resistência na mídia alternativa.

A próxima sequência discursiva abordará sentidos de preconceito em relação a uma mulher na Presidência da República.

#### 5.4 A guerra contra a mulher na presidência



Imagem 21 - Revista Época

Segundo Sargentini e Sá (2016), a chegada de Dilma Rousseff à presidência suscitou, dentre tantas outras, a questão do gênero, pois pela primeira vez uma mulher ocupou esse lugar de poder político. No que tange aos aspectos linguísticos, um embate foi instaurado quando Dilma Rousseff passou a empregar o termo “presidenta”,

contrariando a forma gramatical dominante “presidente”, usada para se referir tanto ao masculino quanto ao feminino.

Como sabemos, o governo do PT e, no caso específico o de Dilma Rousseff, deu visibilidade aos grupos menos favorecidos, como pobres, homossexuais, mulheres, indígenas, dentre outros. O fato de escolher a forma linguística presidenta indicia o posicionamento de Dilma em defesa das mulheres, contra uma ideologia machista e sexista, marcando na língua uma resistência contra a violação dos direitos femininos naturalizada até então. Como apontam Sargentini e Sá (idem), a mídia conservadora não assumiu a nomeação “presidenta”, mantendo, assim, o termo, “aparentemente neutro”, “presidente”.

Em pesquisa referente à aparição do termo “presidenta” em um desses jornais, a Folha de São Paulo, de ampla distribuição no Brasil, constatou-se que a ocorrência da palavra no feminino deu-se somente em caso de citação – ou, quando muito, em artigos que discutiram sua utilização no jogo político. Numericamente, de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014, houve, na Folha de São Paulo, apenas 527 ocorrências – páginas do jornal – para o termo “presidenta”, sendo quase todas elas referentes à Dilma Rousseff. (SARGENTINI; SÁ, 2016, p. 179-180).

Podemos dizer, em concordância com os autores, que o fato de Dilma adotar o uso de “presidenta”, em contraposição à resistência midiática pela adoção do substantivo no feminino indica que “presidenta” deixou de ser apenas uma questão linguística – se é que uma questão linguística possa ser apenas uma simples questão -, passando a ser uma questão político-partidária. Coulomb-Gully (2014), ao analisar a questão do gênero na política e no discurso das mídias, especificamente sobre a cobertura midiática da campanha presidencial na França, em 1974, a primeira na qual houve a candidatura de uma mulher, sindicalista e militante, Arlette Laguiller, assevera que:

Estes exemplos mostram bem que a presença da mulher no mundo político, até então exclusivamente masculino, só poderia ser concebida sob a condição de que ela fosse masculinizada, embora não seja um homem. É essa masculinização que as instituições e as mídias empregam ativamente na negação do Gênero assumido pelos candidatos. (COULOMB-GULLY, 2014, p. 156).

Se na França, a primeira candidatura feminina à presidência ocorreu na segunda metade do século XX, no Brasil, trinta e seis anos mais tarde, tivemos a primeira mulher

a assumir a Presidência da República. As distâncias temporal e geográfica entre os dois países, considerando-se as especificidades de França e Brasil, não foram suficientes para alterar significativamente o modo como a mídia discursivizou o lugar da mulher na política, quase meio século adiante.

Desse modo, durante o governo de Dilma Rousseff, as disputas pelo poder não se circunscreveram somente no âmbito político, como as análises do discurso midiático sobre o processo de *impeachment* apontam. As disputas contemplaram o poder político, a luta contra uma mulher na presidência e, como resistência, a luta a favor de todas as mulheres; a luta contra as minorias que estavam ganhando espaço na sociedade brasileira e, como resistência, os movimentos a favor dos direitos dos pobres, negros, crianças, dos indígenas, dos direitos humanos, do meio ambiente, enfim, foi muito mais do que uma luta contra a corrupção, formação discursiva dominante no período de *impeachment*. Essas disputas deram-se, pois, se há movimentos de busca pelo poder, há resistência, ou seja, as disputas que marcaram os movimentos sociais colocaram, na ordem do dizer, muitos sentidos até então interditados. Vejamos as imagens a seguir.





Imagem 22 – IstoÉ

A imagem de Dilma Rousseff aparece relacionada aos enunciados “explosões nervosas”, “surto de descontrole” que materializam, por meio da linguagem verbal e visual, simbolicamente, a ideia de uma presidenta descontrolada e, conseqüentemente, inábil para governar o país. São sentidos que aparecem na ordem do dizer da mídia corporativa para significar a posição de Dilma como aquela que, mesmo sendo Presidente da República, “perde as condições emocionais” para conduzir sua vida pessoal e a vida social do país. A imagem que protagoniza a capa da revista IstoÉ mostra Dilma com olhar assustado, provavelmente, por causa da “iminência de seu afastamento”, anunciado desde que o *impeachment* foi votado na Câmara dos Deputados.

Vale destacar que os enunciados que compõem a capa trazem sentidos de finitude, como podemos ler em “fim de feira”, “a gripe que mata”, em que os significantes “fim” e “mata” constituem um campo genérico relacionado ao *impeachment* como fim do governo Dilma. A formação discursiva dominante em relação à Dilma é constituída de sentidos misóginos que desqualificam a mulher, especificamente, a mulher que ocupa um cargo governamental.



Imagem 23 - Revista Veja



A capa da revista *Veja* traz uma caricatura de Dilma, de olhos vendados com a faixa presidencial, criando o efeito de sentido de uma chefe de Estado que está perdida, desorientada, que não consegue enxergar a direção que deve dar ao país. Novamente, a mídia usa estratégias de aviltamento para (des)construir a imagem de Dilma Rousseff.



Dilma também afirmou que o impeachment interrompe o "projeto nacional progressista, inclusivo e democrático" que ela representa e que isso está sendo feito por uma "poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal."

"O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido."

"O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência", afirmou a petista.



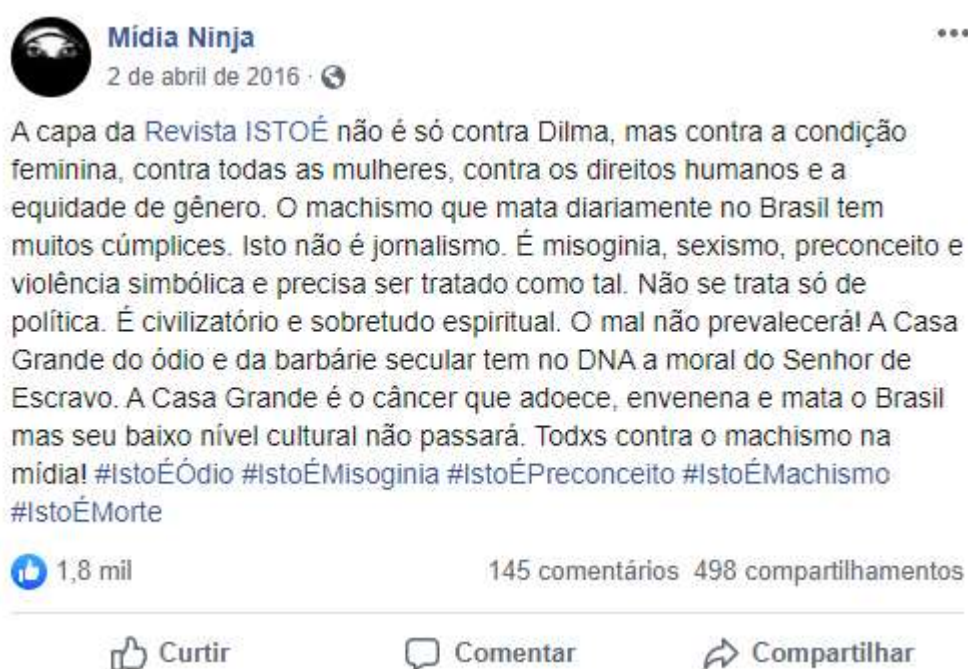
Imagem 24 - G1

A imagem 22, publicada no G1, que faz parte da mídia corporativa, publicou sentidos de golpe; todavia, esses sentidos estão entre aspas, as quais indicam que o discurso é de Dilma e não representa o posicionamento do G1, visto que não há nenhuma



menção de apoio a Dilma no texto acima; ao contrário, há a marca explícita de que essa é a fala de Dilma, como podemos ler em “afirmou a petista”, cujo apagamento de seu nome, ou da nomeação presidente/presidenta marca, mais uma vez, o discurso de verdade sobre o *impeachment*, isto é, um *impeachment* do PT.

Esses sentidos que desqualificam a ex-presidenta foram objeto de análise de pesquisas acadêmicas, como veremos abaixo. Destacamos que, tal como a Mídia Ninja divulgou a disciplina que estudaria o golpe de 2016, na UnB, já analisado, essa mídia alternativa também divulgou a pesquisa à qual nos referimos, como a imagem 22 nos mostra.



**Imagem 25 – Mídia Ninja**

Segundo Cardoso e Souza (2016), como resultado das lutas feministas, as mulheres conquistaram diversos direitos, como, por exemplo, a conquista do voto. Todavia, ainda hoje constatamos a exígua presença feminina nos espaços de poder, o que indicia uma exclusão das mulheres nesse processo e nos demais setores do espaço público, nos quais a presença masculina permanece dominante.

Para além dessa conquista do poder de voto no século XIX, as mulheres ainda estão muito excluídas do processo político. A vitória da presidente Dilma Rousseff no ano de 2010, como a primeira presidente mulher eleita, não trouxe avanço específico na agenda

feminista e o processo de impeachment confirma o quanto elas ainda são discriminadas na política e o quanto os meios de comunicação fazem comparações entre o trabalho exercido por elas com os mais primários discursos estereotipados do que é ser mulher, como “louca”, “histérica”, “sem condições psicológicas”, “sem condições emocionais” e até mesmo “uma presidente fora de si”. Querem manter a tradição patriarcal presente em nosso país desde a colonização. (CARDOSO E SOUZA, 2016, p. 46-47).

O modo como a mídia fez reverberar a memória discursiva sobre o machismo, conseqüentemente, sobre sentidos que desqualificam as mulheres, representadas pelo rebaixamento da mulher que ocupava o mais alto cargo político de uma nação, faz-nos compreender que a sociedade brasileira, especificamente, tem em sua constituição o machismo estrutural. Se havia a ilusão de que as mulheres tinham conquistado poderes e direitos para atuarem no espaço público, em oposição ao privado, ou do lar, como lhes era outorgado, os discursos sexistas, misóginos, de aviltamento contra Dilma colocaram novamente na ordem do dizer uma naturalização de práticas machistas contra o feminino que, ilusoriamente, pareciam estar aquietadas, pois as mulheres brasileiras, até então, não tinham ameaçado o poder masculino a ponto de comandar uma nação. A presença de Dilma no poder colocou em pauta uma nova possibilidade de dizer, do acontecimento de maior visibilidade da história feminina na política brasileira.

Curcino (2018) analisa como a mídia discursiviza o perfil leitor de três presidentes brasileiros, Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A autora aponta que, segundo a mídia, FHC é o leitor ideal, erudito, intelectual; Lula é o não leitor, não gosta de ler e reclamava quando tinha de ler os papéis antes dos encontros administrativos; Dilma, mesmo sendo discursivizada como leitora obstinada, de modo geral, a mídia a compara ao perfil leitor de Lula. De acordo com a autora, esse modo de enunciar da mídia corrobora a desigualdade que sempre colocou homens e mulheres em lugares distintos, naturalizando o discurso machista de que “homem sabe mais que mulher”. O discurso midiático sobre FHC representa-o como um homem letrado, que tem competência para realizar leituras complexas, “de fôlego”, com finalidades públicas para o bom cumprimento de suas atividades presidenciais. Em oposição:

Tal como foram atribuídas às mulheres as leituras de foro mais íntimo, mais leves, para lazer, prazer e evasão, Dilma foi representada como mulher leitora: compulsiva por livros, leitora contumaz de literatura que

nas horas ‘livres’ se recolhia na leitura. No âmbito de suas atividades públicas, num terreno historicamente ocupado por homens, as referências a sua prática leitora afirmam a inadequação de seu modo de ler (já que ela lia em detalhe, sempre e todos os textos). (CURCINO, 2018, p. 241).

Observamos, pois, que em todos os âmbitos Dilma foi rebaixada, até mesmo em esferas nas quais ela tinha o mesmo desempenho e prática leitora que FHC. Com base em Foucault, sabemos que não há uma região de sentido com fronteiras demarcadas e rígidas. O campo discursivo do *impeachment* confirma o pensamento foucaultiano, pois o que poderia parecer um problema político, de corrupção mostra-se como um caleidoscópio no qual se vêm combinações variadas sobre o impedimento de uma mulher ficar na presidência; o impedimento de um partido ficar na presidência; um golpe anunciado e silenciado desde 2014; uma crise nacional potencializada pelo discurso midiático, como estamos analisando e daremos sequência com nossa última sequência discursiva, que analisa os sentidos de crise atrelados aos *impeachments*.

### **5.5 O discurso sobre a crise no acontecimento dos *impeachments***

Courtine (2016), em palestra apresentada no IV Colóquio Internacional de Análise do Discurso – CIAD, discute a sensação de ansiedade da contemporaneidade, enfatizando a questão do medo, da ansiedade e do discurso. Segundo o autor:

Entretanto, não há nada de banal nessa ladainha diária de medos e de ameaças, nada de banal nisso que podemos encontrar dia após dia nas mídias ocidentais, bem como, e eu estou certo disso, em seu país. Tal ladainha, a despeito de sua aparente banalidade, possui alguns traços discursivos recorrentes: sua permanência, pois ela não conhece nenhuma interrupção; sua onipresença, da qual deriva o fato de que as ameaças globais andam lado a lado com as preocupações locais; sua intensidade variável, quando grandes perigos alternam-se com inquietudes menores; sua indiferença para com a realidade dos perigos, quando nada mais distingue as catástrofes reais das puras construções imaginárias, produtos de dispositivos discursivos que engendram a ansiedade; seu caráter cumulativo como se a adição das ameaças, a soma dos medos ou a multiplicidade de seus objetos (cósmicos, tecnológicos, industriais e financeiros, alimentares e medicinais...) constituíssem a prova de sua existência; sua relação particular com o tempo: o presente dos medos contemporâneos é assombrado pela evocação de medos antigos [...]. Em suma, é a confusão dos tempos, dos lugares, dos objetos, dos perigos imaginários e dos riscos reais que impera nos discursos em que se materializam os medos contemporâneos. (COURTINE, 2016, p. 21)

O autor nos ajuda a pensar como os enunciados que circulam nas capas das revistas e das reportagens que abordam o acontecimento do *impeachment* criam efeitos de sentido que afetam as emoções, particularmente, reforçando os sentidos de crise e inculcando na população o medo de uma crise nacional e mundial, estratégia construída pelo dispositivo midiático para dar amplitude ao sentimento de medo, como podemos observar a recorrência dos significantes “crise”, “guerra”, “matar”, “doença”, “a gripe que mata” (conforme analisamos acima), encontrados nos textos que traremos a seguir:

# Brasil de Fato

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

Início
Opinião
Política
Direitos Humanos
Cultura
Geral
Saúde
Internacional
Especiais
Rádio

## Mídia brasileira construiu narrativa novelizada do impeachment

O negócio da mídia brasileira não é jornalismo e nem notícias, é construção de crise, instabilidade e “normalidade”

Ivana Bentes  
The Intercept | 02 de Setembro de 2016 às 09:06



Imagem 26 – Brasil de Fato



Imagem 27 - Revista Veja

Foucault nos ensina que as coisas não preexistem às palavras; portanto, podemos inferir que o discurso sobre a crise ajuda a construir a própria crise. Os enunciados que são entrecidos sobre a crise consolidam a atmosfera de uma dada conjuntura sócio-histórica, levando a sociedade a viver, ao menos discursivamente, os efeitos de um momento em que a economia, o desemprego aumenta, as empresas fecham as portas, a inflação sobe, e o caos, mesmo que imaginariamente, instala-se consensualmente. O que observamos, com base nas análises que estamos fazendo é que a mídia aproveitou-se desses sentidos de crise, potencializando-os e fazendo-os deslizar para o campo político do *impeachment*, a fim de construir justificativas para o impedimento dos dois presidentes da República, levando a população a crer que a saída deles colocaria um fim na crise.

Os discursos de perigo iminente provocados pela crise econômica e política sustentam a ansiedade nacional, tal qual aponta Courtine (2016), visto que o medo materializa-se na linguagem e é propagado discursivamente, pois “os grandes medos



depositam sedimentos discursivos nas memórias coletivas das quais a ansiedade os recolhe.” (COURTINE, 2016, p. 26).

Temos que o enunciado crise perpassou o cenário brasileiro, tanto em 1992 quanto em 2016, antecipando a legitimação dos respectivos *impeachments*, o que nos leva a observar as correlações discursivas que emergiram nas épocas em destaque. Menezes nos ajuda a compreender melhor esse entrelaçamento crise-*impeachment*.

Os discursos sobre os fenômenos desencadeadores da crise geram formas de resistência, mas essas formas de resistência acentuam ainda mais a existência real da crise. Discursivamente, entre jogos de relações de poder e estratégias de resistência, os consensos sobre a crise vão sendo produzidos. Como Foucault analisa, não há relações de poder sem resistências, e a resistência “é a compatriota do poder, ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais.” (MENEZES, 2016, p. 170).

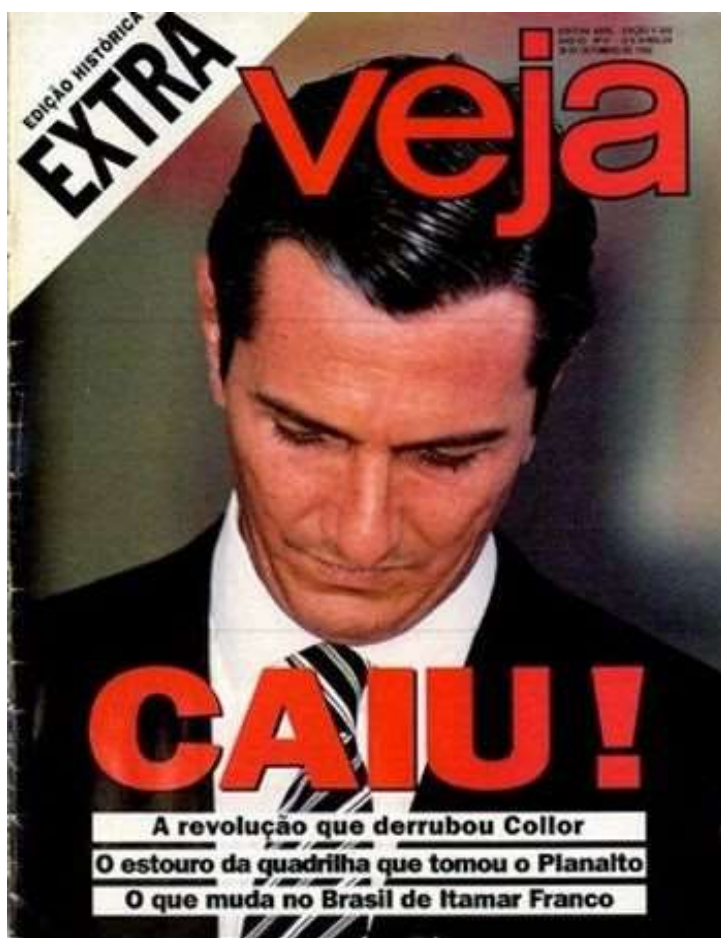


Imagem 28 - Revista Veja

Em edição histórica, a revista *Veja* veicula a notícia da “revolução que derrubou Collor”. Os sentidos que aparecem na ordem do dizer fazem ecoar a imagem de um presidencial fragilizado, o que está materializado nos textos verbal e não verbal, como em “caiu!”, “derrubou” e a imagem de Collor com a cabeça baixa, diferentemente das imagens que a mídia selecionou quando quis construir, discursivamente, um presidente ativo e confiante. O enunciado “estouro da quadrilha” também corrobora o sentimento de medo, de pânico que assola a população brasileira, violentada por tantas quadrilhas, assustada com tantos estouros a cofres e caixas eletrônicos em instituições bancárias, roubos de carga em aeroportos e transportadoras, enfim, como diz Courtine,

E mesmo sem retornar aos medos antigos que precedem o momento histórico que nos interessa aqui – os tormentos do pecado, da fome, das epidemias e das guerras de outrora -, o século precedente e o alvorecer do nosso forjaram a experiência contínua de catástrofes humanas engendradas pelas transformações históricas de um mundo que pouco a pouco se globalizou na violência das guerras mundiais, das conquistas coloniais e das crises econômicas. (COURTINE, 2016, p. 21-22)



Imagem 29 – Revista Época

Observamos que a mídia corporativa usa como capa de suas principais revistas, a cabeça baixa, “caída” dos presidentes impedidos, imagem que retoma a memória discursiva sobre o enunciado “quero a cabeça de fulano”. Porém, a revista *Época* manteve a nomeação presidente, ao contrário do que fez a revista *Veja* em relação a Collor, que usou apenas o verbo “Caiu”, em vermelho, não como referência ao PT, obviamente, pois este não era o partido de Fernando Collor, mas lembramos que a cor vermelha também é usada em situações de perigo, de tragédia, de ferimentos, de guerra, enfim. O enunciado



“A presidente sem poder” estabelece uma rede com discursos que dispersam dos sentidos de “Caiu”, pois a presidenta pode estar sem poder e continuar no mandato, como foi o caso de Itamar Franco, por exemplo.

Destacamos os enunciados que circulam na mesma capa da imagem 28: A Rota da Liberdade, que traz o problema dos refugiados; A Rota do Saber, que traz notícias sobre a unificação do Currículo da Educação Básica, documento que é alvo de inúmeras críticas pelos estudiosos da Educação; A Rota do Sertão, que apresenta uma correspondência inédita do escritor Guimarães Rosa com o pai dele. Esses enunciados prometem sentidos de melhoria de vida, de acesso ao saber, de acesso aos bens culturais, ou seja, se é preciso melhor é porque algo não vai bem; o dispositivo midiático vai tecendo, junto à foto de Dilma Rousseff, uma rede de enunciados que têm uma história, e, juntos, podem corroborar um discurso que é verdadeiro em seu tempo, ou seja, para o Brasil ficar melhor, Dilma Rousseff tem de deixar a Presidência da República.

Um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento; e a relação que mantém com o que enuncia não é idêntica a um conjunto de regras de utilização. Trata-se de uma relação singular: se nessas condições, uma formulação idêntica reaparece – as mesmas palavras são utilizadas, basicamente os mesmos nomes, em suma, a mesma frase, mas não forçosamente o mesmo enunciado. (FOUCAULT, 2009, p. 100-101).

No caso da análise que estamos apresentando, entendemos que os enunciados sobre os refugiados não significam, exatamente, os indivíduos que deixam seu país devido às guerras, à fome, ao preconceito religioso, ou outros motivos. Do mesmo modo, o enunciado sobre o Currículo não diz apenas sobre o Currículo. O mesmo ocorre sobre o sertão, que não se refere apenas a uma notícia sobre um escritor brasileiro. Aqui, pelo funcionamento do dispositivo midiático, ao colocar esses enunciados em rede, seus feixes passam a evocar sentidos que instauram uma recorrência entre eles, isto é, os refugiados vivem em perigo; a Educação brasileira vai mal; a presidenta não tem poder; e, até mesmo, os sentidos de preconceito que circulam sobre o sertão brasileiro, a despeito do grande nome da literatura brasileira, Guimarães Rosa compõem as regularidades desse discurso da capa. Esses sentidos são enfatizados pelo uso da cor vermelha, tão estigmatizada no Brasil, para escrever as palavras “presidente”; “Rota da liberdade”; “Rota do saber”; “Rota do sertão”, que, em rede, deixam de ser apenas palavras e passam

a funcionar como enunciados que corroboram a formação discursiva dominante: “Fora Dilma”.

Abaixo, temos O jornal *O Globo* que publicou, em 30 de agosto de 2016, uma linha do tempo explicativa sobre os principais acontecimentos do governo Dilma que levaram ao seu *impeachment*.

## Linha do tempo: entenda a crise que culminou no impeachment

Os pontos principais da trajetória de Dilma Rousseff, da eleição ao impedimento

O Globo  
30/08/2016 - 04:30 / Atualizado em 02/09/2016 - 19:55



Dilma Rousseff apresenta defesa no Senado Foto: Ueslei Marcelino / Reuters

Imagem 30 - O Globo

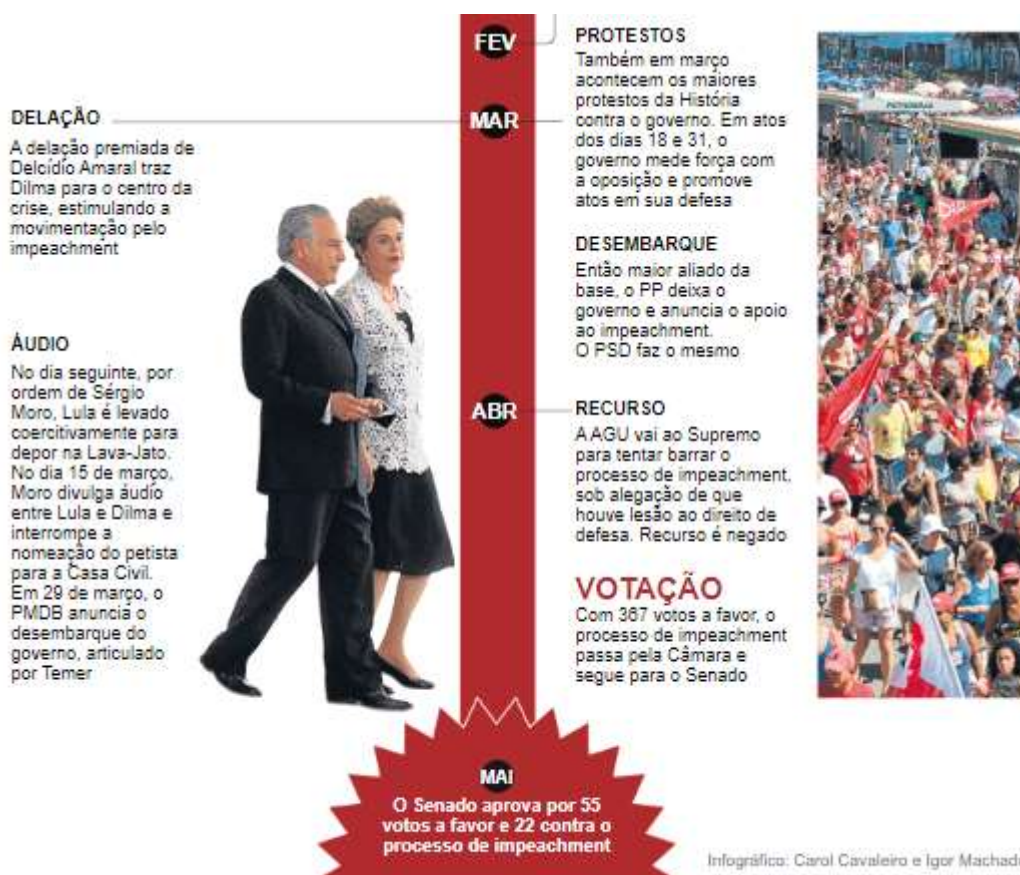


Imagem 31 - O Globo

Como podemos observar, na imagem 27, Dilma está com a cabeça baixa, recurso visual também usado pela mídia quando da divulgação do *impeachment* de Collor, conforme analisamos anteriormente. No entanto, notamos que a imagem de Dilma selecionada pela mídia não a representa com a cabeça tão caída quanto a de Collor, além disso, a legenda da foto traz o enunciado “Dilma Rousseff apresenta defesa no Senado”, e, sua imagem está próxima à bandeira do Brasil, indiciando que, apesar de seu impedimento, ela não é discursivizada como uma criminosa que precisa ser destituída de sua pátria, pois a bandeira ao fundo, ou ao lado dela simboliza uma relação de pertencimento à nação.

[...] Foucault define a crise como fenômeno de disparada circular que só pode ser controlado por um mecanismo superior que vai freá-lo. Caso, risco, perigo, crise, são, de acordo com Foucault, noções novas no campo da governamentalidade, cujo alvo principal é a população, e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança. (MENEZES, 2016, p. 163-164).

Entendemos que a população brasileira foi o alvo do dispositivo midiático que trabalhou incessantemente com os enunciados que reforçavam os sentidos de crise, de medo, de perigo, de convulsão (iminência de desemprego, a transformação do Brasil em um país como a Venezuela, que enfrentava inflação, fome e consequente emigração da população), com o objetivo de ganhar o apoio popular para combater os governos de Collor e de Dilma, conforme suas circunstâncias temporais e espaciais.

Encarar a mídia como dispositivo, de acordo com a discussão proposta, pressupõe vê-la a partir de seus enredamentos. Ou seja, mesmo tendo como foco determinadas práticas e produtos, entendê-los ao mesmo tempo como influenciados e influenciadores de diversos outros arranjos, dispositivos que atuam como linha de força ou de fissura na mídia – papel este que práticas e produtos midiáticos também cumprem neles. Tal conceito pressupõe, assim, um olhar que amplia mais do que recorta, que busca complexificações, que não se limita a recortes posicionais isolados, mas toma de forma ampla os fenômenos, sem descuidar de suas inserções cotidianas. (ALZAMORA; ZILLER, p. 79)

No que diz respeito às heterotopias do dizer, conceito da obra foucaultiana, o Brasil de 1992 e o Brasil de 2016 viveram condições sócio-históricas peculiares devido aos acontecimentos políticos de cada época, condições que proporcionaram a circulação de determinadas formações discursivas, seja a favor do governo da situação ou contra; as

formações discursivas dominantes, no caso dos *impeachments* que estamos analisando, direcionaram as práticas sociais que se efetivaram por meio de manifestações nas ruas, disputas de sentidos nas redes sociais digitais, no caso do *impeachment* de Dilma, posto que na época do *impeachment* de Collor não havia tais redes sociais.

Obviamente, com a WEB as formas de dizer e as subjetividades se modificaram, especialmente, porque, em muitos casos, não se tem um controle rígido sobre quem diz o quê e para quem o dizer é dirigido, o que possibilita que as manobras discursivas sejam realizadas e os sentidos ganhem vultos e ecos incontrolláveis, favorecendo, com o apoio midiático, a manutenção da formação discursiva dominante; porém, por outro lado, possibilitando sentidos de resistência que se materializam em formações discursivas antagônicas.

The image is a screenshot of a news article from the website EXAME. The header is red with the EXAME logo and navigation links for 'Dólar', 'General Heleno', 'Coronavírus', and 'Relató'. The article is categorized under 'BRASIL' and has the main title '2016 foi marcado por queda de Dilma, crise e avanços na Lava Jato'. The sub-headline reads: 'A queda de Dilma foi a crônica de uma cassação anunciada desde o início do ano, quando a crise econômica elevava a tensão social'. The author is 'Por EFE' and the date is '27 dez 2016, 14h53'. On the left side, there are social media sharing icons for Facebook, Twitter, LinkedIn, Email, and a more options menu. The main image shows Dilma Rousseff in a green setting with the word 'BRASIL' faintly visible in the background. Below the image is a caption: 'Dilma Rousseff: Michel Temer chegara ao governo como vice-presidente de Dilma e assumiu a presidência (Ueslei Marcelino/Reuters/)'.

Imagem 32 - Exame

# Governando da bonança à crise, Dilma foi derrubada por impeachment; ouça podcast

Podcast Presidente da Semana também está disponível em apps como Spotify e Apple Podcasts



**SÃO PAULO** O novo episódio do Presidente da Semana, podcast da **Folha** sobre os presidentes do Brasil, conta a história do governo Dilma Rousseff (2011-2016).

Ouçá o episódio abaixo:



Imagem 33 –

Encerramos nossas análises com Foucault, afirmando que:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como *documento*, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*. Não se tratará de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro discurso” mais oculto. Recusa-se a ser “alegórica”. (FOUCAULT, 2009, p. 157).

Com esse teórico, percorremos a coleta dos dados, a constituição do nosso *corpus* e procedemos às análises. Objetivamos analisar os discursos para além de suas “imagens, suas representações, suas obsessões”, cujas práticas, no que concerne ao nosso *corpus*,

obedecem à enunciabilidade que o dispositivo midiático construiu e sustentou sobre os discursos dos *impeachments*. Procuramos “atravessar a opacidade” nos pontos em que a mídia procura(va) fazer parecer evidências, como se os sentidos do campo político tivessem causa e consequência restritas ao campo governamental, independentes de questões ideológicas, capitalistas, logo, de disputas de poder.

Mesmo nos enunciados em que a mídia corporativa fazia parecer que havia equivalência semântico-discursiva entre os dois *impeachments* analisados, interpretamos que os enunciados estabeleciam outras redes, posto que os contextos e os interesses políticos eram outros, conforme discorremos, ou seja, no caso de 1992, o desejo era derrubar um homem que a mídia ajudou a eleger como presidente, mas que não atendeu às expectativas da população e das grandes corporações político-midiáticas quando eleito. No segundo caso, 2016, o desejo era derrubar um partido, uma ideologia, a ascensão de uma mulher (e das mulheres), de uma classe trabalhadora a espaços destinados a homens e à elite brasileira. Para atingir esse objetivo, o dispositivo midiático ajudou a criar e divulgar, insistentemente, uma crise econômica, política, nacional, que, mesmo não tendo existência real, funcionou, discursivamente como discurso de verdade que tirou Dilma Rousseff e o PT do poder.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS



**Diego Velázquez, 1656. Museu do Prado, Madrid**

Todo fim na história constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única “mensagem” que o fim pode produzir. O começo antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem.

Hannah Arendt

Chegamos, ilusoriamente, ao final desta pesquisa. Dizemos ilusoriamente porque sabemos que os sentidos aqui tecidos constituirão um fragmento do arquivo sobre *impeachment*; logo, conforme já discorremos, aprendemos com Foucault que o arquivo não se esgota, não é fechado, o que significa que nosso trabalho pode ser retomado e (re)significado, em seus espaços de dispersão e regularidades, por outros pesquisadores. Segundo Butturi Junior (2018, p. 194)

No esforço de descrever os discursos, Foucault (1999 [1970], grifos meus) dirá que são três as decisões necessárias: “[...] questionar nossa vontade de verdade; **restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante.**”

Essas decisões necessárias nortearam a pesquisa que realizamos, cujo objetivo foi interpretar e analisar o modo como a mídia corporativa e a mídia alternativa discursivizou o *impeachment* de Collor, em 1992, e, de Dilma Rousseff, em 2016.

Foi nosso objetivo, então, entender como os saberes sobre *impeachment* aparecem na história, situados como peças de relações de poder que se inter-relacionam no domínio das coisas ditas, que é o arquivo; para tanto, nossas principais perguntas foram: quais as condições de aparecimento dos discursos sobre *impeachment*, as formas de seu acúmulo e encadeamento, as descontinuidades. Para isso, construímos o capítulo 4 que nos possibilitou compreender o contexto sócio-histórico das eleições e dos *impeachments* dos dois presidentes. Para atingir nosso objetivo de pesquisa, elegemos, especialmente, dois conceitos foucaultianos: acontecimento discursivo e dispositivo. Isso porque, entendemos que a mídia funciona como um dispositivo de poder que faz com que os enunciados circulem em determinado momento e geografia, constituindo arquivo sobre uma dada problemática.

Acontecimento em Foucault configura-se como um pilar do método arqueogenealógico pois

na esteira dessa história geral, para que o discurso tenha valor de acontecimento, em dada situação concreta de enunciação, a análise discursiva deve colocar em suspenso as noções intencionais que sustentam o tema da continuidade, quais sejam: a tradição, a influência, o desenvolvimento e a evolução, a mentalidade ou o espírito de uma época. (BUTTURI JUNIOR, 2018, p. 269).

Isso significa que fazer análise do discurso com Foucault, ao contrário do que se faz numa proposta positivista de história tradicional, implica considerar que não



buscamos uma continuidade entre os acontecimentos que se sucederam cronologicamente 1992 e 2016, como se houvesse um sistema de relações homogêneas e lineares.

Ao contrário, Foucault nos ensina a analisar como se dá a formação de saberes e poderes, vontade de verdade. O que move Foucault é a descontinuidade, que nos leva a “emprender uma história do presente, uma história daquilo que os discursos fazem de nós hoje.” (idem, p. 268).

Isso posto, buscamos na mídia digital, corporativa e alternativa, enunciados que circularam entre os anos de 1991 e 1993 e entre 2015 e 2017, respectivamente, período de recorte necessário para delimitar a constituição do *corpus*. A pesquisa é constituída de capítulos em que fazemos um percurso - no que é possível ao âmbito de uma pesquisa de mestrado -, um percurso sobre caminhos da Análise do Discurso em diálogo com Michel Foucault em arqueogenealogia, estudos sobre saber e formas de poder.

No que se refere aos aspectos teóricos e analíticos, no capítulo dedicado às análises, nosso intento foi buscar as regularidades em um movimento de análise das constituições históricas na dispersão da história, ou seja, observamos como as regularidades discursivas se reproduzem ou se reinventam em determinado contexto. À luz foucaultiana, buscamos pensar a linguagem segundo uma ordem transgressora pois “no interior da transgressão a linguagem não opera como “desvelamento do infinito” (FOUCAULT, 2009 [1963], p. 45), mas como abertura à experiência noturna de uma perda.” (BUTTURI JUNIOR, 2018, p. 200).

Com base nisso, as análises indicam que o dispositivo midiático de poder exerce a função de construir sentidos, colocar no poder ou dele tirar por meio da língua e de práticas, presidentes e partidos, como ocorreu nos dois momentos históricos da política do Brasil, analisados nesta pesquisa. Em 1992, não havia mídias digitais e o que se sobrepunha era a mídia corporativa com ampla circulação. No século XXI, com o amplo acesso às mídias digitais na Internet, com as redes sociais, foi possível que outras vozes se espalhassem, fossem ouvidas como no caso desta dissertação, as mídias alternativas, especificamente, a Mídia Ninja.

Em 1992, a mídia corporativa dominava o espaço midiático e o efeito de que os discursos que nela circulavam funcionavam como verdade cristalizada parecia mais natural. Em 2016, com a abrangência de outros meios digitais, outras vozes fizeram barulho, provocaram dissonâncias na enunciabilidade da mídia corporativa conforme nosso *corpus* aponta. Segundo Aleikseivz (2016, p. 35)

O exercício do poder, portanto, produz indefinidamente realidades, sujeitos e espaços. Por isso, para Foucault mostra-se como imprescindível uma análise dos seus mecanismos, táticas e estratégias. “Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica”. (FOUCAULT, 2001, nº 169, p. 39). A análise dos espaços, ou seja, da constituição da realidade social passa necessariamente por uma análise dos dispositivos de poder.

Podemos dizer que as mídias, sejam elas corporativas ou alternativas, têm o poder de transformar um acontecimento político em discursivo definido por repetições e deslocamentos de sentidos como é o caso dos significantes *impeachment* e golpe que passaram a funcionar como enunciados, pois significaram muito mais do que um signo linguístico. Enquanto a mídia corporativa insiste na recorrência da palavra *impeachment*, a mídia alternativa faz o movimento contrário ao reforçar a ideia de golpe. Observamos que a mídia corporativa sempre coloca a palavra *impeachment* em discurso para construir o efeito de sentido de processo necessário e validado socialmente. Em outra formação discursiva, a Mídia Ninja, quando faz circular o enunciado *impeachment*, associa-o ao tom de denúncia, como golpe e falso moralismo.

Pudemos observar que a mídia alternativa, assim como as redes sociais, deram visibilidade à questões que subjazem ao impedimento de Dilma Rousseff, tais como a misoginia, o preconceito, a sociedade machista. Esses sentidos não ganham destaque no modo de dizer da mídia corporativa, que cria o efeito de sentido de verdade absoluta sobre o *impeachment*, como se só houvesse uma voz que luta pela democracia e contra a corrupção, em contraposição à mídia alternativa, que, com discursos de resistência dão visibilidade a outras vozes, a outras formações discursivas. Portanto, podemos dizer que na mídia corporativa há uma formação discursiva dominante sobre os *impeachments* de Collor e de Dilma; na mídia alternativa e nas redes sociais, há formações discursivas que se cruzam, que abordam o *impeachment*, mas não silenciam o golpe, o preconceito, a corrupção daqueles que pedem o *impeachment*.

Aprendemos com Foucault que os sentidos, os discursos que nos chegam e são aceitos como naturais precisam ficar em suspenso; é necessário trazê-los para o centro da discussão e mostrar que resultam de uma complexa trama que lhes permite aparecer dessa forma, nos momentos dos *impeachments*. Compreendemos que os *impeachments* foram e são discursivizados de maneira tal que se justifica no contexto da lógica neoliberal que

permeia o final do século XX, até nossos dias, no século XXI, cuja sociedade líquida, tal qual defende Bauman, delinea os contornos de nossos anseios, de nossas utopias.

Em sociedade do espetáculo, conforme Debord (1967), a produção de imagens, a valorização da dimensão visual da comunicação como instrumento de exercício do poder afeta o conjunto das relações sociais mediadas por meio de imagens que, simbolicamente, desempenha papel importante para a criação, circulação e transformação dos discursos que significam as práticas que nos constituem socialmente. Considerar a relação entre os discursos verbais e não verbais foi fundamental para a constituição de nossa pesquisa, por isso, atentamo-nos à discursivização do *impeachment* na mídia brasileira, observando os enunciados linguísticos e não linguísticos, as cores, as nuances que garantem forma ao sentido de *impeachment* como prática necessária para a manutenção da democracia no país ou como golpe, como desrespeito ao governo, cujo presidente fora impedido.

Inseridos na rede do dispositivo midiático, os sentidos produzidos nos textos analisados por meio das figuras que ilustram nosso *corpus*, observamos sentidos que polemizam com a ideia de *impeachment* como processo político necessário para respeitar a democracia e a Constituição e, também, como golpe que retira, sem provas, a primeira mulher eleita para o cargo presidencial, no Brasil.

Olhamos, com Foucault, os sentidos materializados no plano visual a fim de observar as redes enunciativas que constroem e sustentam determinados sentidos em detrimento de outros. No que diz respeito às nossas análises, esses sentidos são materializados no plano visual, por exemplo, através do uso da oposição entre as cores verde e amarela e a cor vermelha. O campo de emergência desses enunciados insere-os em uma série de outros textos contemporâneos e particularmente como resposta a acontecimentos discursivos, como vimos, por exemplo, na análise em que a capa da revista *Época* fez uso da cor vermelha para significar o nome de Dilma, com relação à memória discursiva que nos remete ao PT, recorrentemente representado por meio da cor vermelha.

Ao analisarmos a materialização de sentidos em séries enunciativas observamos as narrativas que o dispositivo midiático produz com efeito de constituir a verdade da história. Interrogamo-nos, ao longo das análises: qual dizer é legitimado na ordem do discurso sobre o *impeachment*? Como o *impeachment* se constitui como acontecimento discursivo? Como compreender a noção de formação discursiva no funcionamento do dispositivo midiático?

Parece-me igualmente que é por essa razão que a ideia de formação discursiva pode ser conservada, porque ela está fundamentada na possibilidade de estabelecer tais genealogias da materialização das emoções em discursos. Se a noção pode ser conservada ela deve sem dúvida ser transformada, porque não é certo que a metáfora da arqueologia, com as estratificações, espessuras, classificações e acúmulos que ela comporta ainda convenha para apreender a materialidade das discursividades contemporâneas. (COURTINE, 2016 p. 27).

Em tempos de “modernidade líquida”, de tecnologias digitais, concordamos com Courtine (idem) em que o impacto das transformações políticas refletiu na produção e circulação dos discursos, cujo campo teórico da Análise do Discurso foi afetado a rever a percepção de que os “discursos em estado sólido”, caracterizados por Courtine como “conjuntos anônimos, repetitivos, compactados e saturados de enunciados” (COURTINE, 2008, p. 12), abriram espaço aos “discursos líquidos” das novas tecnologias midiáticas, e, no caso desta pesquisa, mostrou-nos que as mídias digitais possibilitam maior porosidade às formações discursivas, que sujeitos e sentidos podem ter, pelo menos, ilusoriamente, o poder de circular por regiões discursivas antagônicas, plurais, heterogêneas.

A vida líquida dos discursos agita os enunciados empilhados na memória, pois os sentidos estão nos sites, por exemplo, e, no minuto seguinte deixam de estar; os sentidos são publicados e, logo após, são desmentidos, ditos como *fake news*; o ritmo acelerado do tempo transforma os discursos de ontem em novas possibilidades de sentido, hoje. (COURTINE, 2008). Refletindo sobre tal liquidez da vida contemporânea, pensamos as práticas no decorrer da história como constitutivas das variadas formas de saber. Podemos pensar sobre a vulnerabilidade da rigidez dos discursos que circulam nas mídias, que não têm mais uma mídia corporativa detendo, exclusivamente, a construção dos sentidos; Com as mídias alternativas, como apontamos, há espaço para resistência.

Esta pesquisa inscreve-se, portanto, numa perspectiva que se abre para os estudos do discurso na atualidade, que se atentou às problemáticas contemporâneas, como as que nos propusemos a analisar. Observar as formas de circulação dos discursos sobre os *impeachments* em determinados momentos sócio-históricos no Brasil, faz-nos compreender posições discursivas em confronto, no fio do dizer e do silenciar. Conforme observamos, por meio das análises, os discursos disseminam-se pelo tecido social, com suas regras de funcionamento, organizam e (des)ordenam os sentidos por onde passam.

## REFERÊNCIAS

- AIUB, G. F. *Arquivo em Análise do Discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teórico-metodológica do analista*. Leitura: Maceió, n. 50, p. 61-82, 2012.
- ALEIKSEIVZ, R. A. *Espaço e poder na reflexão de Foucault: dos dispositivos à governamentalidade*. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- ALMEIDA, A. T. S.; LIMA, V. T. L. S. Dilma Rousseff na imprensa brasileira: da reeleição ao processo de impeachment. In: *Encontros*, ano 14, n. 26, p. 102-113, 2016.
- ALZAMORA, G.; ZILLER, J. Mídia e dispositivo: uma aproximação à luz de Michel Foucault.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. [Trad.] Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2009.
- BERT, J. François. *Pensar com Michel Foucault*. [Trad.] Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2013.
- BUTTURI, A. J.; SEVERO, C. G. *Foucault e as linguagens*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- CAMPOS, T. M. (RE)Ler o arquivo hoje: fotojornalismo cidadão e mídias digitais. In: CAMPOS, T. M.; SOUSA, L. M. A. (Orgs.). *Mídias e movimentos sociais*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018, p. 9-34.
- CARDOSO, Y.R.G.; SOUZA, R. B. R. Dilma, uma “presidente fora de si”: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático. *Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo*. Ponta Grossa, vol. 3, n. 2, p. 45 - 65, Jul/Dez 2016.
- CORREA, A.P.A.; BRENNER, A.F.; CABRERA, B.C.; GIACHINI, L.C.; GREFF, L.B.; LACHOVSKI, M. Movimentos/marchas digitais: a utilização das hashtags e a produção de sentidos em rede. In: CAMPOS, T.M.; SOUSA, L.M.A. (Orgs.). *Mídias e movimentos sociais*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018, p. 93-116.
- COULOMB-GULLY, M. Gênero, política e análise do discurso das mídias. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (Orgs). *Presenças de Foucault na Análise do Discurso*. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 147-162.
- COURTINE, J-J. A Era da ansiedade: discurso, história e emoções. In: CURCINO L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (Org.). *(In) Subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. São Paulo: EduFSCar, 2016.

- COURTINE, J-J. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, Edufscar, 2009.
- COURTINE, J-J. *Decifrar o corpo*. Pensar com Foucault. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.
- COURTINE, J-J. Discurso, história e arqueologia. Milanez, N. e Gaspar, N. R. (orgs). *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.
- COURTINE, J-J. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. Trad. Carlos Piovezani. In SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (orgs.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p. 11- 19.
- CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. *(In)Subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. São Carlos: EUFSCAR, 2016.
- CURCINO, L. *Imprensa e discursos sobre a leitura: representações dos presidentes FHC, Lula e Dilma como leitores*. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. Ilhéus, n. 16. Discurso e argumentação na política latino-americana, p. 223-243, set. 2018.
- DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Contraponto Editora, 1997.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: ed. 34, 2008.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DELEUZE, G. *Que és um dispositivo?* In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1999, p. 155-161.
- FISCHER, R. M. B. *A Análise do Discurso: para além de palavras e coisas*. Educação e realidade, 1995.
- FISCHER, R. M. B. *Foucault revoluciona a pesquisa em educação?* Perspectiva. Florianópolis, v. 21, n. 2, 2003, p. 371-389.
- FISCHER, R. M. B. *O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV*. In: Educação e Pesquisa, v. 28, n. 1, São Paulo. 2002
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 7 ed., 2009
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *A Poeira e a Nuvem*. In: *Ditos e escritos IV: Estratégias, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. [Tradução Salma Tannus Muchail]. 6ª. ed.; São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- FOUCAULT, M. Diálogo sobre o poder. In: Ditos e Escritos IV – Estratégia, Poder-Saber. MOTTA, M. B (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, ed. 9, 1990.
- FOUCAULT, M. Poder e saber. In: \_\_\_\_\_. Ditos & escritos IV: estratégia, poder-saber. 2. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2001.
- GALEANO, E. As palavras andantes. 4 ed. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 1994, p. 310.
- GIACOMONI, M. P. *Foucault, a Arqueologia do saber e a Formação Discursiva*. Veredas, Juiz de Fora, 2010.
- GREGOLIN, M.R. Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (Orgs.) *Discurso, Semiologia e História*. São Carlos: Claraluz, 2011.
- GREGOLIN, M. R. *Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades*. Texto apresentado no II SEAD - Seminário de Análise do Discurso, UFRGS. Porto Alegre, 2005.
- GREGOLIN, M. R. *O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades*. In: Revista Moara, ed. 43, Estudos Linguísticos. 2015.
- GREGOLIN, M. R. *Michel Foucault: Uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade*. In: RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, R. Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso. Campinas: Pontes, 2016.
- GREGOLIN, M. R. No diagrama da AD Brasileira: heterotopias de Michel Foucault. In: NAVARRO, P. (Org.) *O discurso nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos: Claraluz, 2008.
- LOPES, M. S.; ALBUQUERQUE, G. *O nome das coisas: a disputa simbólica impeachment versus golpe na mídia internacional*. In: Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 279-316, 2018.
- MAZZOLA, R. B. *Análise do discurso e ciberespaço: heterotopias contemporâneas*. Dissertação de Mestrado, UNESP - FCLAr, 2010.
- MAZZOLA, R. B. *Discurso e Imagem: transformações do cânone visual nas mídias digitais*. Tese de Doutorado, UNESP/FCLAr, 2014.
- MENEZES...**

- PACÍFICO, S.M.R. *Os fios significativos da História: leitura e intertextualidade*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 1996, 136p.
- PIOVEZANI, C. *Verbo, corpo e voz: reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo*. Tese de Doutorado – UNESP/FCLAr, 2007.
- PIRES, L. M. F. *Na arena discursiva: uma análise dos debates eleitorais presidenciais brasileiros*. Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, 2017.
- SÁ, I. *Memória discursiva da ditadura no século XXI: visibilidades e opacidades democráticas*. Tese (Doutorado em Linguística), UFSCAR, São Carlos, 2015.
- SARGENTINI, V. *O arquivo e a circulação de sentidos*. Conexão Letras, v. 9, n. 11, 2014.
- SARGENTINI, V. *Discurso político e redes sociais*. Biblioteca digital de periódicos - Revista ABRALIN, v. 14, n. 2, Curitiba, 2015.
- TATAGIBA, L. *Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff*. In: Lusotopie. No.17, p. 112-135, 2018.
- VEIGA-NETO, A. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- VEYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Tradução Marcelo J. de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011
- ZANETTI, D. O campo da comunicação no Brasil e o papel da mídia no golpe de 2016. In: GALVÃO, A.C.; ZAIDAN, J.C.S.M.; SALGUEIRO, W. (Orgs.) *Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise*. 2ª. ed.; Campinas-SP: Pontes, 2019, p. 183- 211.